

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Sócio Econômico  
Departamento de Economia e Relações Internacionais

CRÍTICA AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A  
DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

TAINAM MARINHO PESSOTO

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO 2015

TAINAM MARINHO PESSOTO

CRÍTICA AO NOVO DESENVOLVIMENTISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A  
DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.

Monografia submetida ao Departamento de Ciências  
Econômicas e Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Catarina, como  
requisito obrigatório para a obtenção do título em  
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

FLORIANÓPOLIS, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Tainam Marinho Pessoto na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

-----  
Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

-----  
Prof. Dr. Daniel Vasconcelos

-----  
ME Daniel Corrêa da Silva

## AGRADECIMENTOS

Tive a sorte de contar com o apoio de três pessoas fundamentais para minha formação enquanto ser humano: minha mãe Sandra Inês Marinho, meu pai Valdir Catarino Pessoto e meu padrasto Alzemi Machado. Aos três, meu muito obrigado, não apenas por darem todo o apoio material necessário para meu desenvolvimento, mas também por formarem em mim um senso crítico e a compaixão e o carinho por todos os sujeitos, fazendo com que eu me tornasse um ser humano melhor. Quero agradecer também a meus avós paternos e maternos, pelos mimos, carinhos e por me ensinarem o real significado do que é ser avô.

Não fosse o Centro Acadêmico Livre de Economia e as pessoas com quem compartilhei três anos de minha vida, minha formação como economista com certeza seria débil e sem nenhuma criticidade. Aos amigos, Arland, Tomás, Maicon, Luiz Felipe, Tamara, Tito, Guilherme, Josué, Victor e Luciano, deixo aqui meu obrigado, salientando que nossa militância foi fundamental para minha vida.

A vida é feita de amarguras e alegrias. Para traga-las cotidianamente precisamos de pessoas que estejam próximas e que possamos chamar de amigos, pois assim as amarguras se tornam menos amargas e as alegrias mais duradouras. Por isso quero agradecer aos amigos Mirella, Gustavo Rocha, Rodrigo, Leandro, Ricardo, Felipe, Bernardo e Gustavo Fornari, por estarem presentes, sempre que necessário nos momentos tristes e contentes de minha vida.

A meu orientador, Nildo Ouriques, meu muito obrigado, pela dedicação e o rigor teórico e metodológico empenhados neste trabalho. Sem isso sua realização não seria possível.

Por fim, a minha querida e amada Ellen Berezoschi. Não apenas pela revisão feita, mas, principalmente, por ser sempre meu sorriso nos dias ruins, tornando a vida algo mais belo de se viver.

“Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação de capital, significa que o peso dos grilhões de ouro que o assalariado forjou para si mesmo, apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentando.”  
Karl Marx, O Capital (2013)

## RESUMO

A realidade latino-americana foi e é condicionada por sua posição no mercado mundial. Com a chegada do capital-mercantil europeu às terras latino-americanas inicia-se um processo de cisão com todas as estruturas sociais do continente, consolidadas até então. O desenvolvimento das forças produtivas é um dos motivos que impulsiona os processos de independência política na América Latina. É neste momento, que a região participará mais ativamente do processo de acumulação de capital na Europa. Consolida-se nesse período a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A DIT tem como base econômica uma relação hierarquizada entre as nações, onde os países industrializados apropriam-se de parte do excedente gerado nos países exportadores de alimentos e matérias-primas. A posição que cada país ocupa no mercado internacional determinará sua posição como país central, ou país periférico. O Brasil encontra-se na periferia do sistema. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, este cenário muda e o Brasil entra em um novo momento em sua história, esta é a tese defendida pelo Novo Desenvolvimentismo. Utilizando os dados e as categorias da Teoria Marxistas da Dependência, mostrarei neste trabalho como essa tese é falsa e que o país ainda continua numa posição de dependência em relação ao centro do sistema. Além disso, apresentarei como se desenvolveu, nos últimos trinta anos, o novo mecanismo de transferência de valor, mantendo o Brasil como um país periférico e dependente.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	9
<b>1.2.1 Objetivo Geral:</b> .....	9
<b>1.2.2 Objetivo específico:</b> .....	10
1.3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	10
<b>2. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E CAPITALISMO TARDIO</b> .....	14
2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A DEPENDÊNCIA.....	14
2.2 DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA.....	26
2.3 O CAPITALISMO TARDIO.....	39
<b>3. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SUA BASE ECONÔMICA</b> .....	49
3.1 DIMINUIÇÃO DA “VULNERABILIDADE EXTERNA”.....	50
<b>3.1.1 Sobre a estabilidade financeira.</b> .....	55
<b>3.1.2 “Desendividamento” do país com o exterior</b> .....	58
3.2 O SOCIAL COMO EIXO ESTRUTURANTE.....	60
3.3 REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE.....	71
<b>4. NOVO MECANISMO DA DEPENDÊNCIA, O CAPITAL FINANCEIRO.</b> .....	77
4.1 O NEOLIBERALISMO E O NOVO MECANISMO DE EXTRAÇÃO DE VALOR..	77
<b>4.1.1 Anos 1970 e 1980: quadro geral.</b> .....	77
<b>4.1.2 Os anos 1990 e as políticas de liberalização do Mercado</b> .....	81
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

Os anos recentes são um período único na história do Brasil. Nunca antes um operário havia chegado à presidência, assim como, nenhum outro partido, nos últimos 30 anos, do tamanho do Partido dos Trabalhadores (PT) – um verdadeiro “guarda-chuva” dos maiores movimentos sociais brasileiros – havia chegado ao governo; o partido possuía apoio de quase todos os setores que se encontravam à esquerda, desde o campesinato, sindicatos, operários, estudantes, até intelectuais e artistas de esquerda. O PT apresentava-se como uma alternativa real, capaz de romper com os dilemas da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro. Fazendo com que muitos intelectuais, militantes e políticos vissem no PT uma verdadeira “inflexão histórica”, isto é, com a chegada do partido ao governo, o Brasil alcançaria um novo patamar na história, mudando as relações básicas de dependência, historicamente desenvolvidas em nosso país. Esta é a tese defendida por Aloizio Mercadante em seu trabalho de doutorado intitulado “As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)”.

O Novo Desenvolvimentismo tem como principal virtude crescer com distribuição de renda e estabilidade econômica<sup>1</sup>. Isso foi possível graças às políticas econômicas e sociais realizadas nos últimos anos, pelo Partido dos Trabalhadores, o principal promotor deste novo momento histórico no Brasil. Este é o discurso do Novo Desenvolvimentismo. Criou-se um novo modelo de desenvolvimento, responsável por gerar crescimento econômico e elevar a qualidade de vida dos brasileiros. Constitui-se assim, um cenário político e social que gerou inúmeras interpretações, tanto por parte daqueles que defendem a classe burguesa, como daqueles que defendem a classe trabalhadora, sobre como deveria ser dirigido o Estado brasileiro. Dentro da esquerda, o debate se torna ainda mais controverso. Existem os que defendem o PT como um governo que ainda se encontra dentro daquele campo, pois,

---

<sup>1</sup> Entre outros autores ver: João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel “Por que novo-desenvolvimentismo”; Bresser Pereira “O Novo Desenvolvimentismo”, “O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo” e “Macroeconomia estruturalista do Novo Desenvolvimentismo”. Talvez o nome mais conhecido e ligado ao Novo-Desenvolvimentismo seja o do economista Bresser Pereira. Assim como Mercadante, as teses de Bresser estão longe de significar um avanço em relação ao “velho” desenvolvimentismo, tanto teórica como praticamente. Ambos fracassam e passam longe dos reais problemas que os países dependentes enfrentaram e enfrentam. Optou-se pela tese de Mercadante devido a centralidade política que ele possui no país – duas vezes Ministro da Educação, Chefe da Casa Civil e ex-senador. Mas, a maior parte das críticas que realizarei neste trabalho (principalmente sobre a Nova Divisão Internacional do trabalho e a consolidação de uma nova transferência de valor, via sistema financeiro, características dos países dependentes que se consolida durante os anos 90) cambem também as outras teses Novo-Desenvolvimentistas.

argumentam que o governo trouxe ganhos e avanços reais para a classe trabalhadora (diminuição da miséria, elevação da renda e do consumo e aumento do nível do emprego); e aqueles que, grosso modo, o classificam como “petucanismo”, defendendo que os doze anos do governo PT não alteraram de fato as estruturas econômicas brasileiras (altos ganhos do capital financeiro e internacional, fortalecimento da burguesia agrária-exportadora e da burguesia industrial, tanto nacional quanto estrangeira, que permaneceram dentro do estado determinando as diretrizes políticas do PT). Longe de encerrar este debate, pretendemos trazer uma contribuição para o mesmo.

Passados treze anos de governo petista, o problema que se coloca é o seguinte: qual a consequência da ascensão ao governo do Partido dos Trabalhadores para a dependência econômica, política e social que o Brasil enfrenta, enquanto Estado Nação, que é independente politicamente? Estamos vivendo de fato uma “inflexão histórica”, ou apenas outra forma de dominação burguesa? Este é o grande tema que pretendo discutir ao longo deste trabalho, analisando, fundamentalmente, os aspectos econômicos da dependência, para depois, chegar a uma conclusão do real significado dos anos recentes de nossa história, naquilo que se refere à dependência econômica.

Para atingir tais objetivos o trabalho se divide da seguinte forma: nesta introdução estão contidos o tema e o problema e o referencial metodológico; no segundo capítulo discutiremos os aspectos da dependência e como a mesma se constitui historicamente, para depois definirmos teoricamente o que, dentro do marco teórico deste trabalho, deve ser caracterizado como uma relação de dependência e suas principais bases econômicas. No terceiro capítulo, traremos o debate empírico, com dados referentes aos últimos vinte anos, e que demonstram, como a maior parte dos argumentos defendidos por Mercadante não se sustentam empiricamente, isto é, neste capítulo faremos a crítica à tese defendida por Mercadante. Dessa forma, no quarto capítulo discutirei como o novo mecanismo de extração de valor, que se formou no Brasil nos últimos trinta anos, se perpetua ao longo deste início de século XXI; para então, nas considerações finais, resumir os debates que foram travados anteriormente e apresentar minha conclusão sobre o período recente.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral:

O objetivo geral deste trabalho é realizar a crítica ao Novo Desenvolvimentismo, que

tem como principal expoente a tese de doutorado de Aloísio Mercadante. Além disso, analisarei o governo do partido dos trabalhadores e quais as consequências que este governo teve sobre as relações de dependência econômica que o Brasil estabelece com o centro do capitalismo.

### 1.2.2 Objetivo específico:

Um dos objetivos específicos deste trabalho é entender a consolidação da nova forma de transferência de valor, que se manifesta, via sistema financeiro. E também, procurar estabelecer como este mecanismo se consolidou historicamente, como desenvolvimento do próprio modo capitalista de produção, isto é, quais as transformações no centro do sistema que levaram a consolidação deste novo mecanismo e seus impactos sobre as nações dependentes, mais especificamente sobre o Brasil.

## 1.3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A construção deste trabalho terá como apoio o método desenvolvido por Marx para análise da sociedade burguesa. Não há uma obra específica em que Marx nos tenha apresentando seu método – com exceção das páginas contidas nos *Grundrisse* –, pois, de fato seu desenvolvimento se deu a partir de seus estudos sobre a moderna sociedade capitalista. “Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida.” (MARX, 2008, p.237), mas adiante acrescenta:

Quando se trata, pois, de produção, trata-se de produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que, ao falar da produção, seria preciso ou seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que na realidade é nosso próprio tema (MARX, 2008, p.239-240).

Entretanto, Marx precisava desenvolver um método, uma forma de apreender o real, que não começasse:

(...) pela população, [e que] elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples (MARX, 2008, p.258,

parênteses meus).

Este método, utilizado pela Economia Política Clássica, não conseguia ver como o dinheiro, por exemplo, antes do surgimento do capitalismo, não possuía a forma, que com o desenvolvimento das forças produtivas e da história, adquiriu em uma sociedade moderna e monetizada. Ao analisar o desenvolvimento do dinheiro, enquanto categoria complexa, podemos chegar ao seu desenvolvimento histórico real – nas sociedades pré-capitalistas o dinheiro funcionava apenas como meio de circulação, hoje no capitalismo ele é isto e ainda mais: é uma categoria que determina e está presente em todas as relações sociais estabelecidas, relações de trabalho, produção e consumo. Neste sentido “as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real” (MARX, 2008, p.261). Por isso, se desejamos entender a categoria do dinheiro na moderna sociedade capitalista, não podemos simplesmente, partindo do concreto, chegar à conclusão de que o dinheiro é mero meio de circulação. Estaríamos simplificando uma categoria extremamente complexa, que ao longo de mais de dois mil anos de história sofreu diversas transformações. O caminho é justamente o oposto, temos de partir do que representa o dinheiro *hoje* e como ele funciona na moderna sociedade burguesa.

Além de escapar da simplificação da Economia Política, para Marx, era necessário também romper com o idealismo, que vê os fenômenos como mera reprodução das ideias dos homens, isso significa em outras palavras, colocar o pensamento acima da ação prática dos homens como o determinante para o desenvolvimento de sua própria história. Pensou-se no servo, fez-se a idade média. Aqui não se nega a relação cognitiva que existe entre o pensamento humano e a realidade, do movimento mútuo existente entre ambos, o que se nega é a relação de *determinação*<sup>2</sup>; não são mais as ideias as responsáveis pelas transformações ocorridas na história dos homens, mas são as transformações históricas que determinam a consciência, sendo que, aquelas por sua vez são frutos da *práxis*<sup>3</sup> humana.

Há uma ruptura total, tanto em termos teóricos quanto ontológicos, na nova forma de compreender a realidade, a partir da crítica de Marx tanto à Economia Política Clássica, quanto ao Idealismo Hegeliano. Qual a alternativa então?

Devemos utilizar todos os instrumentos e técnicas de pesquisas necessárias (coleta e

---

<sup>2</sup> “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Engels “Comentário sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política”, em Marx “Contribuição à crítica da Economia Política”, p. 273).

<sup>3</sup> “A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que *cria* a realidade (humano-social) e que, *portanto* compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A *práxis* do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade.” (Kosik “Dialética do concreto”, 1969, p. 202)

análise de dados, análise de documentos e discursos, livros, etc.), realizando desta forma o contato com o concreto. Este momento é fundamental para a pesquisa, pois a realidade é o ponto de partida de toda a análise. A partir de então tem início o processo de elaboração teórico e neste momento é necessário que a realidade seja entendida como sendo um todo complexo, que se constitui por múltiplas determinações e conexões:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como *resultado*, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (MARX, 2008, p.258-259).

Assim sendo a pesquisa deve representar o real, e não apenas trazê-lo como mero reflexo, pois se assim o fizer, não irá compreender os fenômenos que se entrelaçam e determinam, e ficará apenas nas expressões das relações sociais, que são as próprias ideias:

O que o sr. Proudhon não soube ver é que os homens produzem também, conforme suas faculdades produtivas, as *relações sociais* nas quais produzem a seda e o tecido. E, ainda, não soube ver que os homens, que produzem as relações sociais segundo a sua produção material, criam também as *ideais*, as *categoriais*, isto é, as expressões abstratas ideais dessas mesmas relações sociais. Portanto, essas categoriais são tão pouco eternas quanto as relações que expressam. São produtos históricos e transitórios. (MARX, 2009, p.253, grifos originais).

O método proposto por Marx deve partir do concreto para daí representá-lo, mas não como mera cópia e sim, como algo pensando, algo trabalhado pelo processo de cognição do homem.

A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elemento sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Esses supõe a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. (Marx, 2008, p.258).

Deste modo podemos construir uma forma de pensamento, que parta do todo caótico (real, ou concreto), mas que não o represente como mera reprodução, como mero reflexo – ou como um pensamento que se sustenta no próprio pensamento, que vê as categorias como a-históricas, metafísicas. Podemos evitar a construção de um processo de abstração que não perceba, neste todo caótico, os condicionantes materiais e históricos que os determinam, um pensamento que perceba as leis e categorias das ciências humanas como transitórias, leis que de dependem do movimento dos homens no decorrer de sua própria história. Portanto, ao

partirmos do todo caótico o representamos como pensamento, para então realizar a “viagem do modo inverso” (MARX, 2008, p.258), ou seja, voltar à realidade “até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas.” (MARX, 2008, p. 258). Só assim, conseguiremos chegar à essência dos fenômenos.

Por conseguinte, a metodologia deste trabalho se baseia no método marxista. Utilizarei todas as fontes possíveis, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Banco Central, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, discursos do governo, assim como as produções intelectuais e científicas que tiveram como objeto de estudo o período referente aos anos de governo do PT, e também dos períodos anteriores que conformaram historicamente nosso país. Para a partir disso, elaborar minhas próprias conclusões sobre o que significaram estes anos de governo, enquanto um movimento da história brasileira e suas consequências econômicas.

Para não cair em uma “elaboração caótica do todo” terei como ponto de partida as análises e categorias desenvolvidas por Ernerst Mandel e Ruy Mauro Marini, sobre o capitalismo contemporâneo. Mandel e Marini perceberam e captaram as transformações pelas quais o capitalismo passou, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, e suas consequências para a reprodução do capital em nível global. Marini analisa o capitalismo e como este se desenvolveu na periferia do sistema, mais especificamente, nos países latinos americanos; quais as formas e mecanismos que o capital, para se reproduzir, assume nas realidades periféricas e como estas se desenvolveram historicamente como consequência do próprio modo capitalista de produção. Mandel tem como objeto de estudo as transformações materiais do capital, que se manifestaram depois de superada a grande crise que se inicia nos anos de 1920. Essas mudanças fizeram com que o capitalismo ingressasse em uma nova fase; depois de sua fase imperialista o capital ingressou em sua fase tardia. Esta nova fase foi impulsionada pelo grande avanço das forças produtivas, possibilitado pela terceira revolução tecnológica. Há, portanto, uma mudança quantitativa e qualitativa na relação capital e trabalho. Estas análises serão a base deste trabalho, pois ambas captaram as transformações sofridas pelo capitalismo, em seu processo de desenvolvimento histórico. Ambos os autores partem da análise realizada por Marx, utilizando as categorias desenvolvidas pelo autor para a análise da sociedade burguesa.

## 2. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E CAPITALISMO TARDIO

### 2.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A DEPENDÊNCIA

Uma das principais bases materiais que possibilitou o desenvolvimento do modo capitalista de produção, foi a relação de dependência entre as economias naturais<sup>1</sup> e a economia capitalista nascente, que começa a surgir na Europa em fins da Idade Média (LUXEMBURG, 1985). Este é o traço que marcará as relações dos países latino-americanos no mercado internacional e determinará qual será a posição destes países em relação ao sistema econômico mundial - que começa a dar seus primeiros passos com o surgimento da manufatura na Europa em meados do século XVI<sup>2</sup>. Estabelece-se um centro (Europa) e uma periferia (países latino-americanos, africanos e asiáticos). Esta relação básica de dependência e subordinação irá se desenvolver ao longo da história, marcando as sociedades latino-americanas e seus povos.

A dependência dos países latino-americanos inicia-se com o processo de colonização. A colonização tem como base fundamental a separação dos povos latino-americanos de seus meios de produção<sup>3</sup>, para a apropriação e extração das riquezas (metais preciosos, madeira, terra, trabalho, etc.). Esta relação colonial não pôde se contentar apenas com o simples comércio para garantir os meios de produção que o capitalismo-mercantil nascente necessitava. Era necessário destruir aquilo que já existia e inserir no centro das sociedades, que tinham como fundamento econômico uma relação de subsistência com os meios de produção (terra e meios de trabalho), as relações comerciais e mercantis. Apenas dessa forma, com a destruição da base fundamental das economias naturais, essas novas relações poderiam

---

<sup>1</sup> “Para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não capitalistas de produção. Mas, não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. As formas de produção da *economia natural* de nada servem, no entendo, ao capital para a realização de qualquer um desses fins. Em todas as formações de caráter econômico-natural – que se trate de comunidades camponesas primitivas que adotem a propriedade comunitária da terra, que se trate de relações feudais servis ou congêneres – a produção que se destina à satisfação das próprias necessidades é a característica determinante dessas economias” (Luxemburg, p. 253). Hoje o capitalismo não depende mais destas relações, entretanto, durante o processo de acumulação e desenvolvimento histórico deste modo de produção, elas foram fundamentais para gerar mercado para a realização da mais-valia e para o desenvolvimento do comércio mundial - fosse para realização do lucro, fosse para aquisição de meios de produção e matérias-primas que alimentavam a produção manufatureira europeia.

<sup>2</sup> Ver Marx, O capital, Livro 1, cap. XII.

<sup>3</sup> “A cobiça de metais preciosos – absolutamente lógica num século em que terras tão distantes não podiam mandar para a Europa outros produtos – empurrou os espanhóis para se ocupar preferencialmente da mineração. Seus interesses porfiavam para converter em um povo de mineradores aquele que, sob seus incas, tinha sido fundamentalmente um *povo agrário*. Desse fato nasceu a necessidade de se impor ao índio a dura lei da escravidão” (Mariátegui, pg.73. Grifos meus). Mariátegui se refere ao processo de colonização peruano.

existir (LUXEMBURG, 1985).

Não foi à toa, por exemplo, o extermínio indígena no Peru (MARIÁTEGUI, 2008). Os espanhóis necessitavam da terra, de onde provinham os metais preciosos e precisavam de força de trabalho para extraí-lo, mas a terra era indígena e fornecia tudo aquilo que era necessário para a satisfação das necessidades de seu povo. Por que então os indígenas estabeleceriam um comércio com os europeus? Por que trocar grandes quantidades de produtos trazidos pelos europeus (desnecessários aos índios) por ouro e prata? Por que os índios iriam trabalhar nas grandes minas em condições de escravidão? De forma resumida a expansão das relações capitalistas de produção contra as economias naturais tem os seguintes objetivos econômicos:

1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais (...); 2) “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; 3) Introduzir a economia mercantil; 4) Separar agricultura do artesanato.(LUXEMBURG, pg. 254).

A necessidade nascente do capitalismo em expandir seu comércio, acumulando e ampliando cada vez mais seu capital, cria uma nova relação de dependência entre povos que estavam distantes espacial, cultural e historicamente. Cria-se uma relação de apropriação e expropriação das riquezas destes povos, tanto do trabalho, quanto da terra. E como demonstra a história, este tipo de transição (da economia natural, para a economia capitalista-mercantil) nunca é realizado de forma pacífica<sup>4</sup>. Dado a necessidade do capital de realizar seu lucro e expandir seu comércio, da forma mais condizente com seu processo de acumulação, ou seja, da forma mais rápida possível, este processo se dá sempre de forma traumática para os povos que são submetidos aos interesses do capital, tanto durante o processo de destruição das economias naturais, como quando o processo termina e se estabelece a violência que nasce da relação capital/trabalho. É a partir daqui que se estabelecerão as relações políticas e econômicas do território brasileiro com o resto do mundo.

Por mais que, formalmente o território brasileiro pertencesse à coroa portuguesa, a influência inglesa e os ganhos com o comércio eram quase todos destinados à coroa britânica. Estabelecia-se, desta forma, uma relação de dependência entre a coroa portuguesa e inglesa, a partir de meados do século XVII<sup>5</sup>. Durante praticamente todo o período colonial (de meados

---

<sup>4</sup> “O método da violência é a consequência direta do choque que se estabelece entre o capitalismo e as formações que, na economia natural, interpõem barreira a sua acumulação.” (Luxemburg, op.cit pg.255).

<sup>5</sup> “Portugal compreendeu assim, que para sobreviver como Metrópole colonial deveria ligar o seu destino a uma grande potência, o que significa necessariamente alienar parte de sua soberania. Os acordos concluídos com a Inglaterra em 1642-54-61 estruturaram esta aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de

do século XVII até o início do século XIX), o território brasileiro se encontra sob grande influência – direta ou indireta - da principal potência econômica do centro do capitalismo mercantil, a Inglaterra. Portanto, durante todo o período minerador, o comércio colonial beneficiou de forma muito mais significativa a acumulação de capital realizada pela nascente burguesia inglesa. Com a revolução industrial e seu posterior desenvolvimento, que se inicia em fins do século XVIII, principalmente na Inglaterra, as relações de dependência dos países latino-americanos sofrerão uma mudança radical.

Com as transformações produtivas geradas pela revolução industrial, a demanda por matérias-primas no centro do capitalismo cresce de forma significativa, tornando os países latino-americanos grandes produtores e exportadores destas mercadorias – esta nova relação começa a desenvolver um capital mercantil nos países coloniais, como no caso do Brasil, que participava ativamente deste novo mercado. Esse novo cenário foi extremamente importante para os processos de independência latino americana, pois agora havia uma “burguesia” nacional mercantil exportadora, que tinha interesses econômicos e por isso contribuiu com estes processos. Uma das consequências destes processos foi o fim do monopólio comercial espanhol e português nas Américas. Conjuntamente a isso se formará mais claramente a Divisão Internacional do Trabalho (DIT). A consolidação da DIT marcará de forma significativa as relações destes países, agora formalmente independentes, mas que ainda tem como fundamento de suas relações políticas e econômicas uma relação de dependência, na qual a apropriação/expropriação do excedente econômico pelo centro do capitalismo mundial é a base material destas relações. Cada país reagirá de forma diferente neste novo cenário. Nos países onde já havia uma infraestrutura econômica e um cenário político relativamente estável, o processo se dará de forma mais rápida como é o caso do Brasil e do Chile<sup>6</sup>. Nasceram assim, as bases econômicas que irão determinar o papel do Brasil diante o mercado mundial: um país monocultor e exportador de mercadorias agrárias e importador de bens manufaturados<sup>7</sup>.

A partir de meados do século XIX há um novo desenvolvimento das forças produtivas no centro do sistema. Além de novo aumento na demanda por matérias-primas haverá uma modernização nos setores exportadores periféricos. Essa modernização é feita através da introdução de máquinas mais modernas produzidas no centro, que aumentam a produtividade

---

Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes” (Furtado, pg. 64). Para ver mais sobre esta relação ler Furtado, “Formação Econômica do Brasil”, capítulo 7.

<sup>6</sup> Ver Marini, Subdesenvolvimento e Revolução, capítulo 1.

<sup>7</sup> “(...) a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo da produção” (Marini, *ibidem*, pg. 52).

e as exportações de alguns países periféricos. Além disso, começa a surgir nestas economias um mercado assalariado<sup>8</sup>, capaz de absorver a oferta crescente de manufaturas do centro (BAMBIRRA, 2012). Esses dois fatores são chaves para o surgimento da indústria no Brasil e também em outros países latino-americanos, que possuíam características semelhantes (estabilidade política, infraestrutura econômica mínima, mercado interno, transição do trabalho escravo para o assalariado e um sistema exportador consolidado).

Com a Primeira Guerra Mundial há uma contração na oferta internacional de bens manufaturados. Este fato leva os países que já possuíam um mercado interno consolidado (força de trabalho livre e destituída dos meios de produção, capaz de ser absorvida tanto produtivamente, quanto como força consumidora de bens industrializados) e um excedente econômico gerado pelos setores exportadores a iniciar o processo de industrialização de bens de consumo leves (roupas, calçados, alimentos, etc.) em seus territórios. Essas são as bases econômicas mínimas que tornaram possível pra alguns países latino-americanos, iniciarem seus respectivos processos de industrialização<sup>9</sup>. Deu-se, a este processo, o nome de *substituição de importação* que, *grosso modo*, caracteriza-se, pela queda na oferta de bens industrializados pelo centro do sistema, o que por sua vez cria estímulos internos, para a absorção de uma demanda interna não atendida<sup>10</sup>, levando o país a produzir dentro de seu território, bens que antes eram importados para atender aquela demanda. O Brasil é um destes países.

Diferentemente do processo de colonização, que em seu primeiro momento passou por uma transição violenta da economia natural até a estabilização das colônias exportadoras, o processo de transição de uma formação econômica capitalista exportadora dependente, para uma formação econômica dependente capitalista industrial, se deu de forma lenta e descontínua (BAMBIRRA, 2012). A consequência deste processo para os países latino-americanos industrializados foi uma íntima relação entre as classes oligárquicas e a classe industrial nascente.

A relação entre as classes oligárquicas<sup>11</sup> e a burguesia industrial se dá tanto no plano

---

<sup>8</sup> Para entender este processo de transição e suas particularidades ver Furtado, parte quatro, op.cit.

<sup>9</sup> Ver Bamberra “O capitalismo latino-americano dependente”, capítulo IV.

<sup>10</sup> O processo de industrialização brasileiro dá seus primeiros passos já no início do século XX e final do século XIX, pelos fatores já apontados, mas o processo se consolida e se intensifica com a Primeira Guerra Mundial. Além da demanda por parte daqueles que recebem salários, há agora uma demanda também por parte daqueles que se apropriam da mais-valia, antes atendida pelo setor externo, gerando uma grande inflexão no processo interno de reprodução e acumulação do capital, que começa a voltar suas atenções para o setor industrial nascente. Para uma análise mais precisa e sistemática deste processo, ver Bamberra op.cit.

<sup>11</sup> Aqui se emprega “oligárquicas” no mesmo sentido de Bamberra, por: “(...) oligárquica entendemos todos os setores das classes dominantes vinculados direta ou indiretamente ao setor primário-exportador, além dos latifundiários que produzem para o mercado interno ou que detenham a propriedade da terra sem torná-la

econômico como no político. Economicamente, a nascente burguesia industrial brasileira depende do excedente gerado pelas exportações (através de investimento direto no setor, via bancos, ou políticas de transferência de estado), do mesmo modo que os setores oligárquicos dependem, não apenas dos produtos que agora consomem do setor industrial, mas de produtos que fazem parte de seu processo produtivo – como é o caso das embalagens. Há, portanto, a partir do início do século XX, a consolidação entre estes dois setores de classe no Brasil, que terá como seu ponto máximo de manifestação simbiótica, o primeiro governo Vargas. É em seu governo que, definitivamente, a burguesia industrial assume seu papel dentro da sociedade enquanto classe dominante ligada à oligarquia brasileira; ambas assumem o poder político e econômico, sendo as principais forças dirigentes da sociedade – esta relação se dá como aquela que existe em um casal de enamorados que estão prestes a completar bodas de ouro, apesar de todas as contradições da relação, um não consegue viver sem o outro; a relação possui interesses muitas vezes antagônicos, na qual alguém talvez possa sair perdendo, mas quase sempre, ao final de tudo “todos” ganham<sup>12</sup>.

O nascimento da burguesia industrial brasileira leva o capitalismo dependente há uma nova configuração política e social. Trata-se de uma “revolução burguesa” (BAMBIRRA, 2012), não nos moldes europeus, mas própria do capitalismo dependente. Uma “revolução burguesa” que não rompe com as estruturas reais - econômicas e políticas -, mas que se adequa dentro delas e a elas se soma. Portanto, apesar de todo o movimento político criado neste período, – que posteriormente será categorizado como “populismo” e que incluía também o proletariado urbano, além das classes médias e a pequena burguesia – o objetivo *principal*, por parte daqueles que dirigiam o processo, era a consolidação política e econômica deste novo setor interno da burguesia nacional, o setor industrial – os movimentos de caráter nacionalista e desenvolvimentista, que se iniciam no Brasil a partir de 1930, terão diferentes formas e manifestações, mas todos tem como base este momento único da história dos países latino-americanos.

De fato este talvez seja um dos processos mais complexos dentro da sociologia brasileira e latino-americana. Entender a totalidade deste momento histórico exige um esforço teórico grande, pois é neste período que surge, pela primeira vez na história destes países,

---

majoritariamente produtiva” (Bambirra. Idem, pg.80).

<sup>12</sup> “O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía, portanto, o conflito de interesses no interior da coalizão dominante. As divergências sobre a política cambial e de crédito, as tentativas constantes da burguesia industrial de canalizar para si o excedente gerado no setor exportador, e seu propósito de assegurar através do estado o desenvolvimento dos setores básicos foram motivos de conflitos interburgueses constantes, que se manifestaram numa instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases de poder” (Marini, 2012 pg. 57).

discursos políticos de libertação nacional e de desenvolvimento autônomo, quase todos vinculados – teórica e praticamente – ao desenvolvimento da indústria e do setor de classe que ela representa, a burguesia industrial. Esses discursos ganharam força em todos os setores da sociedade, incluindo parte da esquerda e de seus intelectuais. Dadas as limitações do presente trabalho não será possível realizar esta análise mais sistemática, entretanto, quero salientar, que assim como os teóricos da teoria marxista da dependência, analisamos este processo dentro de suas bases materiais e objetivas, ou seja: a “revolução burguesa”, nunca superou as bases econômicas do subdesenvolvimento.

Como a história irá demonstrar, este movimento tem como consequência final o apoio e a manutenção do próprio sistema, pois a burguesia industrial dependerá deste para sua própria sobrevivência. Será através do apoio aos golpes militares em todo continente, que tinham como objetivo central a contenção dos movimentos populares e de massas de caráter transformador, que ela irá mostrar sua “face” mais conservadora, deixando claro seu papel histórico: garantir sua posição de classe dominante, dentro de um sistema subordinado historicamente aos interesses do capital internacional. Cabem agora algumas ponderações e explicações sobre como esta nova fase do capitalismo dependente se manifesta, integrado ao sistema capitalista mundial.

Temos de entender o desenvolvimento dos países latino-americanos, como um único processo, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema global. Uma das características fundamentais do capitalismo é o fato de que, cada vez mais, ele se constitui como um sistema internacional, portanto “não é viável conceber, nem histórica nem teoricamente, a promoção do desenvolvimento na esfera nacional, de forma alheia ao desenvolvimento desse sistema em escala mundial” (BAMBIRRA, 2012, pg. 137). O processo de internacionalização do capital, característica do capitalismo, se intensifica no final do século XIX e início do XX, quando o desenvolvimento das forças produtivas (segunda revolução industrial) leva o sistema a um novo estágio, seu estágio imperialista<sup>13</sup>.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se afirmará como a grande

---

<sup>13</sup> “Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger as múltiplas relações de um fenômeno na integralidade de seu desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua as seguintes cinco características fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquiri uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.” (Lenin, “Imperialismo, estágio superior do capitalismo” pg. 124).

potência hegemônica do mundo capitalista. Por uma série de motivos – que vão desde o fato de que não houve ataques que destruíram seu território, até o grande número de cientistas que imigraram para suas universidades - os EUA se tornaram o grande polo tecnológico mundial. É através do domínio sobre a tecnologia que os EUA, adquirem uma grande vantagem em termos de produtividade, perante as outras nações imperialistas. Há uma elevação da composição orgânica do capital em escala mundial<sup>14</sup>. A automatização da produção, consequência da terceira revolução tecnológica, leva uma das tendências do capitalismo imperialista, a necessidade de exportação de capitais, a mudar de forma. Agora não é mais apenas a venda de mercadorias-maquinarias que opera, características dos anos de 1930 e 1940, mas também a exportação de seu capital-maquinário, fazendo com que o investimento estrangeiro seja feito de forma direta pelo capital<sup>15</sup>. Será este o cenário internacional com o qual a burguesia nacional se deparará, a partir dos anos 50. O capitalismo em sua fase imperialista, após o desenvolvimento da segunda revolução tecnológica (último quarto do século XIX), estabelecerá com alguns países (como no caso do Brasil) uma relação de venda das maquinarias que se tornavam obsoletas no centro, ou que ainda não haviam sido amortizadas, dando a possibilidade para estes países de iniciarem o processo de industrialização. Com a terceira revolução tecnológica, outra necessidade surge, não só a de transferir tecnologia, mas a de controlar cada vez maiores quantidades de força de trabalho e de mercado, a nível mundial, para garantir o superlucros das grandes multinacionais<sup>16</sup>, esta é a nova realidade do capitalismo, após as transformações ocorridas no centro do sistema.

Para além do novo cenário, existem as fissuras internas na coalizão dominante – burguesia industrial e as oligarquias – que havia sido firmada durante os anos de governo do presidente Vargas e que se consolidará com o Estado Novo (1937). Nesta coalizão também se encontra parte do proletariado, que logrou avanços reais em relações aos direitos do trabalho - é neste período que se instaura o salário mínimo no Brasil - dado a necessidade da burguesia industrial nascente de aumentar o mercado interno para seus produtos. O primeiro sinal de

---

<sup>14</sup> “Em 1954, o início do uso de máquinas eletrônicas de processamento de dados no setor privado da economia norte-americana franqueou afinal, para diversos senão para todos os ramos da produção, o campo da inovação acelerada e a caça de superlucros tecnológicos que caracteriza o capitalismo tardio. Incidentalmente, podemos datar a partir daquele ano o término do período de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e o início do surto de crescimento rápido desencadeado pela terceira revolução tecnológica” (Mandel, “O Capitalismo Tardio” pg.136, grifos meus). As consequências desta nova fase do capitalismo, o capitalismo tardio, serão discutidas mais adiante no decorrer deste trabalho.

<sup>15</sup> “São vários os procedimentos utilizados para que essa mudança se concretize: vão da instalação direta de filiais, passando pela aquisição majoritária das ações de uma empresa através da inserção de máquinas, até os convênios firmados, seja com capital privado ou do Estado, para a exploração e abertura de novos setores e ramos produtivos” (Bambirra, pg. 140).

<sup>16</sup> Para uma análise mais completa e profunda ver Mandel op. cit.

que começava a surgir uma fissura dentro desta coalização é a eleição do presidente Vargas em 1951.

A aliança, da qual Vargas fazia parte, era fundada no compromisso que o governo tinha com o crescimento econômico (crescimento do emprego e da renda) e com o desenvolvimento industrial autônomo brasileiro. A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), o monopólio estatal do petróleo (Petrobras) e da energia (Eletrobras), são expressões deste compromisso. É dessa forma que a burguesia cria um campo de interesses comuns com o proletariado e a classe média, dando homogeneidade a este bloco, que tem como liderança o setor industrial e suas aspirações: conseguir levar a cabo o processo de industrialização, garantindo a reprodução e a acumulação de seu capital (MARINI, 2012). É claro nestes primeiros anos do governo Vargas para quem estava voltada a política econômica do estado; ela tinha como principal objetivo o desenvolvimento da indústria, “deixando de lado” os outros setores da burguesia nacional. O primeiro recuo da burguesia dentro deste projeto acontece quando, o então Ministro do Trabalho João Goulart, na tentativa de organizar as massas operárias, eleva o salário mínimo em 100%, já que este não era reajustado desde 1945. Este é o primeiro “susto” da burguesia industrial, que com medo da consolidação de um estado com forte viés sindicalista, pressiona, junto a outros setores conservadores da sociedade, a saída do então ministro.

Com a saída de Goulart e a crise no balanço de pagamentos (que tem início com a queda dos preços dos produtos primários a partir dos anos 50), a fissura interna do grupo dominante brasileiro se agrava ainda mais; levando o governo Vargas a realizar políticas de conciliação, sendo a mais significativa delas, a reforma cambial de 1953. Com a liberação do câmbio e a liberalização para a entrada e saída de capitais do país, o presidente conseguiu conter os déficits no balanço comercial (via contenção das importações), o que gerou equilíbrio nas contas externas do país. Entretanto, com a nova queda do preço do café, e o com a saída das divisas permitidas pelo novo sistema, há uma nova crise na balança comercial, levando o país a mais uma crise cambial. Somado a isso há um aumento crescente na inflação do país. Este cenário de crise tem seu ápice com o suicídio, em 1954, de Getúlio Vargas. A dificuldade da burguesia industrial em gerar as divisas necessárias para dar continuidade a seu processo de industrialização (importação de máquinas e equipamentos), devido à crise do setor exportador e a pressão das massas trabalhadoras que reivindicavam ajuste salariais, pois estes haviam perdido poder de compra graças à inflação do período 1953-54, irão gerar um quadro de instabilidade política e econômica no país, que terá como única

saída (por parte da burguesia) a Instrução 113<sup>17</sup> da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central, realizada pelo então presidente eleito Juscelino Kubitschek (MARINI, 2012).

Com a Instrução 113, não se alterava o regime de câmbio vigente, mas se facilitava incrivelmente a entrada de capitais estrangeiros, já que permitia que as máquinas e os equipamentos importados não tivessem cobertura cambial. A cifra de financiamento e investimento estrangeiro no período, 1955-1961, é de 2,3 bilhões de dólares, dada a facilitação da entrada via a Instrução 113 e a lei 2.145/54 (MARINI, 2012). Para além da política cambial adotada pelo governo Kubitschek, o Plano de Metas possui uma importância significativa. É através dele que se realizarão obras básicas, de infraestrutura, como construção de estradas, até a construção de uma nova capital (Brasília), levando o país a uma grande expansão econômica no período. Neste novo cenário econômico surge também, um novo ator na política brasileira: o capital estrangeiro; que agora além de se instalar no país, também se associa ao capital nacional. Este quadro, que aparentemente, havia tirado o país da crise, irá criar novas tensões internas nas classes dominantes brasileiras.

Apesar da estabilidade criada pelo capital estrangeiro, a burguesia industrial irá novamente se deparar com os limites do capitalismo dependente. A contradição gerada pelo aumento da produtividade no setor urbano/industrial e a grande concentração de terras no campo impede que o mercado interno brasileiro cresça e absorva a nova demanda criada pelo setor industrial nacional e estrangeiro. Surge dessa forma uma oposição entre os setores dominantes, de um lado o setor agrário exportador e do outro a burguesia industrial. Marini expõe esta contradição de forma muito lúcida e clara.

Esta verdade seria ainda mais evidente quando, ao redor de 1960, diminui-se a entrada de capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que, passado o período de maturação dos investimentos, os grupos internacionais voltaram a pressionar a balança de pagamentos para exportar seus lucros. Neste momento – grave sobretudo devido à tendência à queda dos preços de exportação – a expansão industrial brasileira se veria contida de duas maneiras: externamente, pela crise da balança de pagamentos – que não deixa outras alternativas que não desvalorizar a moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais, ou conter a exportação dos lucros e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros -; e internamente, pelo esgotamento do mercado interno para os produtos industriais, que só poderia ser ampliado através da reforma agrária (MARINI, 2012 p. 85-86)

---

<sup>17</sup> “Por essa via, a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgiu no setor externo. Agoniada pela escassez de divisas, que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, a burguesia aceitava que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de entrada e de ação e renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada com Vargas. As condições especiais da economia estadunidense, mais do que nunca necessitada de novos campos de investimento, garantiam o acordo.” (Marini, “Subdesenvolvimento e Revolução” p.81).

Outro fator que agravará a crise, quase que permanente neste período, é a disparada da inflação. Como os salários nominais haviam estagnado durante todo período do Plano de Metas, o que era necessário para se criar uma “poupança forçada” para os investimentos industriais (MARINI, 2012), a classe trabalhadora da cidade se viu pressionada, quando em 1959 há uma alta nos preços dos alimentos. Este aumento leva os trabalhadores à organização sindical e à pressão por aumento real nos salários - uma expressão destes movimentos é a chamada “greve de paridade”, que reuniu em 1960 no Rio de Janeiro, trabalhadores do porto da marinha, com o apoio de outras categorias (MARINI, 2012). Tem início assim a disputa pelo excedente social: de um lado os trabalhadores exigindo aumento de salário para que este não fique abaixo do mínimo necessário para sua sobrevivência e do outro, a burguesia, que para não perder a parte do excedente que ela se apropria via inflação, aumenta os salários e os preços. Essa luta faz com que a inflação dispare de 25%, em 1960, para 81% em 1963. Ou seja, o problema crucial da burguesia industrial, em um cenário de crise externa, não se resolve, mesmo com a entrada de capitais estrangeiros, pois ela não encontra mercado para seus produtos, o que faz com que tenha de aumentar os preços, gerando inflação e levando assim o país à crise e à estagnação econômica.

O governo do presidente Jânio (1961) tentará solucionar este problema de duas formas: liberando o câmbio, desafogando assim o setor externo e aumentando o liberalismo econômico, com intuito de “racionalizar” o mercado, via concorrência, deixando indefesas as pequenas e médias empresas de baixa produtividade, perante o grande capital. Além disso, o presidente buscou, via política externa, novos mercados e parceiros – é neste período que o governo irá retomar os laços diplomáticos com a URSS, interrompidos desde 1947. Todavia, nenhuma destas soluções resolveu de fato o problema: a inflação continuou disparando e os conflitos internos se agravavam cada vez mais. Por uma série de medidas contraditórias (liberação econômica facilitando a saída e entrada de capitais e condecoração ao Ministro das Relações Exteriores, da nação socialista Cubana), Jânio Quadros se viu pressionado por vários setores da sociedade, desde a burguesia mais conservadora até a extrema esquerda. Numa tentativa de “sair por cima” de todas as críticas e do cenário no qual o país se encontrava, o presidente adota uma estratégia ousada: renuncia seu cargo, na esperança de que o povo iria acolhê-lo em seus braços, exigindo o seu retorno ao governo; criando dessa forma o apoio necessário a suas políticas de estado. Obviamente isso não aconteceu. O povo abstratamente pode significar qualquer coisa (grande numero de pessoas, povo de uma nação), mas na prática ele é formado por classes; a dos trabalhadores, dos latifundiários, dos industriais, e suas respectivas frações. E para infortúnio do presidente, a maior parte dessas classes estava

descontente com seu governo fazendo com que sua tentativa de retorno à presidência fracassasse. Porém, esse fato mudará a conjuntura política do Brasil de forma drástica.

Com a renúncia de Jânio Quadros, o Brasil passa pela segunda vez em sua história, por um regime parlamentarista. Alguns setores militares e do estado, contrários à posse do vice-presidente João Goulart – devido ao fato de que este era uma figura ligada ao movimento operário de massas e suas lideranças – matem o sistema parlamentarista, de 1961 até 1963. Este cenário irá mudar apenas quando em um plebiscito, convocado por Goulart e com grande apoio da CGT<sup>18</sup> (Comando Geral dos Trabalhadores), a população decide, por ampla maioria, pela volta do presidencialismo, tornando assim João Goulart o novo presidente do Brasil, já que o presidente havia renunciado. É a partir daqui que as coisas irão tomar rumos que mudarão a história do país de forma radical.

Jango (apelido popular de João Goulart) tinha uma difícil tarefa a cumprir. Reestabelecer o crescimento econômico, conter a inflação que vinha galopando e retomar os níveis de investimento na economia (recuperação dos lucros). Seu maior desafio seria realizar todas estas medidas dentro de um pacto burguês-operário. Ele tinha de expandir o mercado interno no longo prazo (via reforma agrária), o que significava no curto prazo, conter as reivindicações populares por salários, e expandir as exportações dos produtos brasileiros. Nas palavras de Marini “trazendo o selo de um governo popular, exigia-se que o governo de Goulart tivesse uma atuação impopular, reprimindo as reivindicações das massas” (MARINI, 2012). Em 1961, o movimento de massas começa a ganhar força e inclui em sua pauta temas como, a reforma agrária, a urbana e a fiscal (aonde se encontrava a lei que propunha limitar as remessas de lucro para o exterior das grandes multinacionais), entre outros temas, que questionavam a estrutura de poder político e econômico vigente. Dentro deste cenário político a burguesia nacional e estrangeira começa a se articular e criar seus próprios mecanismos políticos, para combater as necessidades populares<sup>19</sup>, que colidiam diretamente com seus interesses. Com isso, pouco a pouco a burguesia deixa de ver Jango como o líder popular que tomaria as medidas anti-populares necessárias para elevar sua taxa de lucro, se afastando em definitivo deste governo. A saída encontrada por Jango será a de buscar suporte nos setores da esquerda, que acabaram por apoiá-lo. No dia 13 de março de 1964, em um comício que reunia as principais forças de esquerda do país, Goulart anuncia as tão esperadas reformas de base.

---

<sup>18</sup> O CGT era uma instituição intersindical fundada em 1962, e que reunia boa parte das direções sindicais do país. João Goulart foi uma das figuras centrais e que apoiou a fundação da CGT. O Comando Geral era de fundamental importância para consolidação da estratégia traçada por Goulart, pois era uma das forças políticas no país que apoiavam a volta do presidencialismo.

<sup>19</sup> Ver Marini, “Subdesenvolvimento e Revolução” páginas 100-104.

Esse foi o ultimato que levou as forças reacionárias do país a tomarem uma decisão: necessitamos de uma intervenção militar<sup>20</sup> no Brasil.

Uma série de fatores levou a esta “coalização antagônica” (burguesia industrial, agrária e comercial brasileira e burguesia internacional) dentro da classe dominante do país (MARINI, 2012). Muitos são os momentos em que os interesses destas distintas frações de classe divergem. Todavia, existe sempre uma alternativa: a manutenção do sistema e de suas contradições fundamentais. *Grosso modo*, esta foi a alternativa encontrada pelas classes dominantes brasileiras para sair da crise<sup>21</sup>. Apesar de em vários momentos os interesses se chocarem (questão da reforma agrária x mercado interno, câmbio para os exportadores x câmbio dos importadores, disputas pelo mercado interno entre as burguesias nacionais e estrangeiras, questão cambial x importação de tecnologia, etc.) a burguesia brasileira percebeu que:

O que estava em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média e pequena - compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões autárquicas, bem como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior estadunidense, preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema. Foi como chegou ao regime militar, implantado no dia 1º de abril de 1964. (MARINI, 2012, p.153)

Portanto, a partir de 1964, se consolidará um sistema econômico e político no Brasil em que a burguesia nacional *depende* do grande capital internacional - sendo que o mesmo é válido no sentido inverso. Esta relação de dependência trará sérias consequências para a classe trabalhadora brasileira (hiperinflação, aumento do desemprego, queda dos salários, péssimas condições de moradia, saúde, educação, etc.) nas décadas seguintes ao golpe.

A dependência se apresenta de diferentes maneiras (tecnológica, cultural, política, econômica), mas sua essência está na absorção de parte do excedente econômico produzido (mais-valia) por uma nação em detrimento de outra. Esta relação básica de apropriação/expropriação<sup>22</sup> de valor é o fundamento, a meu ver, para se caracterizar um

---

<sup>20</sup> “A tentativa fracassada de 1961 expressou claramente que uma intervenção militar só poderia ter êxito se: a) correspondesse a uma situação objetiva de crise da sociedade brasileira; e b) estivesse inserida no jogo das forças políticas em conflito. O respaldo que os militares receberam da pequena-burguesia – expresso na ‘Marcha da Família’, que reuniu no dia 2 de abril de 1964, um milhão de manifestantes no Rio – é um sinal evidente de que a ação das forças armadas correspondia a uma realidade social objetiva. Outra confirmação é a adesão unânime das classes dominantes” Marini, “Subdesenvolvimento e Revolução” p. 105.

<sup>21</sup> “Não a toa as primeiras medidas do governo militar foram: contenção dos salários, restrição do crédito e aumento da carga tributária, que no governo de Castelo Branco baseou-se sobretudo na folha de pagamentos (salário familiar, impostos para educação e habitação popular, décimo terceiro, salário, etc.)” Marini, “Subdesenvolvimento e Revolução” pg.107.

<sup>22</sup> “(...) a metrópole expropria o excedente econômico de seus satélites apropriando-se para seu próprio desenvolvimento. Os satélites se mantêm como subdesenvolvidos por não terem acesso a seu próprio excedente e pela polarização e contradição de exploração que a metrópole introduz e mantêm dentro de sua estrutura

“padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela *concentração* (...)” (MERCADANTE p.20 grifos meus). Não há qualquer tipo de rigor teórico por parte de Mercadante. Ele não conceitua o que seria este “padrão de acumulação histórico”, ou seja, não responde a algumas perguntas fundamentais: através de que forma este padrão se consolidou? Quais as causas deste padrão? O autor simplesmente parte do pressuposto de que nunca se gerou crescimento e se distribuiu renda, ao mesmo tempo, e que como o governo do PT conseguiu superar esta contradição, sendo ele o responsável por mudar este “padrão histórico”. Mas as questões continuam em aberto. Porque nunca antes na história se cresceu sem distribuir renda? Quais são os fundamentos econômicos desta condição? De fato há uma distribuição da riqueza e da renda, que nos possibilite afirmar que o PT é uma ruptura histórica? O padrão dependente de acumulação se apresenta ao longo da história de diversas formas: economia colonial exportadora, relação direta de apropriação/expropriação; economia exportadora capitalista, relação de apropriação via preços internacionais; até entre nações capitalistas industrializadas e independentes, apropriação via remessa de lucros e dividendos, pagamento de royalties, dívidas estatais, *superexploração* da força de trabalho, etc. Interessanos agora, resgatar a conceituação realizada por Ruy Mauro Marini em seu livro a “Dialética da Dependência”, sobre o novo caráter que a dependência assume após a Revolução Industrial europeia no século XIX.

## 2.2 DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

Os países latino-americanos possuem uma formação particular. Quando olhamos para a estrutura econômica e social constituída no continente percebemos certas peculiaridades, até certas deformações, se comparamos seu desenvolvimento com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua forma mais pura (MARINI, 2007, p.138). Esta formação histórico-social particular levou muitos pesquisadores a deduzir que o que havia na América Latina era um “pré-capitalismo<sup>23</sup>”, ou seja, havia um todo que não se desenvolvera até sua

---

econômica. A combinação dessas contradições, uma vez consolidada, reforça os processos de desenvolvimento na, cada vez mais dominante, metrópole, e de subdesenvolvimento nos, cada vez mais dependentes, satélites (...)” Frank “Capitalismo y subdesarrollo en América Latina”, p. 16, tradução própria.

<sup>23</sup> “O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.” (Marini, “Dialética da dependência”, p.138)

forma mais complexa: o capitalismo europeu. Para Marini, o ponto de partida é justamente o contrário: partindo de uma realidade latino americana já constituída como um todo desenvolvido, já como uma realidade complexa, mas que possui suas especificidades históricas, ele consegue abstrair deste todo desenvolvido as “categorias mais simples”, acompanhado o movimento da dependência como um movimento histórico real, como movimento do próprio modo de produção capitalista que se dá de forma integrada. Apenas assim, analisando o capitalismo em sua forma mais madura nos países latino americanos, foi possível identificar na formação desses países o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, sendo aqueles conectados e subordinados a este - que teve como expressão máxima as relações de dependência estabelecidas a partir do começo do século XIX.

A integração do continente Latino Americano ao mercado mundial capitalista inicia-se com os processos de colonização e contribuirá:

Em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2007, p.140)

Passado este primeiro momento, é a revolução industrial<sup>24</sup> quem irá mudar quantitativa e qualitativamente a relação de subordinação entre os territórios europeus e latino americanos. Quantitativamente, pois a demanda por matérias-primas e produtos alimentícios no centro do capitalismo atingirá um patamar muito maior que antes; qualitativamente, por que não será mais uma subordinação política baseada na posse do território, se constituirá uma subordinação entre países que são independentes politicamente, mas que ainda sustentam, em sua base econômica, uma relação de expropriação e apropriação de valor. É neste momento que se estabelece uma estrutura clara na relação entre os países Latinos Americanos e o centro europeu: a divisão internacional do trabalho (DIT), que, posteriormente, determinará o sentido do desenvolvimento da região (MARINI, 2007).

É neste momento histórico que a dependência atingirá outro patamar. Tendo como base a divisão internacional do trabalho, as relações se darão agora sob outros termos:

(...) é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a

---

<sup>24</sup> Correspondem, ao mesmo período da revolução industrial na Europa, os processos de independência nos países latino americanos, ver Marini, op.cit, p.140.

reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2007, p.141)

Há uma diferenciação importante a ser feita e que possui proporções teóricas bastante grandes. Nas palavras de Marini “(...) situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência”. Poderíamos elencar uma série de elementos para demonstrar que de fato não são a mesma coisa – relação de dominação política interna e externa, apropriação direta da riqueza, estrutura econômica interna diferentes, etc. -, mas há um, destacado por Marini, que é fundamental: é somente com a revolução industrial, e seu posterior desenvolvimento, que a divisão internacional do trabalho se estabelecerá sobre uma base mais sólida; países produtores de manufaturas de um lado (centro europeu) e países produtores de alimentos e matérias primas (países latino americanos) do outro. Esta condição é essencial, já que desta maneira a indústria europeia poderá desenvolver-se de forma plena; por existir uma América Latina produtora de alimentos e matérias-primas, o capitalismo europeu poderá se especializar na produção de manufaturas. Há duas mudanças centrais possibilitadas pela divisão internacional do trabalho que devem ser destacadas: 1) com o avanço das forças produtivas, geradas pela revolução industrial, o consumo de matérias primas utilizadas no processo produtivo aumenta em proporções muito maiores; 2) a produção de alimentos em escala mundial, fornecidos pela América Latina, mudou o eixo da acumulação no centro do sistema, passando da mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, a acumulação do capital passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho, do que de sua exploração<sup>25</sup> (MARINI, 2007, páginas 141-144). Essas mudanças são fundamentais para entendermos como se dá a extração/apropriação de valor neste novo cenário.

Com essa oferta mundial crescente de alimentos, os ganhos advindos do aumento da produtividade do trabalho se traduzirão, para os capitalistas europeus, em uma maior taxa de lucro. Não se alterando as demais condições, um aumento da produtividade não gera um aumento na taxa de lucro, isto é, a relação entre o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho (capital variável, que tem como sua expressão os salários<sup>26</sup>) e o tempo de

---

<sup>25</sup> “No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção” (Marini, op.cit, p.144).

<sup>26</sup> “A forma salário apaga, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo o trabalho aparece como trabalho pago. (...) Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e o preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente, que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repõem todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações

trabalho excedente (mais-valia) - que são as variáveis fundamentais para a determinação da taxa de mais valia e por consequência da taxa de lucro - não se modifica; apenas se produz maiores quantidades de valores-de-uso no mesmo espaço de tempo. Não se altera a massa total de valor produzida em uma jornada de trabalho. Entretanto, quando o capitalista tiver de ir ao mercado realizar o valor de suas mercadorias, ele poderá vendê-las pelo preço de mercado, porém, o valor contido em suas mercadorias é menor que o preço de mercado - com o aumento da produtividade, por exemplo, enquanto antes se produzia 10 mercadorias em uma jornada de 8 horas, agora se produz 12 na mesma jornada, assim, o valor individual destas mercadorias caiu de 0,8 para 0,66, mas o preço de mercado continua sendo 0,8. Isso de fato lhe possibilita uma maior taxa de lucro, não por que aumentou sua produção de mais-valia, mas apenas porque está se apropriando da mais-valia de outros capitalistas, via preço. Realizou uma mais-valia extraordinária. Quando este efeito passar, ou seja, quando o aumento de produtividade (introdução de uma nova máquina que está mais barata, por exemplo) se espalhar para todo o setor, estes ganhos serão passado e a taxa de lucro voltará ao seu nível médio e aquela mais-valia extraordinária desaparecerá. Esta é a tendência caso não haja uma mudança nos fatores que determinam a taxa de mais-valia.

Portanto, uma das formas de transformar os ganhos de produtividade em lucro é reduzir o valor das mercadorias que compõem o consumo da classe trabalhadora, assim conseguirão os capitalistas mudar a relação entre o capital variável ( $v$ ) e a mais-valia ( $m$ ), a seu favor. Tornando menor o preço do capital variável, há uma elevação na taxa de mais valia ( $m/v$ ), aumentando por consequência a taxa de lucro. É desta forma, com uma oferta abundante de bens-salários<sup>27</sup>, que os ganhos de produtividade na Europa se traduzirão em maiores taxas de lucro, mudando o eixo da acumulação capitalista, da mais-valia absoluta (elevação da jornada de trabalho ou aumento da exploração do trabalho) para a mais-valia relativa (queda do valor da força de trabalho). O outro fator responsável por manter elevada a taxa de lucro no centro do capitalismo é o preço das matérias primas.

A taxa de lucro não depende apenas da taxa de mais-valia<sup>28</sup>, ela varia de acordo com

---

do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões, todos os embustes apologéticos da economia vulgar” (Marx, O Capital, L. I V. II, p.627-628).

<sup>27</sup> “O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão dos produtos primários no mercado mundial, tema que voltaremos mais adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salários, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais” (Marini, op.cit. p.147).

<sup>28</sup> “A mais-valia ou o lucro consiste, justamente no excedente do valor-mercadoria sobre o preço de custo, isto é, no excedente da totalidade de trabalho contida na mercadoria sobre a soma de trabalho pago nela contida. A mais-valia, qualquer que seja sua origem, é, por conseguinte, um excedente sobre o capital adiantado. A relação entre esse excedente e a totalidade do capital expressa-se pela fração  $m/C$ , significando  $C$  o capital total. Temos

todo o capital adiantado pelo capitalista, isto é, capital constante e capital variável. Logo, o capital constante é um dos determinantes da taxa de lucro. Para iniciar o processo produtivo o capitalista precisa encontrar no mercado dois elementos fundamentais: força de trabalho livre (livre dos meios de produção, não lhe restando outra alternativa para garantir sua sobrevivência que não a venda da sua capacidade de trabalho) e meios de trabalho (capital constante). Esta parte constante do capital (CC) se divide, por sua vez, em capital constante fixo (instalações, prédios, maquinaria e instrumentos de trabalho), e capital constante circulante (materiais auxiliares e matérias primas, ou seja, insumos que são consumidos durante o processo produtivo). Esta parte do CC é circulante, pois, ela é consumida por inteiro durante o processo produtivo. Enquanto a parte fixa repassa o seu valor, via desgaste, para o produto ao longo do tempo, a parte circulante repassa todo seu valor ao produto<sup>29</sup>. Fazendo com que seu consumo seja contínuo e crescente, caso a produtividade do trabalho também o seja. É por este motivo que a produção de matérias primas latino americanas será fundamental para a elevação da taxa de lucro na Europa industrializada.

Dessa forma, sem uma queda permanente no preço das matérias-primas, haverá sempre uma tendência de queda na taxa de lucro, pois

Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salários, maquinário, matérias-primas, etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser – sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregada para produzi-la – uma queda da taxa de lucro. (MARINI, 2007, p, 147-148)

Assim, a América Latina passará a cumprir outro papel essencial para frear as contradições inerentes à própria acumulação de capital: ao tornar-se um dos grandes centros fornecedores de matérias-primas a preços mais baixos, barateando desta forma o valor do capital constante, sua produção interna será responsável por elevar a taxa de lucro no centro do sistema. Este é um dos motivos que explicam a razão pela qual, mesmo com uma demanda crescente, a tendência do preço destes produtos é sempre de queda. Enquanto isso, o preço dos produtos manufaturados se mantém relativamente estáveis, causando assim uma deterioração dos termos de troca entre as nações, refletindo uma depreciação dos preços dos produtos primários em relação aos manufaturados (MARINI, 2007). Um dos mecanismos que opera

---

assim a *taxa de lucro*  $m/C = m/c+v$  diversa da taxa de mais-valia  $m/v$ ” (Marx, O capital, Livro 3, volume 4, p. 60).

<sup>29</sup> “Na medida em que se desenvolve a produtividade do trabalho, o valor da matéria-prima vai se tornando componente cada vez maior do valor do produto mercadoria, pois entra nela por inteiro, e, além disso, vão constantemente diminuindo em cada parte alíquota do produto total a porção que repõe o desgaste da maquinaria e a porção que representa o novo trabalho adicionado.” (Marx, op.cit p.147).

para que isto ocorra é semelhante ao de um setor específico da economia, só que com uma grande diferença: no caso das nações o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho não se espalham de forma homogênea para toda a economia mundial, ficando centralizada no centro do sistema.

Existem, portanto, duas formas das nações burlarem a lei do valor, para beneficiar-se de uma troca, que teoricamente deveria ser uma troca entre equivalentes (quantidades iguais de valor), possibilitando-lhes assim, absorver uma parte do trabalho excedente produzido por outros capitalistas de outras nações. A primeira delas se dá pelo simples fato de que a nação mais industrializada produz mercadorias que a outra não produz, ou não produz com a mesma facilidade, assim sendo, ela pode fixar o preço acima de seu valor, isto é, vender por um preço acima do seu preço de produção – esta fixação se dá de forma arbitrária - configurando dessa maneira uma troca desigual. A segunda ocorre pelos diferentes graus de produtividade do trabalho e se manifesta como em uma troca entre setores dentro de um mesmo país, ou dentro de um mesmo setor, por exemplo. Há transferência, por que, a nação que possui maior produtividade do trabalho pode se apropriar de uma parcela de valor excedente ao vender sua mercadoria pelo preço de mercado, já que seu preço de custo é muito inferior ao demais, transferindo para si, parcela da mais-valia global em sua forma monetária (MARINI, 2007). Em ambos os casos a transferência ocorre na esfera da realização da mais-valia, na etapa da circulação do capital<sup>30</sup>. Esta transferência de mais-valia, que ocorre na esfera da circulação, terá como resposta, por parte da nação desfavorecida pela troca, uma mudança em suas relações de produção.

Para compensar a transferência de valor, as nações desfavorecidas por este intercâmbio, têm de lançar-se sobre uma maior exploração da força de trabalho, com intuito de aumentar a massa total de valor produzido. Existem três mecanismos pelos quais se pode aumentar a exploração da força de trabalho: 1) aumento total da jornada de trabalho; 2) aumento da intensidade do trabalho; 3) remunerar a força de trabalho abaixo do valor

---

<sup>30</sup> “Finalmente, interessa-nos considerar que teremos três partes a analisar no ciclo do capital ou, para sermos mais precisos, no ciclo de reprodução e circulação do capital. A primeira corresponde à fase de circulação, que podemos chamar de C<sup>1</sup>, na qual se estuda o capital que, sob a forma dinheiro, comparece na circulação para adquirir, no ato de compra, meios de produção e contratar força de trabalho. A segunda corresponde à da acumulação e produção, mediante a qual o capital reveste-se da forma material de meios de produção e força de trabalho para, por meio de um processo de exploração, promover sua própria valorização, ou seja, a criação de mais-valia. A terceira é a segunda fase de circulação, C<sup>2</sup>, na qual o capital, sob a forma de mercadorias que contêm o valor inicial mais a mais-valia gerada, entra no mercado para buscar sua transformação em dinheiro através do intercâmbio; o dinheiro resultante, se o ciclo se realiza de normalmente, de representar uma magnitude superior com relação ao capital dinheiro que se acumulou” (Marini, “O Ciclo do Capital na Economia Dependente”, p.22-23).

socialmente necessário à sua reprodução; “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em fundo de acumulação de capital” (MARX, apud MARINI, 2007, p.154-155). Estes mecanismos

(...) contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca. Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias-primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção. (MARINI, 2007, p.153)

Não se trata apenas de aumentar o valor produzido, mas de impedir que esta transferência se traduza em uma queda na taxa de mais-valia, e por conseguinte, numa queda na taxa de lucro<sup>31</sup>. Assim, uma maior exploração da força de trabalho torna-se condição para que o capitalista, que opera no interior da economia dependente, consiga, dentro das condições econômicas estabelecidas, manter a reprodução de seu capital. Isto faz com que essa maior exploração da força de trabalho seja parte do próprio desenvolvimento das nações periféricas, isto é, não se trata apenas de uma mera violação da lei do valor, mas de uma categoria que se desenvolve historicamente nos países que tem parte de sua riqueza expropriada e que aparece como alternativa, dada pelo seu próprio desenvolvimento econômico, para que o capital consiga se reproduzir enquanto sistema econômico de dominação. Por isso Marini categoriza esta violação da lei do valor, como sendo uma *superexploração* da força de trabalho, característica intrínseca, ao capitalismo dependente<sup>32</sup>.

O conceito de superexploração da força de trabalho explica porque, nos países centrais, há uma tendência à aproximação entre aquilo que é necessário para sobrevivência da força de trabalho e sua remuneração, ao mesmo tempo em que, isso não ocorre na periferia do sistema. Nas palavras de Marini,

Se considerarmos a evolução dos salários nos países industriais constatamos que há uma tendência permanente dos salários a ficar próximos ao valor real da força de trabalho. Mas quando mudados nosso foco para as economias dependentes vemos que isso não acontece;

<sup>31</sup> “Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribui para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível de produção interna.” (MARINI, op.cit. p.154).

<sup>32</sup> A categoria desenvolvida por Marini não exclui o fato de que houve apropriação do trabalho excedente antes de se desenvolverem as relações capitalistas de produção e sua vinculação ao comércio internacional fundado na DIT, como ocorria na época do período da colônia exportadora. Esta categoria lança luz aos fenômenos novos que aparecem com o próprio desenvolvimento da dependência “Recorremos a essas categorias no espírito das observações metodológicas que avançamos ao iniciar este trabalho, ou seja, porque permitem caracterizar melhor os fenômenos que pretendemos estudar e também porque indicam a direção para qual estes tendem.” (Marini, 2007, p.155).

não podemos partir de forma nenhuma, na análise de uma economia dependente, afirmando que ali a força de trabalho se remunera pelo seu valor. Isto não é verdade; pelo contrário, o característico em uma economia dependente é precisamente que a força de trabalho se remunera *sempre* abaixo do seu valor.

O que podemos propor como categoria de análise da exploração do trabalho em economias dependentes? Eu diria que, para isso é necessário fazer uma nova leitura de Marx e reencontrar ali o essencial em sua análise da exploração do trabalho. O que importa é a maneira pela qual o trabalho é explorado, e, portanto, *a maneira pela qual se dá o processo de acumulação de capital* (MARINI, 1973, p.4 grifos meus e tradução própria).

A divisão internacional do trabalho acarreta, para a economia dependente, um ciclo de reprodução do capital em que parte da mais-valia gerada é apropriada na fase da circulação, via comércio internacional e a troca desigual que este impõe, obrigando o capital a lançar sobre a classe trabalhadora uma superexploração da força de trabalho no ciclo interno produtivo da economia dependente. Esta é a trajetória que o capital percorre, para Marini. Temos agora de entender os impactos que este processo causa na fase da circulação interna do capital dependente e seu posterior desdobramento, ou seja, quando ocorre o processo de industrialização em alguns dos países latino americanos.

Como vimos, a superexploração da força de trabalho é consequência da reprodução do capital em escala mundial<sup>33</sup>. Para além desta contradição, a divisão internacional do trabalho coloca os países latinos americanos numa posição em que, sua produção interna não depende do consumo interno, mas sim do consumo internacional. Ao ser “convidada” a participar do mercado mundial como exportadora de matérias primas e produtos alimentícios, a produção material latino americana adquire uma particularidade: a produção interna volta-se para fora, fazendo com que sua realização não dependa do consumo interno da classe trabalhadora. Para completar seu ciclo, o capital necessita sair da esfera produtiva, na forma mercadoria, lançando-se para a esfera da circulação, na qual, através do consumo, retornará à sua forma monetária; isto lhe possibilita começar novamente seu ciclo, pois, agora o capitalista conseguiu *realizar* aquele valor produzido, na esfera da circulação (D-M-D'). Acrescido de mais valor (D') o capital pode agora, recomeçar seu ciclo. Uma das partes importantes para que o capital em seu conjunto, ou seja, englobando todos os setores que produzem e que consomem (Estado, trabalhadores e capitalistas), realize todo o processo, é o consumo da classe trabalhadora. É neste momento em que aparece a contradição inerente à produção capitalista:

---

<sup>33</sup>“(…) chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana.” (Marini, op.cit p.162).

Contradição do regime do modo de produção capitalista: os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade tende a reduzi-los ao mínimo do preço. (MARX, apud, MARINI, 2007, p. 162).

Nos países dependentes essa contradição aparece de forma específica: por ser voltada para atender a demanda dos países centrais, a produção de mercadorias nos países dependentes se separa da fase em que o capital, para concluir sua realização, depende do consumo da classe trabalhadora, separando estas duas esferas específicas, a da produção e a da circulação<sup>34</sup>. Além disso, a DIT e a superexploração da força de trabalho criam outra separação, só que desta vez no consumo interno das classes que compõem as economias dependentes.

Essa separação se dá entre o consumo daqueles que o realizam via salários (trabalhadores) e os que o realizam via apropriação de mais-valia não acumulada (capitalistas). Como a maior parte da produção nos países periféricos tem como objetivo final o consumo externo, dado a divisão internacional do trabalho, a classe que tem condições de ter acesso ao consumo de bens manufaturados tem de fazê-lo via importações. No caso da economia dependente, necessariamente esta classe tem de ser a capitalista, ou aqueles que vivem do consumo da mais-valia de forma indireta, pois como vimos, a superexploração da força de trabalho tende a rebaixar os salários (capital variável) até o limite mínimo possível, ou seja, abaixo daquilo que seria necessário à própria reprodução da classe trabalhadora. Assim, aparece novamente uma “deformação” na esfera interna da circulação na economia dependente, dividindo-se em duas esferas: a esfera “baixa” que tende sempre a ser restringida e é representada pelo consumo da classe trabalhadora; e uma esfera “alta”, aquela que o sistema tende a ampliar, que representa o consumo da classe capitalista e que se realizará via o comércio de importações (MARINI, 2007, p.165). Esta configuração irá manter-se durante todo período primário exportador - início do século XIX até meados do século XX - e se modificará naqueles países onde ocorreu um processo de industrialização.

Como vimos anteriormente, alguns países latino americanos conseguiram levar a cabo o processo de industrialização no período que vai desde a Primeira até a Segunda Guerra

---

<sup>34</sup> Este é um dos fatores que possibilitam a classe capitalista de superexplorar os trabalhadores nos países latinos americanos “O divórcio entre o produtor e o consumidor cria as condições para que, em uma economia desta natureza, o trabalhador possa ser explorado praticamente até o limite. Por que motivo? (...) A possibilidade de rebaixar o salário do operário não encontra limites na necessidade de realizar o produto, já que este se destina ao exterior; o consumo do operário é irrelevante para a realização do produto. Como consequência, o caráter que assume o ciclo do capital em uma economia deste tipo não impõe nenhuma trava à exploração do trabalhador, pelo contrário, leva a configurar-se como uma superexploração.” (Marini, “La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo 1973, p. tradução própria).

Mundial. Este movimento econômico, que foi acompanhado por seu respectivo movimento político, terá como resultado uma mudança na estrutura da economia capitalista dependente, ou seja, na esfera alta e baixa da circulação.

A acumulação de capital nas “economias capitalistas clássicas” gera por si só seu próprio mercado. Ao separar o produtor de seus meios de produção, não cria apenas o assalariado, mas também o consumidor (MARINI, 2007, p.167), em outras palavras, aquilo que antes era produzido diretamente pelo trabalhador, para sua reprodução, se torna parte do capital, sua parte variável; agora o trabalhador adquire sob a forma de salários os bens necessários à sua reprodução (MARINI, 2007, p.168). Quando o capitalista consegue adquirir no exterior, a preços mais baratos, os alimentos necessários para a reprodução do trabalhador, há uma conexão ainda maior entre a acumulação de capital e o crescimento do mercado interno, pois com o barateamento dos alimentos, o trabalhador pode incorporar a uma parte de seu consumo os produtos manufaturados ali produzidos. Não é à toa, que a produção industrial neste tipo de economia concentra-se na produção de bens manufaturados de consumo popular, já que estes incidem diretamente sobre a taxa de mais valia, possibilitando para o capital, que sua acumulação se dê com base na produção de mais-valia relativa (MARINI, 2007, p.168).

Esta acumulação, baseada no aumento da produtividade do trabalho, não apenas estimula a produção de bens manufaturados, mas também daqueles bens tidos como de luxo, já que a demanda por estes bens cresce, quando cresce a mais-valia apropriada pela classe capitalista. Aqui há uma separação na fase da circulação do capital entre duas esferas distintas de consumo – bens de luxo e bens-salários. Isso também ocorre na economia dependente, mas com uma diferença significativa: o crescimento da esfera de consumo que corresponde aos artigos de luxo, só é possível devido às transformações das condições de produção, que levam a um aumento na produtividade do trabalho, fazendo com que a parte do consumo que corresponde à classe trabalhadora diminua em termos reais (MARINI, 2007, p.168-169). Portanto, “A ligação existente entre as duas esferas de consumo é distendida, mas não se rompe<sup>35</sup>” (MARINI, 2007, p.169).

A elevação dos salários reais a partir da segunda metade do século XIX, possível

---

<sup>35</sup> “Outro fator contribui para impedir que a ruptura se realize: é a forma como se amplia o mercado mundial. A demanda adicional de produtos supérfluos que cria o mercado exterior é necessariamente limitada, primeiro porque quando o comércio se efetua entre nações que produzem esses bens, o avanço de uma nação implica no retrocesso de outra, o que suscita, por parte da última, mecanismos de defesa; e depois porque, no caso da troca com os países dependentes, essa demanda se restringe às classes altas e se vê constringida pela forte concentração de renda que implica a superexploração do trabalho. Portanto, para que a produção de bens de luxo possa se expandir, esses bens têm de mudar o seu caráter, ou seja, converte-se em produtos de consumo popular no interior mesmo da economia industrial.” (Marini, “Dialética da dependência”, p. 169).

graças à desvalorização dos alimentos e a possibilidade nos países industriais de redistribuir parte do excedente apropriado nas nações dependentes, faz com que as tendências de desarticulação entre as duas esferas de consumo não signifique um rompimento total. Este é o processo pelo qual se desenvolveu a indústria nos países “capitalistas clássicos”, o mesmo não ocorre com a industrialização nos países latino americanos.

O processo de industrialização latino americano não cria “sua própria demanda” (MARINI, 2007, p.170), como nas economias clássicas. No início do processo de industrialização o consumo da classe trabalhadora não era determinante para o desenvolvimento da indústria, pois, aquela via constantemente seus salários serem rebaixados pelo setor exportador, o que criou apenas uma “indústria débil”, que só se ampliava quando fatores externos limitavam o consumo da esfera alta, via o comércio de importações (MARINI, 2007, p.170). Este é o procedimento pelo qual se desenvolve a indústria nos países latino americanos em seu primeiro momento, surge para suprir uma demanda da esfera alta do consumo, quando esta não pode ser atendida via importações.

Neste primeiro momento a capacidade de demanda era superior à capacidade de oferta, por isso não era necessário, do ponto de vista do capitalista industrial, aumentar o mercado interno. Devido à estrutura de preços imposta (que atuavam para impedir o consumo popular) e por estar a demanda acima da oferta, a situação neste momento era extremamente confortável para a burguesia industrial. Mesmo quando houve um equilíbrio entre oferta e demanda, a saída para a burguesia industrial não foi a de aumentar o mercado interno, mas sim de jogar com o preço de produção e com o preço de mercado, dado a situação de monopólio adquirida graças à crise do mercado mundial e as barreiras alfandegárias criadas, assim a burguesia industrial podia aumentar a sua margem de lucro, aumentando os preços. Outro fator determinante é que, o baixo desenvolvimento tecnológico do setor fazia com que o preço de produção fosse determinado fundamentalmente pelos salários, somado a isto, a crise no setor exportador liberava mão de obra, dando a possibilidade para a indústria de rebaixar os salários até o limite, tornando seu preço de produção ainda menor e aumentando ainda mais os lucros. Em outros termos, a indústria latino americana se vale também de uma superexploração da força de trabalho para garantir sua reprodução e acumulação de capital. O desenvolvimento da indústria neste momento mantém a separação entre as esferas altas e baixas, só que agora, a ruptura entre produção e consumo se dá internamente; há uma ruptura entre o consumo da classe trabalhadora e a produção, pois esta tem como objetivo o consumo daqueles que o realizam através da mais-valia. Isto é possível por que a produção industrial latino americana produz bens que não entram, ou entram muito pouco, no consumo popular,

fazendo com que sua produção independa das condições de salários da classe trabalhadora. É independente em dois sentidos: 1º) porque não são essenciais para o consumo individual do trabalhador, o que faz com que um barateamento destes bens não interfira na taxa de mais-valia e por consequência na taxa de lucro, fazendo com que, para aumentar a taxa de mais-valia o capitalista tenha de aumentar a exploração da força de trabalho e pode fazê-lo por que a realização de seu produto não depende do consumo daquele que o produz; 2º) como já apontamos acima, a circulação e realização desta indústria depende daqueles que realizam o consumo através da apropriação de mais-valia, portanto, para que este consumo aumente terá de se reduzir o consumo do operário, pois assim se aumentará a mais-valia global, o que por sua vez, eleva o consumo daqueles que dela dependem.

Quando a oferta e a demanda por estes bens se igualam, quer dizer que a burguesia industrial precisa encontrar uma saída para sua produção, este é o momento em que, nas economias clássicas, os bens supérfluos tornaram-se bens de consumo popular. Na economia dependente, isto se dará de outra forma. Dada sua própria estrutura, a saída para a economia dependente será: aumentar o consumo das classes médias, que depende daquela mais-valia não acumulada pela classe capitalista e baratear os produtos industrializados, via aumento da produtividade do trabalho. Há novamente um choque entre estes dois movimentos: um aumento da produtividade do trabalho significaria aumentar a participação destes bens no consumo da classe trabalhadora, mas para garantir o consumo das camadas médias, é necessário rebaixar o consumo operário, comprimindo mais ainda os salários. Esta contradição tornaria o processo de transição, de um modo de acumulação para o outro, extremamente lento e difícil para a burguesia industrial. Mas é através deste choque que a burguesia industrial encontrará um mecanismo para resolver seu problema de acumulação. Será através da tecnologia estrangeira, destinada a aumentar a produtividade do trabalho, que a burguesia encontrará a solução para seus problemas.

Esta nova necessidade das burguesias industriais latinas americanas, será suprida pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em escala global. É com a terceira revolução tecnológica e seus desdobramentos, que as exportações de bens de capital, que se tornavam obsoletos numa velocidade muito maior, metade do tempo que era anteriormente, serão necessárias à reprodução do capitalismo em escala mundial. Este é um dos motivos pelo qual os investimentos estrangeiros se dirigiam preferencialmente para o setor industrial. Por dois motivos: um, pela própria necessidade de se exportar máquinas; e dois, pela possibilidade de obter altas taxas de lucro, via superexploração da força de trabalho.

Há uma nova configuração, liderada pelos Estados Unidos, após 1950, na divisão

internacional do trabalho. É por isso que

A industrialização latino americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que a siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como o Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear, etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. (MARINI, 2007, p. 175)

Esta transferência tecnológica e de processos produtivos se dá de diversas formas (desde doações até investimento direto), entretanto, o mais significativo neste momento é analisar seu impacto sobre a realização e acumulação do capital nas economias dependentes.

A consequência da introdução do progresso técnico não poderia ser outra se não a mais lógica: o capitalista pode agora aumentar o ritmo do uso da força trabalho, elevando sua produtividade e ainda continuar remunerando-a abaixo de seu valor. Isto se deve pelos motivos já apontados acima (esta produção não entra no consumo da classe trabalhadora, não interferindo por isso, na taxa de mais-valia) e pelo fato de que a introdução do progresso tecnológico se dá naqueles setores que fazem parte da esfera alta do consumo. Portanto,

A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorcia o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas. A estratificação desse aparato no que se costuma chamar “indústrias dinâmicas” (setores produtores de bens supérfluos e de bens de capital que se destinam principalmente para estes) e “indústrias tradicionais” esta refletindo a adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente. (MARINI, 2007, p.178).

Neste novo cenário aparece novamente a dificuldade de realização. Uma das alternativas encontradas pelo capital será a fuga pra o mercado externo. Esta é mais uma das semelhanças entre a economia exportadora dependente e sua consequência histórica, a economia industrial dependente: por não conseguir realizar sua produção no mercado interno, devido à superexploração da força de trabalho, tem de buscá-la fora. Este fato levou Marini a caracterizar algumas economias dependentes como “subimperialistas”, que teve como expressão máxima o caso brasileiro, durante o período militar. Não temos como objetivo entrar neste debate, pois, como apontado por Marini, esta caracterização envolve debates sociológicos e políticos, que fogem do escopo deste trabalho.

Esta breve introdução, sobre o caráter histórico da dependência, tem como objetivo, demarcar, teórica e conceitualmente, o que é um padrão histórico baseado na concentração da renda e da riqueza. Por sua inserção no mercado mundial, os países latinos americanos, como

é o caso do Brasil, tem parte de sua produção de valor apropriada pelo centro do sistema, isso gera um mecanismo de compensação interno, que tem como consequência uma maior exploração da força de trabalho, ou seja, uma superexploração da mesma. É a partir daqui que, a maior parte dos problemas sociais irão se constituir (problema de moradia, consumo, saúde, educação, etc.); é esta a relação fundamental e que caracteriza uma relação de dependência e subordinação entre nações, o que sustenta, por sua vez, o capitalismo como sistema de dominação, a nível global.

### 2.3 O CAPITALISMO TARDIO

Capitalismo tardio é uma conceituação teórica elaborada por Ernest Mandel publicada no início dos anos de 1970. Mandel busca compreender as mudanças ocorridas no capitalismo pós Segunda Guerra Mundial. Com o fim da Segunda Guerra o capitalismo entrou em uma nova fase, posterior à fase imperialista descrita por Lenin. A exportação de capitais observada por Lenin, do centro para a periferia do sistema<sup>36</sup> e a fusão entre o capital bancário e o industrial, marcas da fase imperialista do capitalismo, adquirem novas proporções, mudando a estrutura do capitalismo a nível global. A análise produzida por Mandel é extremamente rica porque busca analisar a totalidade da vida social desta nova fase do capitalismo. Dados os limites inerentes à produção deste trabalho, me limitarei a trazer os principais aspectos econômicos de sua análise; aspectos que, a meu ver, são fundamentais para o entendimento das relações econômicas atuais do capitalismo.

O período pós 1945 é um marco na história mundial. É neste momento que o mundo verá surgir uma nova potência mundial, os Estados Unidos, a grande potência hegemônica do mundo capitalista; assim como verá surgir também outra potência, a União Soviética, que hegemonizava a maior parte dos países socialistas no mundo. Ambas travaram inúmeros conflitos durante o período histórico que ficou conhecido como Guerra Fria. É neste momento

---

<sup>36</sup> A expansão do capitalismo tem como base a busca pelos superlucros “[...] o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucros e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado.” (Mandel, “O Capitalismo Tardio”, p.38). “Nos dias atuais, analogamente, a produção de matérias-primas por métodos que datavam do período de capitalismo manufatureiro ou do início da industrialização deixava de ser uma fonte de superlucros coloniais, tornando-se um freio à acumulação de capital em escala mundial. Na fase de transição do capitalismo de livre concorrência à era do imperialismo o capital respondera àquele desafio com uma penetração maciça no campo das matérias-primas; quando o imperialismo 'clássico' deu lugar ao capitalismo tardio, o capital respondeu com uma penetração em massa ainda mais profunda.” (op.cit p.41). Os superlucros têm com base: o baixo valor da força de trabalho e as diferentes composições orgânicas do capital que geram, a nível nacional, diferentes produtividade nas economias capitalistas. Ver Mandel capítulo 2, op.cit.

em que o capitalismo<sup>37</sup> entrará em sua fase *tardia*.

Um das principais características do capitalismo tardio é que “(...) *pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados.*” (MANDEL, p.133 grifos no original). Isto só é possível graças à “terceira revolução tecnológica”, que tem suas origens nas necessidades do capital nos anos 1930 e 1940 do século passado (MANDEL, pg.135). Em suma, estas necessidades estavam ligadas ao aumento rápido da taxa de lucro, que estava em descenso, principalmente após a grande depressão de 1929. Esta queda na taxa de lucro, que incide de forma mais aguda sobre o departamento I (máquinas que produzem máquinas) - já que este setor era o responsável pela acumulação do capital<sup>38</sup> depois da segunda revolução tecnológica - gerou uma pressão gigantesca neste setor, assumindo:

quatro formas: 1) no sentido de um aumento imediato na taxa de mais-valia (fascismo e economia de guerra); 2) no sentido de uma valorização imediata do capital excedente através do rearmamento; 3) no sentido de uma nova tentativa em diminuir o custo do capital constante, isto é, de renovada penetração em escala maciça do capital na produção de matérias-primas (minerais e agrícolas), mas dessa vez com tecnologia industrial avançada e consequentemente apta a diminuir o custo do capital constante fixo. A pressão para diminuir o tempo de rotação do capital estava ligada a esse projeto; 4) no sentido de uma redução radical na participação dos custos salariais no preço de custo das mercadorias, conjugada a experimentos nos campos da semi-automação e da automação. A razão dessa inclinação temporária foi a tendência ao aumento da participação relativa dos custos salariais, simultânea à diminuição pronunciada no preço das matérias-primas e na participação do valor representando pelo capital fixo. (MANDEL, 1985, p.133)

---

<sup>37</sup> Mandel não é o único a tratar destas transformações, Virgínia Fontes em, “Brasil e o Capital-Imperialismo”, também trata do tema: “Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão interna, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de existência ambiental e biológica”. (Fontes, “Brasil e o Capital-Imperialismo”, p.149). E, além disso: “Evidencia-se, pois, o elemento crucial – as reestruturações expressam o transbordamento da concentração da propriedade sob o predomínio monetário, e foram conduzidas de maneira a intensificar as extrações de valor; a introduzir ou a intensificar em níveis até então desconhecidos a concorrência entre trabalhadores (entre taxas de exploração) em todos os âmbitos e entre capitalistas funcionantes, em muitos casos também coproprietários do mesmo tipo de capital (os gestores tornavam-se acionistas).” (Fontes, id., p.199) A contribuição de Fontes é sem dúvida inegável, sobretudo, quando analisamos a conta financeira brasileira nos últimos 20 anos e vemos uma entrada crescente na economia de capital financeiro - direcionado cada vez mais para aquisição de ações e participação no capital de empresas nacionais. Todavia, sua análise peca no próprio desenvolvimento deste “capital-imperialismo” e seu surgimento. Ela não explica, o porquê do capital portador de juros surgir como hegemônico, ou predominante e quais as necessidades, que surgem da própria reprodução do capital (produção e realização da mais-valia), para que ele, o capital, cada vez mais assuma sua forma monetária. Afinal, por que o capital precisa cada vez mais assumir sua forma monetária, para extrair mais-valia?

<sup>38</sup> “A acumulação acelerada do capital gerada pela segunda revolução tecnológica (1893-1914) foi sucedida por um longo período de acumulação bloqueada e relativa estagnação econômica, do término da Primeira Guerra Mundial ao início da Segunda Guerra Mundial. Nos capítulos 4 e 5 explicamos a causa básica dessa estagnação: o aumento considerável na composição orgânica do capital em resultado da eletrificação generalizada produziu uma tendência à queda da taxa média de lucros, a qual só poderia ser neutralizada por um aumento correspondente na taxa de mais-valia.” (Mandel, “O capitalismo tardio”, p.132).

A consequência deste processo foi a automatização da produção, principal característica da terceira revolução tecnológica. As quatro principais características, deste novo processo produtivo são:

- Transferência de partes entre processos de produção sucessivos, baseada em dispositivos automatizados – por exemplo, na indústria automobilística de Detroit.
- Processos em fluxo contínuo, baseados no controle automático do fluxo e de sua qualidade – por exemplo, na indústria química, nas refinarias de petróleo e nos equipamentos de gás e eletricidade.
- Processos controlados por computação em qualquer unidade fabril.
- Diferentes combinações dos sistemas acima mencionados – por exemplo, a superposição de computadores à semi-automação, no estilo de Detroit, criou complexos de máquinas-ferramentas numericamente controlados; a combinação de computadores e processos de fluxo contínuo praticamente concretizou o objetivo de unidades de produção completamente automáticas no refino de petróleo e nas empresas de serviços de utilidade pública. (REZLER, Julius. *Automation and Industrial Labor*. Nova York, 1969. p 7-8. Abud Mandel, p.135-136)

Obviamente esta automatização da produção não se espalha para a economia como um todo, isto é, podemos encontrar dentro de um mesmo setor, indústrias automatizadas, semi-automatizadas e indústrias do tipo “clássica”. Isso se deve, porque, é impossível para o capital levar a uma automatização total da economia, pois uma das características básicas da terceira revolução industrial é a substituição de trabalho vivo por trabalho morto - nas empresas plenamente automatizadas esta substituição é quase total (MANDEL, 1985). Ou seja, caso houvesse um cenário, onde as indústrias do tipo “clássica” fossem reduzidas a uma parcela quase que inexistente do mercado, a tendência à queda da massa de mais valia total da sociedade – exploração sobre o trabalho vivo - seria sempre constante, já que não haveria a possibilidade às indústrias plenamente automatizadas, via preço, se apropriam da mais-valia social; neste cenário as contradições do capitalismo assumiram um “caráter explosivo” (MANDEL, 1985).

Longe de significar o fim do trabalho, ou fim do período industrial, esta nova fase muda radicalmente algumas das estruturas da produção capitalista. Uma das principais mudanças é o tempo de rotação do capital fixo. No Capitalismo Tardio o tempo de rotação do capital fixo se reduz quase que pela metade na maior parte de seus componentes<sup>39</sup>. Isto tem consequências sérias para a reprodução do capital, pois, se antes o tempo de vida do capital fixo era de 10 anos, isso dava garantia ao capitalista de que seu valor seria em 10% ao ano, isto é, em 10 anos o valor total do capital fixo teria sido repassado para a produção. Se houvesse, por exemplo, um problema de realização (estoque de mercadorias acima do

---

<sup>39</sup> Sobre os dados da redução do capital fixo ver Mandel, op.cit páginas 159-160.

previsto), o capitalista poderia distribuir o preço deste capital, os 10%, ao longo dos nove anos seguintes, tornando o impacto sobre os lucros muito menores, já que a amortização passaria de 10% para apenas 11,1% ao ano. A coisa é diferente quando o tempo de vida é de quatro ou cinco anos. Se em algum dos anos o capitalista tiver problemas de realização, no caso de uma máquina de cinco anos, ele terá agora uma amortização anual de 25% em quatro anos, não mais os 20% de antes. Surge então, uma nova necessidade para o capitalista, a do planejamento e da programação econômica, já que o impacto da amortização do capital fixo é muito maior sobre a produção total anual<sup>40</sup>.

Esta mudança no tempo de rotação do capital fixo só é possível graças “à aceleração da inovação tecnológica, o que por sua vez é um resultado da realocação do capital industrial, investido não apenas na atividade direta de produção, mas também em escala crescente, nas esferas pré-produtivas (Pesquisa e Desenvolvimento)” (MANDEL, 1985, p.157). A inovação tecnológica distingue-se do desenvolvimento da própria maquinaria<sup>41</sup> no capitalismo tardio. Ela é resultado “da aplicação sistemática da ciência à produção” e só se manifesta como um “negócio específico organizado numa base capitalista” sob o capitalismo tardio (MANDEL, 1985, p. 175 e 176). Todas essas transformações das forças produtivas, geradas a partir da terceira revolução tecnológica, irão mudar as características do capitalismo, mudando também a forma pela qual o capital se reproduz em nível mundial.

Com essas transformações, a concentração e centralização do capital adquirem nova forma. Nesta nova fase do capitalismo, a concentração internacional do capital começa a se transformar em centralização internacional do capital. Diferentemente do período anterior, no capitalismo tardio há uma centralização dos meios de produção em escala global, ou seja, o controle e a tomada de decisão sobre o que produzir, quanto produzir e onde produzir, é tomada por um poder central que controla diversos processos produtivos em vários cantos do mundo (MANDEL, 1985). Uma das expressões desta nova forma de organização do capital

---

<sup>40</sup> “Os instrumentos de automação – o computador eletrônico, acima de tudo – tornam possível o planejamento exato e em detalhe em todas essas esferas mediante o rápido processamento de colossais quantidades e complexos dados (...)”. “Naturalmente, a planificação exata de investimentos, financiamentos e custos perde o seu sentido tão logo deixa de haver garantia de venda. Em consequência, a lógica da terceira revolução tecnológica leva as empresas do capitalismo tardio a planificar as suas vendas, com o resultado familiar dos dispêndios colossais em pesquisa e análise de mercado, publicidade e manipulação dos consumidores, obsolescência planejada de mercadorias (o que muito frequentemente traz consigo um queda na qualidade das mercadorias), e assim por diante. (Mandel, op.cit p.161)

<sup>41</sup> “A invenção torna-se, nesse caso, um ramo dos negócios, enquanto a aplicação da ciência à produção direta determina as invenções e simultaneamente as solicita. Mas não foi esse o caminho pelo qual se desenvolveu a maquinaria, em linhas gerais, e muito menos aquele pelo qual ela progride a nível de detalhe. O caminho efetivo é um processo de análise através da divisão do trabalho, que gradativamente transforma as ações do trabalhador em operações cada vez mais mecânicas, de maneira que, em determinado ponto, um mecanismo pode substituí-las.” (Marx, *Grundrisse*, p.703-704, Abud Mandel, p.175)

são as empresas multinacionais<sup>42</sup>.

Mandel aponta seis forças fundamentais que nos ajudam a entender porque este processo ocorre. Elencarei aqui duas delas, as quais, a meu ver, são as mais importantes para nosso estudo: 1) “O novo desenvolvimento das forças produtivas desencadeado pela terceira revolução tecnológica” (MANDEL, 1985, p.223) faz com que, em um número cada vez mais crescente de setores, não seja mais lucrativo produzir apenas em escala nacional. Isto ocorre por dois motivos: um, pelo alto grau de investimento de alguns setores, necessidade de mover grandes quantidades de capital (indústria espacial, fabricação de aviões supersônicos de transporte, fabricação de circuitos integrados, etc.); e o segundo, pelo fato de que a automatização fez com que a produção superasse a demanda nacional muito além daquilo que ela é capaz de absorver, tornando o investimento lucrativo apenas se for realizado a nível mundial (MANDEL, 1985); 2) dado a grande acumulação e concentração de capital, no período do capitalismo monopolista, nos grandes monopólios e oligopólios, há uma quantidade cada vez maior de capital à disposição destas grandes empresas, via os superlucros que estas realizam; a consequência disto é a capacidade de autofinanciamento e de supercapitalização destas empresas (MANDEL, 1985)<sup>43</sup>.

Nesta nova configuração do capitalismo há uma necessidade constante, por parte destas grandes empresas, de gerar uma desvalorização contínua do dinheiro, via inflação, dado as novas condições de valorização e realização do capital<sup>44</sup>. Isso se deve ao avanço das forças produtivas, que agrava ainda mais uma das contradições fundamentais do sistema capitalista que expusemos na seção anterior: a classe trabalhadora, enquanto classe que

---

<sup>42</sup> Com o intuito de tornar mais preciso o conceito de centralização, Mandel reconhece que não é apenas desta forma que o capital se centraliza “Neste contexto não é importante saber se as ações se distribuem internacionalmente entre acionistas pequenos ou médios, pois um dos traços notórios das empresas capitalistas de sociedade anônima, e de capital monopolista como um todo, é que a posse de uma grande quantidade de capital no seio de uma sociedade anônima de vulto permite o controle sobre quantidades ainda maiores de capital.” (Mandel, op.cit. p. 227).

<sup>43</sup> As empresas são levadas assim, cada vez mais, a produzir em escala mundial “Porém como é típico do capital monopolista eliminar a concorrência de preços, o crescimento das vendas e da produção é cada vez mais limitado no país. O resultado é a compulsão das grandes empresas no sentido de se expandirem para além do mercado nacional, a fim de assegurar a saída de seus produtos. Essa expansão segue dois caminhos: diferenciação e combinação de setores no mercado interno e especialização e diferenciação de produtos no mercado mundial. Devido à maximização dos lucros a longo prazo (as vantagens das grandes séries, das economias de escala interna e externa, e do controle de mercado) é a segunda dessas duas tendências que predomina, levando as grandes empresas a produzir e vender em escala mundial” (Mandel, op.cit. p. 224)

<sup>44</sup> “Esses exemplos mostram claramente que é incorreto considerar a *capacidade* dos bancos subvencionarem uma expansão da moeda escritural como a causa principal da inflação permanente. Sua força motriz principal vem das grandes empresas e de sua capacidade de usar a expansão da moeda escritural para obter a curto prazo o volume de dinheiro adequado às suas projeções de acumulação e realização. O papel da inflação permanente no capitalismo tardio, de ocultar a redução do valor das mercadorias, de facilitar a acumulação de capital, de dissimular a alta da taxa de mais-valia e de resolver temporariamente as dificuldades de realização por meio da expansão do crédito, depara-se assim, em última instância, com limites intransponíveis. A inflação incipiente deixa então de ser funcional, ou se transforma em inflação galopante.” (Mandel, op.cit. p.307)

consome mercadorias é fundamental para o mercado, entretanto, quando esta tem de vender sua mercadoria, força de trabalho, a tendência do mercado é de reduzir ao mínimo possível seu valor. Esta contradição, somada ao grande aumento da produtividade do trabalho, que elevou a produção de valores-de-uso fazendo cair o valor individual das mercadorias, faz com que a classe capitalista, a fim de realizar seu lucro, gere um aumento constante na expressão monetária do valor da mercadoria. Isso faz com que, ao mesmo tempo, haja a desvalorização do dinheiro e a necessidade de se criar mais moeda, para cobrir esta elevação “artificial” nos preços, mantendo desta forma o lucro médio, que tenderia a cair permanentemente, devido aos grandes avanços na produtividade do trabalho, que faz cair o valor das mercadorias e as incapacidades da classe trabalhadora de absorver as novas quantidades de mercadorias produzidas. A este fenômeno Mandel dá o nome de “inflação permanente”. Nas palavras de Mandel:

*A partir daí [Mandel se refere ao período posterior à Segunda Guerra Mundial], a principal fonte de inflação passou a ser o saque a descoberto em contas correntes, concedido pelos bancos ao setor privado, e coberto pelos bancos centrais e pelos governos – em outras palavras, crédito para a produção de empresas capitalistas e crédito ao consumidor particular (sobretudo para a compra de casas e bens de consumo duráveis). Por conseguinte, a inflação permanente é hoje a inflação permanente da moeda escritural, ou da forma de criação de dinheiro própria do capitalismo tardio para facilitar a reprodução ampliada a longo prazo (meios adicionais para a realização da mais-valia e para a acumulação de capital) (MANDEL, 1985, P. 293, grifos no original)*

Esses novos elementos fazem com que o crédito assuma um papel central na manutenção do sistema capitalista e na reprodução ampliada do capital, tendo impactos diretos sobre o ciclo industrial.

Desde o surgimento da grande indústria e da consolidação do mercado mundial, que dependeu do progresso daquela, o desenvolvimento capitalista se dá de forma cíclica, isto é, os ciclos industriais têm momentos de ascensão, “boom”, recessão, depressão, etc. (MANDEL, 1985). A síntese deste movimento é o movimento da taxa média de lucro, que “sintetiza o desenvolvimento contraditório de todos os momentos do processo de produção e reprodução” (MANDEL, 1985, p. 309). Nos anos posteriores às duas guerras mundiais o capitalismo se encontrava em sua “onda longa com tonalidade expansionista” (MANDEL, 1985, p.311), segundo Mandel, dois fatores foram decisivos para que esta onda fosse possível. Primeiro, as derrotas históricas da classe operária possibilitaram, através do fascismo e da guerra, um aumento significativo na taxa de mais-valia. E segundo, a acumulação de capital do período anterior, somada ao desenvolvimento tecnológico e seus impactos sobre a inovação e a redução do tempo de rotação do capital fixo, que tem como sua expressão a

terceira revolução tecnológica, levaram a um aumento de longo prazo no mercado mundial, permitindo a reprodução ampliada do capital em escala internacional, apesar dos limites geográficos (MANDEL 1985, p.311). Como se articula o processo da “inflação permanente” neste novo cenário do capitalismo tardio e nesta sua nova fase cíclica? Ela, assim como o sistema de crédito, dá a possibilidade ao capitalismo de “ultrapassar” alguns de seus limites e contradições<sup>45</sup>.

Estamos em um momento de recessão. Caso houver uma injeção de dinheiro na economia, por parte dos bancos ou por parte do estado, para consumo e investimento (que será investido para fazer funcionar parte do capital que se encontrava ocioso, por exemplo), isso necessariamente irá aumentar a produção como um todo. Primeiro, porque haverá uma elevação nos preços dos bens de consumo (já que não havia mais estoque, porque este havia sido consumido durante a recessão), diminuindo a renda real dos trabalhadores (com o aumento dos preços, há uma queda no salário real), o que por sua vez irá aumentar a taxa da mais-valia e de lucro. Dessa maneira, há um crescimento da acumulação de capital, levando os capitalistas a comprar mais meios de produção e força de trabalho, diminuindo desta forma o nível de desemprego; isso significa que a classe trabalhadora pode agora exigir aumento de salários, possibilitando-lhes recuperar a perda do poder de compra dos mesmos. Passado certo tempo, essa injeção monetária fez crescer os preços, a taxa de mais-valia e de lucro, assim como os salários nominais; levando a um aumento do produto social total (MANDEL, 1985). Este mecanismo serve para adiar os efeitos das crises de superprodução, sobre o capitalismo tardio<sup>46</sup>.

Entretanto, há uma contradição inerente a este processo: se a inflação permanente tem o objetivo de mitigar as crises de produção, estimulando o consumo e a realização do valor, ao mesmo tempo, ela desestimula a produção, devido ao aumento dos preços. Mandel elenca quatro formas que o capital encontrou para “escapar” desta contradição: 1) aumento do crédito para os consumidores finais; os bens de consumo são cada vez mais trocados por

---

<sup>45</sup> Naturalmente isso possui determinado limite. “Quando se pode dispor de forças produtivas de reserva, a criação inflacionária de dinheiro desempenha a mesma função que o sistema de crédito como um todo. Permite que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapasse os limites da propriedade privada, ao mesmo tempo que reproduz as contradições inerentes entre as duas em escala maior, *mas só depois de certo período de tempo [...]*” (Mandel, op.cit, p.313)

<sup>46</sup> Há uma distinção feita por Mandel neste processo “Teoricamente é preciso separar o papel da criação inflacionária de dinheiro na mitigação de crises em dois processos distintos: por um lado, a possibilidade de usá-la para deter em certo nível o caráter cumulativo de uma crise de superprodução; por outro lado, a possibilidade de limitar a redução do volume de investimentos privados por meio de contratos estatais” (Mandel, op.cit p. 314). Não entraremos neste debate, apenas quero salientar que, o Estado cumpre um papel central neste processo, pois, sem ele os efeitos da criação de moeda seriam muito menores, já que é o Estado quem pode distribuir parte da renda para aqueles trabalhadores que se encontram desempregados, fazendo com que a queda do consumo total, devido a taxa de desemprego, seja muito menor. Ver Mandel, páginas 314-315.

crédito em dinheiro, ao invés de uma renda gerada no processo produtivo; 2) expansão das exportações, com intuito de realizar as mercadorias em outros mercados; 3) aumento do volume monetário internacional, acima do aumento da produção do ouro (padrão-dólar-ouro), o que possibilitou uma elevação no comércio mundial, acima da média, no período pós Segunda Guerra Mundial; 4) “mobilização das reservas de valores materiais” (terrenos com boa localização, obras de artes, metais preciosos e antiguidades), que são postos em circulação muito além da sua produção regular, ou seja, tem seu valor constantemente especulado; entram também as operações com capital fictício, especialmente as ações, que se tornam cada vez mais revalorizadas, devido o processo inflacionário (MANDEL, 1985). Novamente há um limite dentro deste processo, pois, todos esses elementos causam uma pressão sobre a inflação depois de certo tempo<sup>47</sup>, fazendo com que esta deixe de ser um mecanismo fundamental para a acumulação de capital, tornando-se um entrave para a mesma. Isso acontece porque, o capital já não consegue mais realizar sua passagem de capital-dinheiro, para capital mercadoria, já que o preço das mercadorias está em constante crescimento, tornando-as invendáveis. Além disso, a inflação galopante tem efeitos sobre as exportações (perda de competitividade dos produtos domésticos no mercado internacional, dado o aumento de preços), taxa de juros (que depende da inflação; com uma inflação maior a taxa de juros nominal tende a aumentar) e também sobre a própria quantidade disponível de crédito nos momentos de recessão, que tende a cair, já que tomar dinheiro hoje emprestado e pagá-lo amanhã com dinheiro desvalorizado, torna-se extremamente vantajoso (MANDEL, 1985).

Todos esses movimentos e contradições, combinados, que o capital desenvolveu para postergar os efeitos das crises de superprodução (inflação permanente do dinheiro e a concorrência cada vez mais acirrada pelo mercado mundial) fizeram com que movimento do ciclo industrial e do ciclo de crédito se entrelaçasse cada vez mais, mudando o caráter desses dois ciclos.

Na época da livre concorrência capitalista, quando existia um padrão ouro e os bancos centrais só intervinham marginalmente no desenvolvimento do crédito, o ciclo do crédito dependia completamente do ciclo industrial. No capitalismo tardio, quando a inflação institucionalizada torna a esfera monetária muito mais autônoma e capaz de ação independente – opondo-se ao ciclo industrial – para moderar flutuações conjunturais, surgiu um ciclo creditício temporariamente distinto do ciclo industrial. A expansão do crédito em dinheiro agora pode estimular a economia doméstica até o ponto além do qual arrisca a

<sup>47</sup> “A natureza inerentemente contraditória dessas quatro possibilidades de evasão torna-se assim claramente aparente. Tanto a expansão desproporcionalmente grande do crédito aos consumidores quanto os aumentos especulativos dos preços dos valores materiais ou das ações tendem inevitavelmente a criar inflação e depois de certo período transforma-a num processo acumulativo e depois num processo galopante” (Mandel, op.cit. p.318).

parcela do mercado mundial controlada pelo país em questão. Uma vez que esse limiar é atingido, é preciso parar tão rápido quanto possível (MANDEL, 1985, p. 320).

Essas são as bases materiais, que levaram o capital a cada vez mais ampliar o sistema monetário e de crédito nas economias imperialistas, todavia, existem certos limites que, mesmo com o desenvolvimento do sistema de crédito, o capital não consegue superar. Caso haja uma supercapacidade produtiva, a tendência é que a produção caia, dadas as dificuldades de realização do capital, levando a economia à recessão. Neste caso, as políticas de injeção monetária não surtirão efeito algum e a inflação apenas poderá diminuir o alcance da crise, ou evitar que esta tenha um caráter cada vez mais acumulativo (MANDEL, 1985).

Além disso, existem outros dois sinais, apontando por Mandel, que demonstram um declínio relativo da autonomia do ciclo de crédito em relação ao ciclo industrial: o primeiro é o endividamento crescente das famílias, o que restringe o poder de compra e dificulta a realização da mais-valia; e o segundo é que “a autonomia nacional relativa dos ciclos do crédito dos vários Estados imperialistas transformou-se em ameaça direta a uma expansão posterior do mercado mundial” (MANDEL, 1985, p.324), fazendo ruir o então sistema adotado em Bretton Woods, o que atrapalhava cada vez mais sua substituição por outro sistema mais coerente. Estes movimentos são os sinais de que o capitalismo estaria, após 1970, entrando em uma transição; de uma “onda longa com tonalidade expansionista” para uma “onda longa com tonalidade de estagnação” (MANDEL, 1985, p.332). Apesar de todas essas transformações (inflação permanente, terceira revolução tecnológica, centralização internacional do capital e o desenvolvimento do sistema de crédito) o capitalismo tardio, não supera as contradições fundamentais do sistema capitalista, portanto, a variável determinante, que faz oscilar os investimentos e o ciclo do capital, continua a ser a taxa média de lucro (MANDEL, 1985).

Não entrarei aqui no debate sobre as ondas que o capitalismo entrou depois de 1970 – se de fato estamos ainda nesta onda de estagnação, ou se o capital já a superou e entrou em uma nova fase, etc. -, mas fato é que, o capitalismo passa por uma crise nos anos 70 em escala internacional. Algumas das consequências mais profundas, que o capital se valeu para sair desta crise foram: a imposição do dólar como moeda internacional e a desregulamentação e liberalização do sistema financeiro<sup>48</sup>. Este debate e seus posteriores desdobramentos fogem da

---

<sup>48</sup> “A revogação, em 1971, do sistema de Bretton Woods, que impunha ao dólar constrangimentos pelo fato dele ser conversível em ouro, como pivô de um sistema financeiro estável, foi um ato unilateral dos Estados Unidos. Este ato representou uma primeira vitória da finança concentrada e abriu a via para medidas mais radicais de liberalização e desregulamentação financeiras empreendidas a partir de 1979” (Chesnais, “Mundialização: o capital financeiro no comando”, p.14). Este “ato unilateral”, não foi uma decisão apenas dos EUA, mas surge

elaboração deste trabalho, por isso não trataremos das condições que possibilitaram este novo rearranjo do capitalismo. O objetivo deste estudo é mostrar quais as consequências deste novo cenário para a economia brasileira e o novo mecanismo que se desenvolve no capitalismo dependente, principalmente depois dos anos de 1990.

A terceira revolução tecnológica e seus desdobramentos - redução do tempo de rotação do capital fixo, redução do valor individual das mercadorias e a substituição cada vez maior de trabalho vivo por trabalho morto -, são os elementos materiais que fazem necessários a inflação permanente e o desenvolvimento de um ciclo de crédito, cada vez mais entrelaçado com o ciclo industrial; estes são os motivos que impulsionam o capital à centralização e concentração, tornando cada vez mais necessário transformar tudo em capital-dinheiro, e extrair cada vez mais a mais valia da classe trabalhadora<sup>49</sup>. Neste sentido a contribuição de Mandel é *fundamental*.

As análises de Marini e Mandel nos permitem agora, realizar uma aproximação crítica entre a teoria e os dados sobre o período referente aos anos do governo PT.

---

como uma das necessidades do próprio capital “Há algumas estimativas segundo as quais as sociedades anônimas multinacionais que controlavam 20% da produção industrial do mundo capitalista e 30% do comércio mundial em 1970/71 dispunham de 30-35 bilhões de dólares em ativos líquidos (papel-moeda e depósitos) em 1970 – isto é, o triplo das reservas em ouro e moedas do Estado norte-americano. [...] Não é de surpreender, portanto, que *as sociedades anônimas multinacionais precisassem formar com urgência um mercado monetário organizado a nível internacional*” (Mandel, op.cit. p.330, grifos meus)

<sup>49</sup> Esta é a principal deficiência da análise de Fontes. A autora não traz a tona quais os motivos materiais que levaram o capitalismo, em sua nova fase, o “capital-imperialismo”, a lançar cada vez mais uma maior exploração sobre a classe trabalhadora, a assumir cada vez mais sua forma monetária, fazendo com que o capital portador de juros seja a fração hegemônica do capital. Qualquer análise que exclua o desenvolvimento das forças produtivas, e, por conseguinte, todas as consequências que isto tem sob o sistema capitalista, carece de sustentação. Não discutirei se de fato hoje o capital portador de juros é hegemônico ou não, apenas estamos apontando para o fato de que, ele cumpre um papel fundamental para a reprodução do capital a nível mundial.

### 3. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SUA BASE ECONÔMICA

Nos termos de Mercadante, as políticas econômicas e sociais do governo PT levaram o Brasil a uma “inflexão histórica”<sup>1</sup>. Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista brasileiro, nas décadas anteriores ao governo PT - principalmente após a crise dos anos 80 - passa por um período de políticas econômicas (abertura comercial e financeira, fragilização financeira do estado) que agravaram os conflitos distributivos, elevando a concentração da renda e riqueza, reforçando a exclusão social. Este cenário começa a mudar quando, o padrão histórico de acumulação, baseado na concentração e exclusão, deixa de ser o eixo estruturante da economia, dando lugar à questão social. Nas palavras de Mercadante:

*(...) o social passou a se constituir em um dos eixos estruturantes do Novo Desenvolvimentismo brasileiro (...) o social foi o principal eixo estruturante do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, em seu primeiro momento. Tal característica representa, obviamente, como já afirmamos, uma profunda ruptura com as políticas do período em que predominava a hegemonia do paradigma neoliberal. Ela representa também uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e exclusão. (MERCADANTE 2010 p.20, grifos meus).*

Para Mercadante (2010), o desenvolvimento capitalista brasileiro e suas políticas de estado (com o governo PT) mudam seu sentido. A acumulação capitalista não tem mais como objetivo a “exclusão social” e a concentração da riqueza, mas sim um crescimento “responsável”, que não apenas eleva a renda no país, mas que também a distribui de forma “justa” elevando as condições daqueles “menos favorecidos” pelo sistema. Como vimos no capítulo anterior, isto se deve à relação de dependência, que se desenvolve historicamente passando por transformações, até chegar ao seu ponto mais desenvolvido. Portanto, esta contradição apontada por Mercadante, é uma questão estrutural do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e se reflete na periferia de forma específica. Sem qualificá-lo desta forma, Mercadante levanta uma série de fatos, que seriam responsáveis por mudar o caráter da sociedade brasileira. Neste trabalho mostraremos quais as condições econômicas levantadas pelo autor que possibilitaram as transformações, ditas por ele, como estruturais deste novo desenvolvimento histórico, que supera os anos de pobreza e subdesenvolvimento, para, em seguida, demonstrar como esta argumentação não se sustenta empiricamente. Para então, no último capítulo, apontar o novo mecanismo que a dependência assume e como o PT não a supera de fato, mas se insere dentro dela.

---

<sup>1</sup> Ver Mercadante “As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil. Análise do governo Lula (2003-2010)”.

De acordo com Mercadante as condições que geraram a base social, que criaram a possibilidade de consolidação do Novo Desenvolvimentismo foram as seguintes:

(...) obtenção de uma sólida estabilidade econômica, para além do mero controle da inflação, com a superação da vulnerabilidade externa da economia e o correto equacionamento das dívidas externas e interna, foi outro avanço do Novo Desenvolvimentismo no Brasil, o qual contribuiu para fundamentar a sistematicidade dos atuais processos de distribuição e de inclusão social. (MERCADANTE, 2012 p.21).

Dentro deste cenário algumas políticas econômicas tiveram centralidade. Estas políticas foram responsáveis por garantir a estabilidade macroeconômica, dando assim a possibilidade ao governo do PT de gerar crescimento, ao mesmo tempo em que conseguiu diminuir a pobreza extrema e as desigualdades de renda e riqueza. São elas: **diminuição da vulnerabilidade externa; questão cambial e as reservas em dólar (redução dos riscos da instabilidade financeira); “desendividamento” externo; o social como eixo estruturante do desenvolvimento - aqui entram as políticas de inclusão social e distribuição de renda, que são as bases da ampliação do mercado de massas.**

Passemos agora aos pontos levantados acima. Mostraremos como alguns deles não se sustentam, empírica e teoricamente, para então, nas considerações finais, construir minha análise do período em questão.

### 3.1 DIMINUIÇÃO DA “VULNERABILIDADE EXTERNA”.

O conceito de vulnerabilidade externa é insuficiente, principalmente por que ele mascara a categoria de dependência econômica. Não obstante, ele traz à tona o debate sobre as relações de dependência que existem entre os países do centro e da periferia do sistema.

Obviamente os países estão sujeitos às condições “externas”, ou às contradições e crises do capitalismo, que com o próprio desenvolvimento da relação capital e trabalho, se tornam cada vez mais crises globais - grande depressão de 1929, crise do petróleo dos anos de 1970 e recentemente a crise 2008/2009. Essas crises atingem a todos os países, pois como apontamos anteriormente, a partir do período pós-guerra o capitalismo ganha contornos cada vez mais globais, integrando ainda mais as relações capitalistas de produção. O controle das grandes empresas multinacionais (de forma direta ou indireta, via aquisição de ações) de parcelas cada vez maiores de mercados de consumo e de força de trabalho, por todo o mundo, a dependência política e econômica dos distintos estados nacionais e o desenvolvimento do capital financeiro, tornam as grandes depressões do sistema, depressões em escala global. É

lógico afirmar que os Estados Unidos, ou a Alemanha, possuem uma posição no mercado internacional hierárquica em relação aos países da África Central, isto é, suas economias absorvem muito mais valor no mercado do que estas últimas, tornando-as, menos “vulneráveis” à questão externa. Entretanto, isto não explica porque este fenômeno ocorre. Dizer apenas que a África Central possui maior vulnerabilidade externa do que Alemanha e os EUA, sem ao mesmo tempo estabelecer como se dão as relações políticas e econômicas destes países dentro do sistema capitalista mundial e da Divisão Internacional do Trabalho (entendendo as relações sociais internas e externas que explicam quais os fatores que levam a economia e a política destes países a se comportarem desta forma), faz com que tenhamos uma visão contábil sobre a realidade. O externo interfere diretamente no interno, determinando e mudando as relações estabelecidas, ambos são necessários para entendermos o desenvolvimento da história dos países<sup>2</sup> – como demonstramos no caso da industrialização brasileira; tanto os fatores internos, quanto externos, foram responsáveis pelo desenvolvimento histórico desta nova formação social. Portanto, o conceito de “vulnerabilidade externa”, é insuficiente para entendermos todas as complexas relações que se estabelecem hoje entre estados e povos independentes politicamente, mas que dependem economicamente de todo o mercado mundial. Mercadante ignora estes fatores e “tira” do mercado mundial a DIT e a estrutura produtiva interna de cada país. Por sua vez, Filgueiras e Gonçalves avançam em relação à Mercadante. Os autores percebem que há uma “vulnerabilidade externa estrutural”, todavia, não reconhecem as relações de dependência econômica que existem entre as nações.

O que Mercadante defende como “uma das mudanças estruturais mais importantes realizadas pelo governo Lula” (MERCADANTE, 2010), para Filgueiras e Gonçalves, não passa de uma “redução conjuntural da vulnerabilidade externa” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). Para Mercadante, esta mudança estrutural, representada pela diminuição da vulnerabilidade externa, colocou o país num outro patamar. Onde, apesar da conjuntura financeira e econômica internacional, foi possível retomar o crescimento, enfrentando com êxito a crise (MERCADANTE, 2010).

Três fatores são fundamentais para o êxito do governo PT: 1) geração de superávits comerciais expressivos; 2) Redução dos riscos da Instabilidade Financeira; 3) O “desendividamento” do país com o exterior. Atentemo-nos sobre o primeiro ponto.

A geração de superávits comerciais, segundo Mercadante, se deu graças às políticas

---

<sup>2</sup> Por exemplo: nunca conseguiremos entender a política externa dos Estados Unidos, sem antes o colocarmos como a grande potência econômica, política e militar do globo. O desenvolvimento externo dos EUA interfere no seu desenvolvimento interno e vice e versa. O mesmo é válido para o Brasil, o capital internacional (fator externo) interfere internamente, mudando desenvolvimento do capitalismo dependente.

adotadas pelo governo Lula<sup>3</sup>. Aqui cabem algumas ponderações: o grande crescimento da economia mundial nos primeiros anos da década de 2000, sendo que “no período 2003-2006, a taxa de crescimento econômico real foi 50% maior do que a média histórica” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007); o aumento do preço das commodities, ou seja, “no período 2003-2006 o petróleo acumula elevação de preços superior a 150%, enquanto as outras commodities acumulam aumentos de preços de 80%” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007); o aumento da liquidez internacional<sup>4</sup>, que leva a uma expansão das reservas internacionais mundiais, que mais que duplicam entre 2002 e 2006 (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007); e a desvalorização cambial realizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) no ano de 2001.

Todos esses fatores expostos acima levaram de fato a um equilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro durante o governo Lula. Entretanto afirmar que, tivemos uma “mudança estrutural” na economia brasileira significa que, Mercadante ao construir sua argumentação se “esqueceu” de alguns pontos importantes, que quando confrontados com as ideias defendidas pelo autor, fazem estremecer os pilares centrais de seu raciocínio.

A afirmativa de que

Embora o país tenha ampliando seu coeficiente de abertura comercial, *a dependência do país em relação às exportações é muito menor do que a maioria dos demais países*, incluindo os parceiros estratégicos dentro e fora da América do Sul. Isso explica, em parte, a menor profundidade dos efeitos da contração do comércio mundial sobre a economia e a nossa capacidade de recuperação do nível de atividade, independentemente da normalização das correntes de intercâmbio com o exterior (MERCADANTE, 2010, p.134, grifos meus).

não passa de pura ideologia<sup>5</sup>. A participação dos produtos básicos (commodities) durante os governos Lula e Dilma nas exportações brasileiras aumentou, chegando a 44,58% em 2010 e 48,67% em 2014. Enquanto, a importação de produtos industrializados manteve-se constante

---

<sup>3</sup> “Em oposição ao modelo anteriormente adotado – que resultava na geração de déficits e absorção de recursos externos -, o governo Lula investiu no aumento das exportações e na mudança de foco do intercâmbio comercial, ampliando as relações dos países com parceiros de importância estratégica também do ponto de vista de sua projeção geopolítica, como é o caso da América do Sul, da China e do Oriente Médio. As gerações de expressivos superávits comerciais daí decorrente teve um forte impacto sobre as contas externas, modificando *radicalmente* o modelo de financiamento da economia” (MERCADANTE, p. 130, *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)* grifos meus).

<sup>4</sup> “O fator determinante do aumento da liquidez internacional é, sem dúvida, o chamado 'déficit gêmeo' dos Estados Unidos, ou seja, o déficit das contas externas e o déficit das contas públicas. O resultado é que o restante da economia mundial encontra-se frente a uma situação de 'excesso de dólares' ”(FILGUEIRAS e GONÇALVEZ p.43 “A Economia Política do Governo Lula”).

<sup>5</sup> De forma resumida entendemos ideologia por “aquele sistema de representações e valores estatuídos em uma sociedade que preserva a ordem material existente e contra a qual se ergue em um momento dado a *consciência* das classes que, dentro dessa ordem, são exploradas” (Ludovico Silva, “A mais-valia ideológica”, p.57).

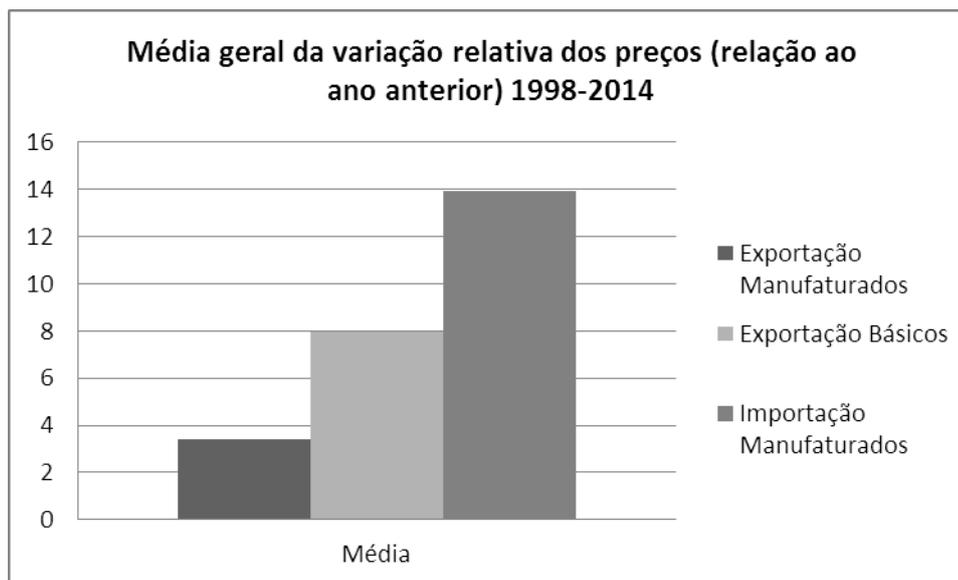
(a média da participação destes produtos durante o período 1998-2014 é de 84%), como mostra a tabela a seguir. Porém o fato mais importante é a variação no preço destes produtos. A variação relativa média dos preços dos produtos básicos é de 7,96%, enquanto a variação relativa média dos produtos manufaturados importados é de 13,91% (ver gráfico). Por mais que a variação relativa dos preços dos produtos manufaturados exportados, seja muito menor (3,41%)<sup>6</sup>, a troca das exportações (produtos manufaturados, por commodities) não consegue mudar o quadro geral; a variação relativa dos preços importados é maior que do que os exportados. Ou seja, em momentos de queda da demanda internacional destes produtos (podemos ver isso pelo próprio comportamento das importações e exportações; a participação dos produtos manufaturados é constante nas importações, enquanto as exportações brasileiras variam muito ao longo do mesmo período; “dependemos” muito mais do mundo, do que o mundo de nós), ou queda abrupta de seus preços (como ocorreu com o petróleo nos anos 1970), o país apresentará novamente déficits *significativos* em sua balança comercial.

Tabela 1: **Exportações/Importações brasileiras por produto**

Ano	Exportações (%)				Importações (%)		
	A-Produtos Básicos	B-Produtos Ind.	1-Semi-manuf.	2-Manuf.	B-Produtos Ind.	1-Semi-manuf.	2-Manuf.
1998	25,4	73,3	15,9	57,5	87,2	3,0	84,3
1999	24,6	73,6	16,6	56,9	87,6	3,2	84,5
2000	22,8	74,5	15,4	59,1	86,9	3,8	83,2
2001	26,4	70,7	14,2	56,5	87,8	3,4	84,4
2002	28,1	69,5	14,9	54,7	85,4	3,6	81,8
2003	29,0	69,2	15,0	54,3	83,1	4,0	79,1
2004	29,6	68,8	13,9	54,9	81,4	4,5	76,9
2005	29,4	68,6	13,5	55,1	81,4	4,3	77,1
2006	29,3	68,5	14,2	54,3	81,2	4,7	76,5
2007	32,1	65,8	13,6	52,3	82,0	4,7	77,3
2008	36,9	60,5	13,7	46,8	81,6	5,1	76,5
2009	40,5	57,4	13,4	44,0	85,3	4,0	81,3
2010	44,6	53,4	14,0	39,4	86,9	3,9	83,0
2011	47,8	50,1	14,1	36,1	85,8	4,2	81,7
2012	46,8	51,0	13,6	37,4	86,9	4,0	82,8
2013	46,7	51,0	12,6	38,4	86,1	3,4	82,6
2014	48,7	48,6	12,9	35,6	86,2	3,4	82,8

Fonte: MDIC, elaboração própria.

<sup>6</sup> Estas médias foram calculadas com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Há outro dado que também chama atenção. Os principais produtos manufaturados exportados pelo Brasil no período 1998-2014 são: aviões; partes e peças para veículos automóveis e tratores; automóveis para passageiros; produtos laminados planos de ferro ou aço; e açúcar refinado. Os produtos de baixa densidade tecnológica (açúcar refinado e os laminados), assim como a produção de automóveis (capital estrangeiro), mostram como não tivemos de fato uma mudança em nossas exportações referente aos produtos de alta tecnologia, mesmo dentro da produção de bens industrializados, tanto no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) e seus sucessores do Partido dos Trabalhadores.

Gráfico 1: **Variação dos Preços das Exportações e Importações brasileiras**

Fonte: MDIC, elaboração própria. Obs: foram utilizados a variação dos 10 principais produtos nas exportações e importações brasileiras em cada ano do período analisados. Totalizando um total de 27 produtos para as importações manufaturadas, 21 para as exportações manufaturadas e 15 produtos de exportações de produtos básicos.

A “dependência do país em relação às exportações” não é muito menor “do que a maioria dos países”. Pelo contrário, nossa balança comercial hoje depende muito mais da variação dos preços das commodities (que como no caso do petróleo podem variar por uma série de fatores<sup>7</sup>), do que de produtos de alta densidade tecnológica, por exemplo. Como mostram os números, a tese de Mercadante de que, as exportações e os mega superávits primários brasileiros, mudam a inserção do Brasil no mercado mundial<sup>8</sup>, diminuindo nossa “vulnerabilidade externa”, não se sustenta empiricamente, não passando de mera variação conjuntural. Há um total esquecimento do autor sobre as categorias desenvolvidas pelos autores da CEPAL e da Teoria Marxista da Dependência. Ambos reconheciam que havia uma

<sup>7</sup> “(...) no caso do petróleo há inúmeras incertezas críticas que, de uma forma ou de outra, afetaram ou continuam a influenciar a formação de preços desta commodity. Entre estes fatores podem ser destacados; pressão de demandas (Estados Unidos e China); conflito na Rússia; guerra no Iraque; sabotagem na Venezuela e na Nigéria; risco de sabotagem na Arábia Saudita; apreciação do dólar; especulação; estoques baixos nos países consumidores; baixa capacidade ociosa; atuação da OPEP; e catástrofes naturais” (Filgueiras e Gonçalves, p. 42 “A Economia Política do Governo Lula, 2007”).

<sup>8</sup> Um dos argumentos levantados por Mercadante é a participação da China em nossa balança comercial. Ao olharmos para a balança comercial de fato a participação da China cresce muito nos anos 2000, mas a relação é a mesma: venda de produtos básicos e compra de manufaturados. Em 2010 a China representava 15,25% do total das exportações brasileiras, dentro deste total 6,61% era minérios de ferro e 3,53% soja mesmo triturada. Já as importações chinesas em 2010 representavam 14,08% do total, dentre os produtos estavam, partes de aparelhos transmissores ou receptores (0,79%); máquinas automáticas para o processamento de dados e suas unidades (0,57%); e partes e acessórios de máquinas automáticas para processamento de dados (0,58%). Esta relação é a mesma em 2015, ver <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=5031&refr=1161>.

transferência de valor dos países periféricos para os países centrais e que isso era uma das condicionantes do mercado mundial. Passemos agora ao caso do balanço de pagamentos e o aumento das reservas internacionais de dólares.

### 3.1.1 Sobre a estabilidade financeira.

Adota-se no Brasil, no segundo mandato do presidente FHC, um regime de “câmbio misto”<sup>9</sup>. Neste regime a taxa de câmbio varia de acordo com as flutuações da moeda estrangeira, entretanto o Banco Central (BC) pode interferir na taxa de câmbio, comprando e vendendo moeda no mercado cambial – em ambos os casos a compra e venda é realizada a uma taxa fixada (PAULANI, 2010). Além disso, as Reservas Internacionais, são importantes para as operações de Swaps Cambiais, que, *grosso modo*, garantem a confiança do mercado em relação ao BC, por exemplo, se o BC anuncia uma compra ou uma venda, o mercado age de antemão, pois sabe que o BC pode honrar com seus compromissos, interferindo desta forma na taxa de câmbio. Estes são os motivos principais e necessários para o país possuir Reservas Internacionais, desta forma há certo controle do BC sobre a taxa de câmbio, que tem impacto, principalmente sobre as importações e exportações; influenciando também o crescimento e a taxa de inflação no Brasil. Outro motivo que fez aumentar as reservas foi o crescimento das dívidas adquiridas no exterior pelas empresas nacionais.

Para adquirir reservas internacionais, o país precisa de um saldo positivo (superávit) em seu Balanço de Pagamentos (BP), ou seja, precisa receber mais dólares do exterior do que envia. Este saldo depende da soma entre o saldo da Conta Capital e Financeira (entram nesta conta as movimentações de capital e movimentos financeiros, isto é, investimentos diretos, em ações ou carteiras, capitais de curto prazo, títulos, etc.) e o saldo em Transações Correntes do País (soma dos saldos entre a Balança Comercial, a Conta Serviços e Renda e as Transações Unilaterais). Esta é a conta: para adquirir reservas internacionais o país precisa apresentar um saldo positivo em uma dessas contas (ou nas duas) maior do que um saldo negativo na outra. Para o caso brasileiro, o grande déficit do país, que se verifica historicamente, aparece na conta de Serviços e Renda<sup>10</sup>. Ao final do processo se o saldo for positivo o Estado compra os dólares transformando-os em reserva.

A tabela do Balanço de pagamentos demonstra como o acúmulo das reservas internacionais foi possível devido: ao aumento dos preços das commodities no período 2003-

---

<sup>9</sup> Ver Paulani, “A Nova Contabilidade Social uma introdução à macroeconomia” p. 157, 2010.

<sup>10</sup> De 1980 a 2014 o país apresenta déficits nesta conta, ver <http://www.bcb.gov.br/?SERBALPAG>.

2007, que gerou saldos positivos nas Transações Correntes; e à entrada de dólares, via conta financeira, que evita que o BP apresente déficits ao longo do tempo, o que esvaziaria as reservas internacionais - caso não houvesse a entrada deste tipo de capital, o país apresentaria um problema de divisas, isto é, haveria um escoamento de dólares forçando o país a utilizar suas reservas.

**Tabela 2: Balanço de Pagamentos 1994-2014**

U\$ Bilhões	Conta Capital e Financeira	Conta Financeira	Transações Correntes	Balança Comercial	Serviços e Renda	Renda	Serviços
1994	8692	8518	-1811	10466	-14692	-9035	-5657
1995	29095	28744	-18384	-3466	-18541	-11058	-7483
1996	33968	33514	-23502	-5599	-20350	-11668	-8681
1997	25800	25408	-30452	-6753	-25522	-14876	-10646
1998	29702	29381	-33416	-6575	-28299	-18189	-10111
1999	17319	16981	-25335	-1199	-25825	-18848	-6977
2000	19326	19053	-24225	-698	-25048	-17886	-7162
2001	27052	27088	-23215	2650	-27503	-19743	-7759
2002	8004	7571	-7637	13121	-23148	-18191	-4957
2003	5111	4613	4177	24794	-23483	-18552	-4931
2004	-7523	-7895	11679	33641	-25198	-20520	-4678
2005	-9464	-10127	13985	44703	-34276	-25967	-8309
2006	17021	16152	13643	46457	-37120	-27480	-9640
2007	89086	88330	1551	40032	-42510	-29291	-13219
2008	29357	28302	-28192	24836	-57252	-40562	-16690
2009	71301	70172	-24302	25290	-52930	-33684	-19245
2010	99912	98793	-47273	20147	-70322	-39486	-30835
2011	112381	110808	-52473	29793	-85251	-47319	-37932
2012	70010	71886	-54249	19395	-76489	-35448	-41042
2013	74353	73159	-81227	2286	-86879	-39778	-47101
2014	98399	97809	-91288	-3959	-89251	-40323	-48928

Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Alguns dados são importantes sobre as contas de Renda e Capital. Um deles é a participação média das Rendas de Investimento Estrangeiro Direto (IED) - uma das subcontas da conta de rendas - em relação ao total da conta de Rendas, que foi de 40,83% no período 1994-2014; a maior parte desta renda equivale a Lucros e dividendos (uma das subcontas, da conta Renda de Investimento Estrangeiro Direto) e em relação ao total, esta conta representa 81,25% da conta de Rendas de IED. Outro dado é a participação média da Renda de Investimentos em carteira (subconta da conta de Rendas), em relação ao total da conta de Renda que foi de 34,55%, para o mesmo período. A soma da participação média destas duas contas (Renda de IED e Investimento em Carteira) é de 75,38%. Ou seja, 75% da renda enviada ao exterior, no período 1994-2014 se dá pelo envio de lucros e dividendos dos Investimentos Estrangeiro Direto (IED) e pelos juros de títulos de renda fixa e mercado de ações.

Vamos ao outro lado do Balanço (positivo), a Conta Capital e Financeira. A Conta Financeira representa quase que 100% do total da conta durante o período. Deste total a média da participação do IED (que é investido quase que todo na participação no capital das

empresas) é de 60,30% e a participação média dos Investimentos Estrangeiros em Carteira (ações de companhias brasileiras e títulos de renda fixa) é 61,04% (esta soma é superior a 100%, por que as outras duas contas que compõem a conta financeira têm participações médias negativas, dado o sinal em que estas aparecem no balanço, são as médias dos derivativos (líquidos) e outros investimentos). Ou seja, o mesmo capital que entra via Conta Capital e Financeira, sai na conta de Rendas. Para remediar a “doença” do BP, causada pela conta de Rendas e Serviços, utiliza-se do veneno, a Conta Capital e Financeira. O mesmo capital financeiro que adoece nossa balança comercial, enviando renda ao exterior, aparece como cura logo depois, apenas alguns quadros abaixo na tabela do Balanço de Pagamentos.

Para onde iria o “colchão amortecedor [reservas cambiais] de eventuais movimentos de desestabilização cambial ou financeira” (MERCADANTE, 2010, p. 153, parênteses meus), caso houvesse, por exemplo, uma elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, ou um ataque especulativo sobre a moeda (via investimentos em carteira, através dos capitais especulativos e de curto prazo)? A “estratégia defensiva do governo” surtiria algum efeito para controlar os enormes rombos que apareceriam, caso a rentabilidade dos títulos estadunidenses se tornasse maior do que os investimentos financeiros no Brasil? O que aconteceria, caso houvesse uma disparada no dólar, via mercado cambial e por consequência um aumento inflacionário no país? Este cenário seria, com certeza, traria uma estabilidade política grande. Com a saída de capitais do país (seja especulativo, ou de investimento direto), ou com um ataque especulativo sobre o real, o BC teria de aumentar os juros, evitando assim uma disparada na taxa de câmbio, o que provavelmente geraria déficit na Balança Comercial (caso não houvesse aumento do preço das commodities), reduzindo ainda mais os gastos públicos (via aumento da taxa Selic e seu impacto sobre a dívida pública), levando a um descontentamento das classes trabalhadora e média no país, gerando assim uma crise social bastante profunda. Isto levaria pelos ares todo o esquema proposto por Mercadante<sup>11</sup>. Esta projeção tornou-se realidade no momento em que escrevo, mas uma análise científica deveria prever que fatos como este poderiam acontecer, pois, suas condicionantes já faziam parte da realidade de nosso país há pelo menos vinte anos. Não há, portanto, como sustentar que houve uma diminuição da

---

<sup>11</sup> Obviamente Mercadante reconhece a volatilidade e a dependência do país em relação ao sistema financeiro internacional: “Na ausência de um marco regulatório adequado à nova configuração do sistema financeiro internacional, tudo isso pode contribuir para o estabelecimento de um *novo tipo de vulnerabilidade*, agora não associada, principalmente, às necessidades de financiamento externo da economia mundial, mas sim gerada dentro e como parte da própria dinâmica da globalização financeira” (Mercadante, op.cit. p. 142, grifos meus). O grotesco é justamente o reconhecimento dessa vulnerabilidade de “novo tipo” aparecer apenas como um adorno em sua tese, descolada de toda argumentação anterior; sem questionar se de fato esta “mudança estrutural” realizada pelo governo Lula ocorreu e conseguiu superar a condição de dependência do país! Como vimos empiricamente, essa mudança de fato não ocorre.

instabilidade financeira, gerada pelo câmbio, ou pelo volume das reservas cambiais, pois nenhum destes dois fatores tem impacto, ou consegue mudar a estrutura atual de nosso Balanço de Pagamentos.

### 3.1.2 “Desendividamento” do país com o exterior

O terceiro aspecto levantado por Mercadante é o “desendividamento” externo, ou seja, há uma troca no período do governo PT entre dívida externa e interna, passando esta a aumentar e aquela a diminuir. De fato isto ocorre<sup>12</sup>. Sem entrarmos nos impactos que o alto valor da Dívida Pública Federal (DPF) têm sobre o excedente econômico social e sua apropriação, essa mudança é um dos pilares que sustenta a “diminuição da vulnerabilidade externa”.

Mesmo tendo “trocado” as dívidas do país, há um fator muito importante que não podemos deixar de lado. A Dívida Interna possui dois indexadores: a taxa Selic e a taxa de câmbio. Ou seja, caso uma destas duas variáveis aumentem haverá um impacto grande sobre os gastos do governo. Não há, portanto, qualquer garantia de que esta “troca” tenha diminuído a vulnerabilidade do país em relação ao exterior. Filgueiras e Gonçalves chamam a atenção para outro fator muito importante:

A questão central é que a redução foi produto apenas da diminuição da dívida externa líquida do setor público, propiciada por grandes superávits na balança comercial e pelo crescimento das reservas cambiais (de US\$ 37,8 bilhões ao final de 2002 para US\$ 84,6 bilhões em dezembro de 2006). Portanto, qualquer reversão na situação internacional, que piore o balanço de pagamentos do país, poderá aumentar rapidamente o total da dívida pública como proporção do PIB – com o seu montante absoluto dando um grande salto (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p.107).

Em outras palavras, caso haja uma queda no preço dos produtos exportados brasileiros (que como vimos tem sua variação sempre abaixo dos importados) e uma saída de capitais (devido a um aumento da inflação diminuindo a rentabilidade dos investimentos em carteira, por exemplo), poderá haver uma pressão gigantesca no BP, fazendo com que as reservas não sejam suficientes para cobrir o saldo negativo (já que elas também são utilizadas para controle da taxa de câmbio pelo BC). Isso levaria o país a recorrer novamente a empréstimos ao Fundo

---

<sup>12</sup> “A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui a dívida interna e externa do governo, registou uma alta de 1,83% em termos nominais na passagem de abril pra maio, somando R\$2,496 trilhões. (...) Segundo nota do Tesouro Nacional, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que representa o endividamento em títulos públicos, teve seu estoque ampliado em 1,64% ao passar de R\$2,333 trilhões em abril para R\$2,372 trilhões em maio.” (Valor Econômico, acessado em 02/07/2015, disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4104872/divida-publica-federal-cresce-em-maio-e-vai-quase-r-25-trilhoes>).

Monetário Internacional (FMI), fazendo crescer a dívida externa, aumentando em muito a DPF. Novamente vemos a fragilidade no argumento do autor, que esquece, ou prefere não se lembrar de fazer, projeções – bastante possíveis - dentro das bases econômicas que determinam a dependência brasileira.

O “tripé” desenvolvido por Mercadante - “desendividamento” externo, mega superávits primários e a “redução dos riscos da Instabilidade Financeira” - não vê que seus pés se encontram fixados sobre aquilo que lhe causa sua própria instabilidade: o capital financeiro. A dependência que o país hoje possui em relação a este tipo de capital, extremamente volátil e de curto prazo (PAULANI, 2010), que pode ser vista através da análise histórica do nosso BP, não deixa dúvida de que não há qualquer rompimento, por parte do governo petista, para superar esta relação de dependência. “Uma das mudanças estruturais mais importantes realizadas pelo governo Lula” é de fato uma mudança estrutural, mas não é realizada pelo seu governo – ela tem início nos anos 1990 e se concretiza no início dos anos 2000 – e tampouco muda as estruturas fundamentais da dependência. A abertura da conta financeira realizada neste período é a expressão dessa mudança.

Por fim, Filgueiras e Gonçalves, diferentemente de Mercadante, não constroem argumentos tão desvairados, se esquecendo deste elemento tão básico, as relações de dependência constituídas historicamente. Todavia, falham ao reconhecer na sociedade um modelo, como se a atual estrutura econômica brasileira tivesse sido pensada pelos governos petistas ou tucanos e que continua sendo posta em prática, de acordo com os interesses de determinado grupo político. Eles não percebem o que é central: de que forma as classes dominantes se inserem na nova dinâmica do capitalismo dependente e atuam nela para se reproduzirem enquanto tal. O conceito de “modelo liberal periférico” utilizado para definir o Governo Lula é insuficiente; e não apenas por se tratar de uma tautologia - o Brasil sempre foi periférico – mas, por que não consegue perceber na realidade quais as condicionantes que levam as classes que detêm o poder material e político na sociedade capitalista a perpetuarem determinado tipo de relação social; a relação de *dependência*. Portanto, para os autores:

A melhora de algumas variáveis macroeconômicas tem legitimado politicamente a manutenção do modelo liberal periférico e dado novo fôlego à política econômica ortodoxa. Esse desempenho se assenta, direta ou indiretamente, na melhora das contas externas do país, em particular os grandes saldos positivos na balança comercial, que se tornaram decisivos para a dinâmica do modelo, ao dar-lhe o mínimo de estabilidade. No entanto, a consolidação de estruturas produtivas de produção e especialização retrógradas, bem como as políticas contraditórias do governo Lula, apontam para o aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural do país (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p. 93).

Não nos explica o motivo do apoio das classes dominantes (sejam os industriais, latifundiários e o capital financeiro) ao governo Lula. Há algum grupo dentro do bloco dominante que perdeu com este novo “modelo liberal periférico”? Ou houve algum tipo de fusão interna dentro da burguesia, ou alguma aliança de um grupo contra o outro? Por que a burguesia brasileira “troca de modelo”, a cada crise, seja ela interna ou externa? Como fica a relação de exploração dentro deste modelo? Estas perguntas ficam soltas, dentro da argumentação de Filgueiras e Gonçalves, já que ela não responde outra questão fundamental: como se dá a reprodução do capital (tanto material, quanto política) no governo Lula? Para entendermos estes fenômenos devemos primeiramente olhar para o concreto e perceber nele relações sociais que estão interligadas umas nas outras, que criam entre si uma relação mútua de dependência; e não modelos hipotéticos, ou vulnerabilidade de tipo A e tipo B. Apenas dessa forma conseguiremos analisar material e objetivamente a realidade. Sem isso, a afirmativa de que “a melhora de algumas variáveis macroeconômicas tem legitimado politicamente a manutenção do modelo liberal periférico e dado novo fôlego à política econômica ortodoxa”, nunca dará conta de responder qual o interesse e a necessidade das classes que detêm o poder dentro da sociedade capitalista e que tipo de estratégia está sendo utilizada para que se perpetue o poder dessas classes. Estratégia que, ao mesmo tempo perpetua as bases sociais que lhe dão toda a sustentação para o exercício deste poder.

### 3.2 O SOCIAL COMO EIXO ESTRUTURANTE

Segundo Mercadante, o governo do presidente Lula rompeu com uma lógica histórica no Brasil: sempre, ou em alguns momentos, cresceu o bolo, mas nunca o dividiram de forma justa. Nas palavras de Mercadante:

A retomada dos *investimentos públicos*, a reconstrução do sistema de crédito interno, as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico, os estímulos ao setor privado dirigidos à expansão dos investimentos, da produção e das exportações, e as políticas de renda e de inclusão social, conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper com a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais. O país passou a viver, assim, *um processo que combina crescimento econômico e distribuição de renda* (MERCADANTE, p.156, grifos meus).

Nesta versão o país entrou numa espécie de “etapa histórica dourada<sup>13</sup>”, nunca antes

---

<sup>13</sup> “Mas *ninguém pode negar* que esse novo processo de desenvolvimento já é historicamente inovador, produziu resultados extraordinários em curto prazo e deu início ao que denominamos, fazendo referência a Goethe, na introdução, de 'etapa histórica dourada'. Pode parecer exagero, porém *duvidamos* que se possa assinalar um outro

vista por nenhum cidadão brasileiro. Não é necessário muito esforço, para ver como este discurso trata os fatos de maneira muito sutil, induzindo quem o lê a crer que as políticas econômicas do PT são únicas e que nunca nenhum outro governo esteve preocupado com os problemas de pobreza e miséria e os resolveu, como o Partido dos Trabalhadores. Contudo, é necessário que se faça a crítica e dentro das limitações deste trabalho, tentaremos fazê-la da maneira mais cirúrgica possível.

As “novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico” não superam o caráter de dependência que este setor possui em relação aos países centrais. Em 2007 as indústrias intensivas em alta tecnologia representaram cerca de 30% do PIB mundial. Fazem parte deste setor tanto a produção industrial, quanto de serviços. Com relação aos serviços intensivos em tecnologia e conhecimento, do total produzido, US\$ 9,5 trilhões, cerca de US\$6,1 trilhões foram produzidos pelos Estados Unidos e pela Europa (BREDA, 2011). A tendência é parecida no setor produtivo<sup>14</sup>. Outro dado que chama atenção é o investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento), que durante os anos de 2002-2007 no Brasil manteve-se constante – cerca de 1,1% do PIB. Mesmo tendo aumentado em termos absolutos, de US\$ 13,2 bilhões para US\$ 20,2 bilhões, o dado ainda é muito inferior ao dos países centrais e é aproximadamente cinco vezes inferior aos dispêndios da China (BREDA, 2011). O número total de patentes registradas no Brasil no ano de 2007 foi de 2.451, sendo que destas 2.271 foram feitas por não-residentes (BREDA, 2011). Os dados não se alteraram para 2013, sendo que das 2.972 patentes registradas 2.587 foram registradas por não-residentes (WIPO, 2014). Apesar de todos os esforços realizados pelo governo PT, não podemos afirmar que houve qualquer tipo de desenvolvimento tecnológico que colocasse o país nos patamares almejados por Mercadante<sup>15</sup>.

O desenvolvimento industrial nacional não apresenta uma melhora muito significativa em relação ao período anterior. A média anual da utilização da capacidade instalada para o setor industrial no período 1994-2001 é de 81,40%, enquanto a do período 2002-2014 é de 83,05% (os dados para este ano são respectivamente 80,5% 80,8%, 79,6%, 79,4%, 78,9%, ou

---

período histórico do Brasil com realizações tão expressivas em todos os campos da vida nacional.” (Mercadante, op.cit. p.499 grifos meus). A história é o chicote das palavras, ainda mais quando ditas de forma tão descuidada como as proferidas por Mercadante.

<sup>14</sup> “Com relação às cinco principais indústrias de alta tecnologia – 'comunicação e semicondutores', 'farmacêutica', 'instrumentos científicos'; 'aeroespacial'; e 'computadores e maquinaria para escritório', os EUA lideram com 31%, seguidos pela Europa, com 25% da produção de tais setores” (BREDA, 2011, p.70-71, disponível em <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia302665>).

<sup>15</sup> Alguns dos produtos que figuram entre os 10 mais importados, no período 1998-2014 ilustram esta dependência. São eles: medicamentos para medicina veterinária e humana; circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos; instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc. Fonte: MDIC.

seja, a partir de março deste ano houve uma queda significativa na utilização da capacidade industrial brasileira), apresentando uma melhora de apenas 1,64%<sup>16</sup>. Os dados não diferem muito quanto à Formação Bruta de Capital Fixo, como veremos em seguida. Com estes dados podemos concluir que a tese segundo a qual, o governo do PT desenvolveu o setor industrial, para a partir daí “distribuir” renda, não possui qualquer tipo de fundamento. Os investimentos (FBCF) não deram qualquer tipo de salto no período, caso houvesse, poderíamos falar em um aumento real da produtividade do setor industrial, levando, por exemplo, a uma queda no preço dos produtos que entram na cesta básica do trabalhador. Além disso, não há um crescimento da utilização da capacidade instalada que tenha chegado aos níveis da década de 1970 – a utilização em 1973 foi de 89,75%. Novamente a tese de Mercadante entra em total contradição: “como as políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico (...) conseguiram, especialmente a partir de 2004, romper com a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais”? Como isso é possível se não houve desenvolvimento industrial, ou tecnológico durante todo o governo petista? Mostramos aqui, como mais uma vez, a tese de Mercadante é feita com base em argumentos falaciosos e que não condizem com a realidade brasileira.

Há também outro argumento de que houve grande avanço dos gastos públicos durante os governos do PT. Este argumento deixa de lado um fator muito importante: ele foi acompanhado de um crescente aumento da DPF. A Dívida Interna representava em 2009 49,7% do PIB, chegando a 50,3% em maio deste ano<sup>17</sup>. Ou seja, a proporção da dívida em relação ao PIB manteve-se em torno de 50% nos últimos seis anos. Isso tem impacto direto sobre os gastos do governo, pois, como todos nós sabemos, a taxa de juros no Brasil<sup>18</sup> está sempre entre as mais altas do mundo, fazendo com que seu aumento eleve os gastos do governo com amortização desta dívida. Fica evidente, portanto, que o país terá sérios problemas para quitar esta dívida e pagar seus serviços. Em outras palavras, estes gastos não irão se sustentar com uma taxa de juros de quase 14% ao ano e uma dívida bruta de R\$ 3,789 trilhões (setembro de 2015)<sup>19</sup>. O argumento para manutenção deste cenário, *grosso modo*, é o seguinte: o pagamento dos juros é necessário para manter a “credibilidade” (inflação dentro da meta e geração de superávits primários fiscais, que garantem o pagamento dos juros da

<sup>16</sup> Estes dados foram elaborados na base de dados do Ipeadata, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, macroeconômico, tema/contas nacionais.

<sup>17</sup> Os dados referentes à dívida líquida federal estão disponíveis em <http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>

<sup>18</sup> “29. Diante do exposto, avaliando o cenário macroeconômico e as perspectivas para a inflação, o Copom decidiu, por unanimidade, elevar a taxa Selic em 0,50 p.p., para 13,75% a.a., sem viés.” (Ata Copom 191ª Reunião, disponível em <http://www.bcb.gov.br/?COPOM191>) acessado em 02/07/2015.

<sup>19</sup> Dado disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>.

Dívida) do país com seus credores, o que contribui com a redução do risco-país (nota atribuída pelas grandes agências financeiras internacionais que classificam o risco de investimento em determinado país), não diminuindo desta forma o fluxo de capitais estrangeiros, fundamentais para a manutenção do equilíbrio do Balanço de Pagamentos e para a “estabilidade macroeconômica”. Entraremos nos perigos dessa argumentação mais adiante, mas já podemos adiantar que este discurso encaixa-se perfeitamente na manutenção dos lucros do grande capital financeiro internacional. Mas, o fato é que: em nome do tripé macroeconômico (superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante), há uma grande transferência de renda, via estado (já que os superávits primários, que significam que o governo arrecadou mais do que gastou, possibilitando a acumulação de um saldo positivo nas contas públicas são utilizados em grande medida para o pagamento dos juros da dívida) para os rentistas. Portanto, a prioridade do estado não são os gastos sociais<sup>20</sup> – como o discurso dominante apresentando acima sustenta -, mas sim a manutenção da política econômica, que garanta antes de tudo, a inflação dentro da meta e a geração de superávits primários (fundamentais para o rendimento dos investimentos financeiros); se para isso o governo do PT tiver de tirar dinheiro da educação e saúde ele o fará, como o fez neste ano. Esta é mais uma das contradições do Partido dos Trabalhadores: mantém um política de estado que prioriza o pagamento de juros da dívida a rentistas, ao invés dos gastos sociais; sem questionar em nenhum momento a validade desta dívida – seu desenvolvimento, de que forma ela foi adquirida e como chegou às proporções que chegou.

O último ponto defendido por Mercadante é que, a grande diminuição da pobreza e da exclusão, se deu graças às políticas de transferência de renda realizadas pelos governos petistas<sup>21</sup>, levando a uma queda do coeficiente de Gini de 0,60 em 1996 até 0,52 em 2013<sup>22</sup>. Filgueiras e Gonçalves fazem uma crítica precisa, chegando ao ponto central sobre a questão da desigualdade:

A concepção hegemônica no atual debate sobre as desigualdades econômico-sociais presentes na sociedade brasileira – que tem por objeto, entre outros, a distribuição (pessoal/familiar) de renda, a pobreza, os pobres e as políticas sociais (focalizadas) de combate à pobreza – embute inúmeras armadilhas teóricas, conceituais e políticas. O

<sup>20</sup> “Nos primeiros anos cinco meses de 2015, o ajuste fiscal atingiu em cheio os investimentos públicos. Balanço feito pela associação Contas Abertas, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siaf), aponta que os investimentos da União, sem incluir as estatais, caíram de R\$ 23,79 bilhões, de janeiro a maio de 2014, para R\$ 14,44 bilhões em valores correntes deste ano, queda de 39,3%.” (Valor Econômico, disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4098970/investimentos-da-uniao-diminuem-quase-40-em-2015> acessado 01/07/2015)

<sup>21</sup> Ver Mercadante páginas 158 à 177.

<sup>22</sup> Fonte [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

problema das desigualdades sai do âmbito da relação entre o capital e o trabalho – característica essencial da sociedade capitalista – para o âmbito exclusivo (interno) da classe trabalhadora e suas diferenças. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p.143, 2007).

As políticas sociais implementadas pelo governo petista, como o programa Bolsa Família, tiram do debate a questão central: como se dá a apropriação e a expropriação do valor excedente social (mais-valia) do capital em relação ao trabalho<sup>23</sup> na sociedade? Qual classe se apropria do valor social excedente? Em que medida? Esta é a questão central da economia política e deveria ser a de um partido que se diz defensor da classe trabalhadora.

Este discurso tem consequências práticas seríssimas, pois:

Ao se restringir as desigualdades ao âmbito dos rendimentos do trabalho, a busca de menor desigualdade (pelas políticas públicas) se restringe à redução das disparidades salariais e de outros rendimentos do trabalho, deixando de fora qualquer reforma que afete a distribuição da propriedade fundiária (rural e urbana), bem como a estrutura e o funcionamento do sistema financeiro. Ainda mais grave: a redução das desigualdades é sempre pensada a partir de um “nivelamento por baixo”, pois os segmentos da chamada classe média são identificados como ricos e privilegiados. (FILGUEIRAS e GONÇALVES, p.144-145 2007).

A crítica de Filgueiras e Gonçalves é extremamente acertada. A análise de que, as políticas públicas não podem se resumir a uma diminuição da desigualdade apenas dentro da própria classe trabalhadora, é extremamente coerente. Todavia, contra isso defendem uma política de universalização que, têm de voltar novamente ao debate político do país, dado o rebaixamento que existe hoje, onde a crítica perdeu o espaço; afinal se saúde, educação e moradia, são diretos básicos aos quais todos os brasileiros devem ter acesso, por que não se verifica isso na prática? Por que a maioria dos brasileiros não tem acesso a estes serviços? Porém, os autores não percebem que mesmo que essas políticas (que se assemelhariam ao estado de bem estar social europeu, dos anos 1950 e 1960) têm limites dentro do capitalismo, devido à sua própria necessidade de reprodução e acumulação, isto é, a classe capitalista tem de reprimir o consumo da classe trabalhadora aumentando desta forma a massa total de mais-valia,

(...) A força de trabalho tem de incorporar-se ao capital como meio de expandi-lo; não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade um fator de reprodução

<sup>23</sup> “Não foi o capital quem inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção” (Marx, “O Capital: O processo de produção do Capital”, Livro 1, volume 1, p.273). Mais adiante Marx acrescenta “(...) a avidez por mais-valia do capitalista se manifesta no empenho de prolongar desmesuradamente o dia de trabalho (...)”.

do próprio capital.” (MARX, p. 724-725, 2013).

Na sociedade capitalista, a acumulação e a reprodução do capital não expande apenas o proletariado colocando-o sob o controle do capital, não produz apenas a mais-valia, não produz só a mercadoria; mas produz as relações capitalistas; produz de um lado, capitalistas e do outro, assalariados<sup>24</sup> (MARX, 2013). Esta reprodução, que tem como base a obtenção do lucro por parte dos capitalistas e salários por parte do proletariado, se condiciona dada a vontade daquele, já que são os capitalistas quem detêm o poder sobre os meios de reprodução material da vida. São eles quem determinarão os níveis de renda e emprego na sociedade, de acordo com a queda ou o aumento de sua taxa de lucro. Essa contradição fundamental da sociedade – que em última análise é a contradição entre valor de troca e valor de uso<sup>25</sup> – que condiciona toda a vida social, com base nas necessidades de uma classe, a classe burguesa, se reproduz no Brasil e impõe limites às políticas do estado sejam elas focalizadas ou universais. Nem Mercadante, nem Filgueiras e Gonçalves (cada um dentro de sua própria perspectiva analítica) percebem esta relação e as impossibilidades do capitalismo de “crescer e distribuir renda”; percebem menos ainda esta impossibilidade dentro do capitalismo dependente.

Entretanto, o discurso petista “prega” que houve uma distribuição nunca antes vista na história do excedente social, levando o Novo Desenvolvimentismo a um patamar de acumulação que tem como base o “social” como seu eixo estruturante. Novamente, pura ideologia. A razão entre salários/PIB não se altera um milímetro (ou 1% em 11 anos) durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A proporção dos salários em relação ao produto social total (PIB) sai de 32,2% em 2000 para 33,2% em 2011, enquanto a proporção entre o Excedente Operacional Bruto<sup>26</sup> mais os Juros<sup>27</sup> sai de 72,8% para 73,2%, ou seja, a

<sup>24</sup> “Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de si mesmo, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado” (Marx, op.cit. p.681).

<sup>25</sup> “Decorre, entre outras coisas, do antagonismo entre valor de uso e valor de troca, da impossibilidade de elevar o consumo dos ‘consumidores finais’ na mesma proporção em que aumenta a capacidade social de produção, sem uma redução substancial da taxa de lucros (...)” (Mandel “O capitalismo tardio”, p.310).

<sup>26</sup> Estes números foram elaborados com base nos dados do IBGE sobre o Sistema de contas Nacionais, Contas Econômicas - Total Economia disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). O Excedente Operacional Bruto seriam os lucros. Pela definição do IBGE excedente operacional bruto é o “saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.”

<sup>27</sup> Optou-se por somar os juros, pois eles fazem parte de um capital que se apropria de grande parcela da mais-valia social. “Dinheiro (...) pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que cresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista de extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais valia – e dela apropriar-se. Por isso, além do valor de uso que possui como dinheiro, passa ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital.” (Marx “O capital: processo global de produção capitalista” Livro III, vol. V, p.453). “Se o lucro é de 15%, realizará o chapeleiro lucro de 5 libras esterlinas por vender as mercadorias pelo valor, por 115. Só lhe custam 100 libras esterlinas. Se as produziu com capital

participação dos lucros e dos juros no produto total se manteve acima, em relação ao salário, durante todo o governo petista - os primeiros anos do governo Lula são bastante significativos; para a participação dos salários os números são, no período 2003-2006 respectivamente 31,1%, 30,8%, 31,7%, 32,5%, enquanto a participação dos lucros e juros é de 89,8%, 78,4%, 85,9%, 87,5%, a variação do segundo é muito maior que a do primeiro, sendo quase sempre positiva.

O índice de Gini, realizado com base na Pesquisa por Amostra de Domicílios (PND) feita pelo IBGE, subestima a renda do capital (juros, lucros e aluguéis) e mostra principalmente a distribuição dos rendimentos recebidos por trabalhadores autônomos e assalariados, ou seja, esse índice expressa, em grande medida, a distribuição intra-salarial da renda (FILGUEIRAS e GOLÇALVES, 2007) – os fatores que explicam essa diminuição são elevação do salário mínimo e os programas sociais, como o Bolsa Família. Não há, todavia, qualquer mudança estrutural na apropriação da riqueza dentro da sociedade capitalista brasileira, que tenha conseguido “romper com a inércia e irregularidade do crescimento e reverter a tendência à concentração de renda e à ampliação das desigualdades sociais.”. Os dados sobre a riqueza (patrimônios, bens e as grandes fortunas) são quase que inexistentes, mas como vimos, não houve uma apropriação real do excedente econômico, por parte da classe trabalhadora, nos levando a concluir que dificilmente a distribuição da riqueza tenha se alterado.

O estudo realizado pelos professores Marcelo Medeiros, Pedro HGF Souza e Fabio Avila de Castro, da Universidade de Brasília, procura “minimizar” os efeitos da PNDA nos estudos sobre a distribuição da renda no Brasil. Para isso, os pesquisadores utilizam os dados referentes ao imposto de renda, para analisar a apropriação e a distribuição da riqueza, referente àqueles indivíduos que se encontram no topo da pirâmide, os 10% mais ricos:

Nossa análise da distribuição de renda total entre indivíduos adultos em 2006, 2009 e 2012 é feita a partir da combinação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios, que representam os 90% mais pobres da população, aos dados da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda Pessoa Física, para os 10% mais ricos. Esses pontos de encaixe das duas distribuições poderiam ser alterados dentro de certos limites, mas as tendências gerais observadas não se alterariam substancialmente. Isso mostra que a concentração nos mais ricos determina uma parte muito grande do nível e do comportamento da desigualdade no Brasil. (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014, p.27-28).

---

próprio, embolsará o excedente de 15 libras esterlinas; se o tomou emprestado, terá de tirar daí, digamos, 5 libras esterlinas para pagar juros. Isto em nada altera o valor dos chapéus, e sem apenas a *distribuição por diversas pessoas da mais-valia* que já esta inserida nesse valor (Marx, “O Capital, L. III, V. p.462, grifos meus).

Dois dados chamam muita atenção no estudo realizado pelos pesquisadores. O primeiro é sobre a apropriação da renda e o segundo sobre os limites inferiores dos estratos de renda no Brasil. Entre os anos de 2006 e 2012, 50% da população se apropriou de 11% do total do crescimento da renda no período, enquanto que no outro lado, 5% da população, se apropriou de 50% da renda no mesmo período<sup>28</sup>. Os limites inferiores de renda para os estratos foram os seguintes: em 2006, 50% da população ganhava no mínimo 7.236 mil reais por ano, este número passou para 9.661 mil reais por ano em 2012; já a renda mínima, em 2006, para 5% da população era de 50.945 reais por ano, passando, em 2012 para 71.055 mil reais por ano (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014, p.16); esta aumentou quase 20 vezes mais que aquela! O rendimento mínimo de 0,01% da população era de 703.699 mil reais por ano, em 2006 e passou no ano de 2012, para 984.512 mil reais por ano. Ou seja, a distância e a apropriação da renda, entre ricos e pobres, não mudou nos anos de 2006 a 2012. Isto demonstra como a afirmação de Mercadante é completamente falsa e duvidosa. Pois, afirmar que houve uma redução da desigualdade e da renda nunca antes vista na história, utilizando apenas dados como Índice de Gíni e Renda Percapta, não sustenta uma tese de tamanha magnitude. A tese de que o “social passou a ser o eixo fundamental da acumulação no Brasil”, não passa de pura ideologia, quando a confrontamos com os dados e as estimativas para o período.

Apesar de subestimar a base da distribuição de renda (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014) – principalmente porque exclui uma parte da população como “sem rendimento”, equivalente ao erro de pesquisa, que para o ano de 2010 foi de 2,16% -, o Censo demográfico do IBGE possui uma maior capacidade de cobertura (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014), o que nos possibilita ter uma aproximação de como se distribuem os salários na economia brasileira. O ultimo Censo realizado em 2010, sobre o rendimento populacional, mostra que 61,16% da classe trabalhadora ganhava até dois salários mínimos, o que equivalia a R\$ 1.020,00. Quando comparamos este dado ao salário mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), vemos que há uma enorme diferença entre ambos. O salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE em dezembro de 2010 era de R\$ 2.227,53, ou seja, mais de 60% da classe trabalhadora ganhava menos da metade do mínimo necessário à sua reprodução. Utilizando os dados de Medeiros, Souza e Avila, para o ano de 2012, o quadro não se altera. Em 2012, 75% da

---

<sup>28</sup> “Por diferencial é possível ver ainda que aos 5% mais ricos coube metade do crescimento total e que o 1% se apropriou de 28% do crescimento, ou seja, cada pessoa da pequena elite formada pelo 1% mais rico da população apropriou-se de uma fração 127 vezes maior do crescimento da renda que as pessoas na metade mais pobre do país.” (Medeiros, Souza e Avila, “A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil 2006-2012”, p.17).

população ganhava entre R\$ 1.506,08 e R\$ 1.788,08 por mês (MEDEIROS, SOUZA e AVILA, 2014) e o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE em dezembro deste mesmo ano, foi de R\$ 2.561,47. Este quadro demonstra como não houve uma distribuição da renda capaz de superar as contradições do capitalismo dependente brasileiro.

Outra grande diferença apontada por Mercadante do governo PT, em relação a seus antecessores, é o grande crescimento do consumo de massas realizado graças ao governo petista. O curioso é que a participação média do consumo das famílias em relação ao Produto Interno Bruto no período petista é de 60,44% (2003-2012), menor que a do período anterior (1994-2002) que é de 63,35%<sup>29</sup>. Apesar de todas as políticas de crédito e a elevação do salário mínimo, a participação do consumo das famílias em relação ao PIB diminuiu! A produção interna não tem como objetivo o consumo das famílias, já que em termos relativos sua participação vem diminuindo nos últimos vinte anos. Através destes dados podemos inferir que há uma separação na economia dependente, a produção interna não tem como objetivo o consumo e a circulação interna. Mais uma vez a dura realidade econômica faz desaparecer todo este mundo criado e colorido pelo governo do Partido dos Trabalhadores e seus apologéticos. (arrumar o texto)

Dentro do capitalismo uma das relações mais importantes é a exploração do trabalho, isto é, a classe operária trabalha além do necessário para a sua reprodução material. Este tempo de trabalho excedente é apropriado pela classe que detêm os meios de produção (burguesia) e que o utiliza para sua própria reprodução material, acumulando aquilo que não venha a ser consumo. Essa contradição mantém de um lado, explorados (trabalhadores) e do outro, exploradores (capitalistas). Calcular essa relação no Brasil é extremamente difícil, principalmente, pela falta de dados. Por isso, tentei construir um dado que chegasse próximo a ela, expressando-a concretamente.

Uma das formas pela qual o capital pode aumentar a exploração sobre a classe operária é elevando a produtividade do trabalho, via um aumento na intensificação do uso da força de trabalho. Utilizando os dados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculei, para o setor industrial (indústria de transformação e extrativista) brasileiro, um índice de produtividade do trabalho, que nos ajuda a entender como funciona o mecanismo da exploração do trabalhador em nossa economia.

Para calcular a produtividade do trabalho setor industrial subtrai aquilo que é

---

<sup>29</sup> Elaborados a partir dos dados levantados por IBGE (2015).

consumido durante o processo produtivo (FBCF e matérias primas auxiliares e componentes) do Valor Bruto da Produção, “sobrando” apenas o valor que o trabalhador adicionou à produção total. Em seguida dividi este valor pelo produto do total de trabalhadores contratados ligado a produção e o número de horas efetivamente trabalhadas no ano, chegando a produtividade do trabalho por hora<sup>30</sup>. Partindo deste resultado calculei um número índice de base fixa, que tem como base o ano de 1994. No gráfico seguinte fica claro que a produtividade do trabalho vem crescendo nos últimos vinte anos.

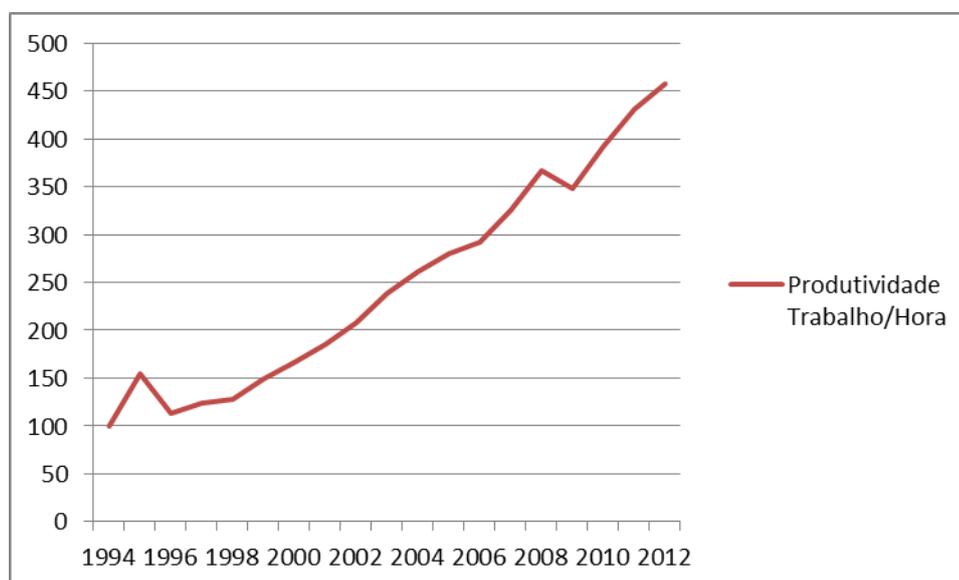
Ao confrontar estes dados com a variação dos componentes, maquinário e equipamentos e veículos que fazem parte da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), percebe-se que há um aumento da produtividade do trabalho, mas, sem uma contrapartida no melhoramento do sistema produtivo, já que a produtividade do trabalho é crescente, enquanto que a participação de máquinas e equipamentos, em relação ao total daquilo que foi investido em FBCF, é extremamente inconstante, chegando a cair em muitos anos – como veremos em nossa próxima seção. Ou seja, intensificou-se a utilização da força de trabalho (via aumento de horas trabalhadas, através das horas extras, ou na mesma jornada se exigiu do trabalho mais produtos) aumentando a intensidade do trabalho, o que significa concretamente um aumento da exploração da classe trabalhadora do setor industrial. Portanto, esta é outra barreira que o governo petista se quer passou perto de superar e que marca o capitalismo dependente brasileiro.

Os dados levantando neste trabalho, sobre o período em questão, corroboram com a tese desenvolvida por Marini sobre a *superexploração* da força de trabalho. Vimos como: o aumento da produtividade do trabalho na economia dependente brasileira depende do aumento da intensidade do uso da força de trabalho e não da introdução de novas máquinas e equipamentos que tem como finalidade a elevação da mesma. Além disso, os dados referentes à remuneração do trabalho demonstram como no Brasil, a remuneração da força do trabalho sempre se dá abaixo do mínimo necessário para sua reprodução como tal.

---

<sup>30</sup> Este dado possui um problema. O dado sobre o número de horas efetivamente trabalhadas, disponibilizado pelo IBGE tem como início da série o ano de 2002 e são utilizadas como amostra apenas as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre. Por isso tive de partir de duas hipóteses: 1) que não se trabalhou mais nos anos anteriores, mais que a média total do período (2002-2012); 2) e que o número de horas trabalhadas é o mesmo para todo o território nacional. Sei o quanto são fortes estas hipóteses, mas infelizmente, é o que pode ser feito com o que temos de dados.

Gráfico 2: **Índice de Produtividade do trabalho/Hora para as Indústrias Extrativistas e de Transformação (1994=100)**



Fonte: Pesquisa Industrial Anual, IBGE. Elaboração Própria.

A partir de nossa exposição, podemos finalmente concluir que: a mudança do Novo Desenvolvimentismo, que tem como eixo estruturante o social, não “representa (...) uma ruptura com o padrão de acumulação histórico do país, caracterizado pela concentração e exclusão” (MERCADANTE, 2010). Pelo contrário, ela se insere dentro do padrão capitalista de concentração e reprodução da classe trabalhadora enquanto classe submetida às vontades do capital, mantendo-a longe de qualquer tipo de emancipação das contradições do capitalismo dependente. E o que é ainda pior, cria um discurso ideológico, via políticas sociais, que “domestica” o movimento de massas de caráter transformador, que invariavelmente surge dentro da própria luta de classes. O Partido dos Trabalhadores se tornou um partido de apologéticos; defendem um partido que, historicamente prometeu realizar todas as reformas estruturais necessárias à emancipação política e econômica da classe trabalhadora, mas que as abandona, para sustentar-se numa redução das desigualdades sociais, que não passam apenas de uma transferência de renda dentro dessa mesma classe.

Os outros aspectos levantados por Mercadante (saúde, educação, cultura, moradia, saneamento básico e meio ambiente) não serão aqui tratados dados os limites deste trabalho, entretanto, o próprio autor reconhece que há muito o que se fazer em relação a estas políticas, e que o que foi feito até agora não resolve o problema<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Ver Mercadante op.cit páginas 265 a 404.

### 3.3 REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

Uma das principais deficiências teóricas do Novo Desenvolvimentismo reside no fato de que ele não percebe como se dá a inserção dos países dependentes na nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com o desenvolvimento das forças produtivas - consequência da terceira revolução tecnológica - o capitalismo atingiu outro patamar em sua história; agora os superlucros tecnológicos são umas das principais fontes de acumulação para o capital em nível global<sup>32</sup>. Para manter esta importante fonte de lucro, o capital precisa adequar o mercado, consolidando uma estrutura que esteja de acordo com suas novas necessidades. Este novo momento histórico do capitalismo trará algumas mudanças para determinadas economias periféricas.

As economias que tinham as condições materiais mínimas (aquelas discutidas no segundo capítulo deste trabalho; mão de obra assalariada, estabilidade política mínima, mercado capaz de liberar mão de obra suficiente, etc.) iniciaram seu processo de industrialização a partir das primeiras décadas do século XX. Esse processo muda a reprodução do capital nestas economias, em dois sentidos: primeiro, cria-se a necessidade de importar tecnologia e capital-maquinário dos principais centros tecnológicos mundiais – que são quem detêm o monopólio deste tipo de produção -; segundo, o aumento na demanda por matérias-primas mais baratas no centro do sistema faz com que a periferia se torne a grande fornecedora destas mercadorias. Consolida-se desta forma, uma nova Divisão Internacional do Trabalho, onde, além de fornecer o capital circulante necessário à produção industrial no centro do sistema, alguns países periféricos adquirem parte da produção de capital-maquinário e dos produtos de alta tecnologia produzidos pelos países centrais. A automatização da produção e a terceira revolução tecnológica mudam, qualitativamente, a inserção dos países periféricos no mercado mundial.

Essa configuração descrita por Marini não se alterou. Não há um desenvolvimento industrial autônomo nos países periféricos porque o mesmo não é possível dado o novo arranjo produtivo que se firmou no capitalismo contemporâneo. Isto é, não se trata de

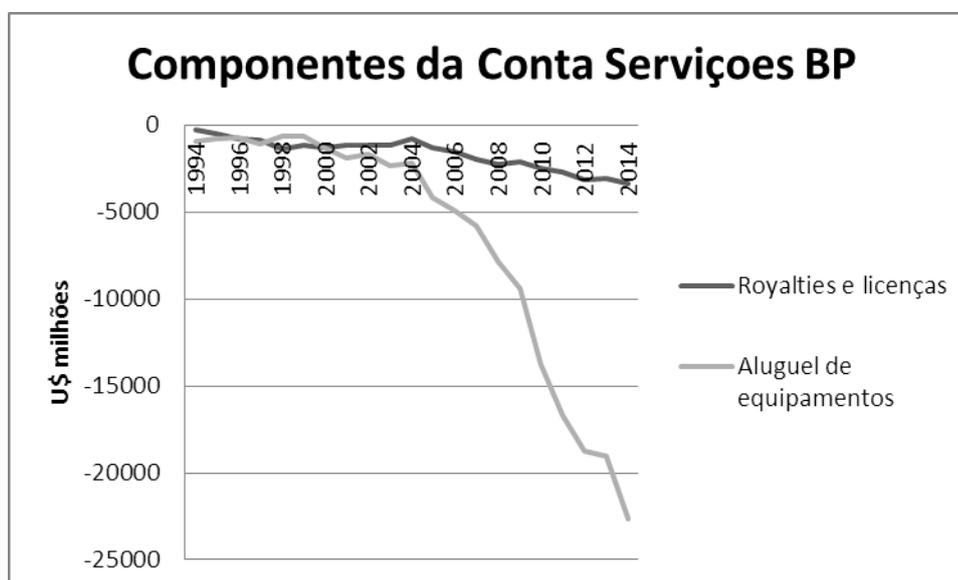
---

<sup>32</sup> “As rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico – isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo da produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões do investimento mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante. Nesse sentido, a superprodução latente de bens de consumo na época do capitalismo de livre concorrência e o capital excedente em estado latente da era do imperialismo dão lugar, na fase do capitalismo tardio, à *superprodução latente de meios de produção* enquanto forma predominante das contradições econômicas capitalista, embora evidentemente combinada com essas duas outras formas.” (Mandel, “O capitalismo tardio”, p.135).

deficiência interna, ou de algum tipo de revolução burguesa “mal sucedida” nas economias dependentes; sua origem encontra-se na nova configuração do mercado mundial capitalista, que por sua vez é consequência do próprio desenvolvimento histórico de suas forças produtivas. Mandel analisa este processo a partir de suas bases materiais, ou seja, este novo estágio do capitalismo, caracterizado pelo controle e domínio da ciência e da tecnologia, é necessário para que o capital consiga se reproduzir enquanto sistema de dominação mundial. Com o avanço das forças produtivas, possibilitado pela terceira revolução tecnológica, o capital cria um abismo entre os países, deixando de um lado aqueles capazes de produzir mercadorias de alta tecnologia, e do outro, aqueles que dependem da produção das mesmas. Alguns dados serão suficientes, para demonstrar como esta relação se expressa concretamente.

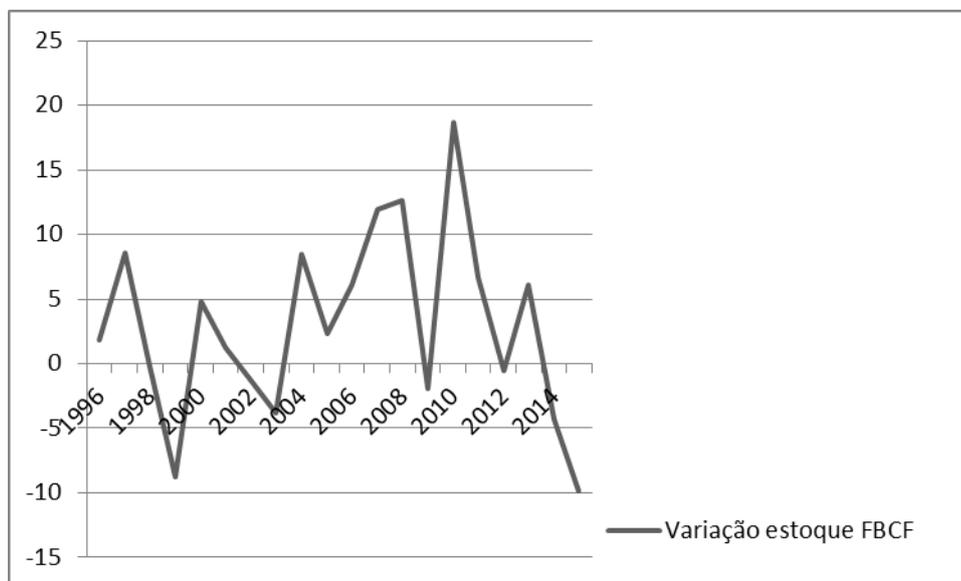
O primeiro dado que chama atenção é o aumento significativo que a conta Aluguel de Equipamentos passa a ter na conta de Serviços, principalmente a partir de 2004, fazendo com que o déficit do país seja cada vez maior. Há um pagamento constante de alugueis de equipamentos de estrangeiros na economia brasileira, isso mostra uma dependência do país em relação a este tipo de serviço. Este problema de reprodução que o país possui, também pode ser visto na variação dos “acréscimos ao estoque de bens duráveis, destinado ao uso das unidades produtivas, visando o aumento da capacidade produtiva do país” (IBGE, 2015) na economia brasileira para o período 1996-2015. O gráfico a seguir, deixa bem claro como o investimento que tem como finalidade o aumento da capacidade produtiva no país é extremamente volátil, chegando a ser negativo em oito dos vinte anos da série.

Gráfico 3: **Aluguel de equipamentos, Royalties e Licenças (US\$ Bilhões)**



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Gráfico 4: **Variação no volume dos acréscimos ao estoque de FBCF (% , em relação ao ano anterior)**



Fonte: IBGE, elaboração própria. Obs: o dado disponível é trimestral, fez-se uma média dos trimestres em cada ano; para o ano de 2015 os dados são referentes aos dois primeiros trimestres.

Ou seja, o fluxo de capital fixo do país diminuiu oito vezes em relação ao ano anterior durante o período 1996-2015. A média da variação para o período é de apenas 2,93%, isso significa que a economia brasileira, em termos de produtividade, manteve-se praticamente constante, ao longo dos últimos dezenove anos. Os dados sobre a variação de máquinas e equipamentos e veículos, variáveis que compõem a FBCF, também demonstra essa tendência. Neste dado fica evidente como em vários anos a participação destes componentes é bastante baixa em relação ao total daquilo que se investe em FBCF no Brasil. Até 2002, observa-se uma tendência de queda; em 2003 há um início de recuperação – mesmo assim, em nenhum dos anos, houve um aumento na participação destes componentes que tenha chegado ao mesmo nível de 1995 ou 1997 – mas, novamente, em 2009, a participação começa a cair, chegando em 2014 a apenas 33,1%, ou seja, um aumento de apenas 4% em vinte anos (IBGE, 2015).

Há, portanto, um problema de produtividade na economia brasileira, ligado diretamente à produção de máquinas e equipamentos, pois, como vimos no capítulo anterior, a produtividade do trabalho é crescente, o que não aumenta é seu componente fixo. Esta realidade é fruto do baixo desenvolvimento tecnológico que a economia brasileira possui (os

dados presentes neste trabalho, sobre pagamentos de royalties e registro de patentes confirmam esta tendência) e que por sua vez, é condicionada pela nova DIT; para os países periféricos, ficam reservadas as etapas mais atrasadas do desenvolvimento tecnológico e produtivo, este passa a ser exclusividade das economias centrais. Ao olharmos para as exportações e importações brasileiras esta realidade torna-se ainda mais gritante.

A tabela a seguir mostra como a participação dos produtos de alta e média alta intensidade tecnológica, em nossas importações de bens da indústria de transformação, é de quase 60% ao longo do período. Nossas exportações apresentam movimento oposto, 40% daquilo que exportamos fazem parte dos produtos de baixa, ou baixa média intensidade tecnológica<sup>33</sup>. A dependência do país em relação aos bens industriais de alta e média alta intensidade tecnológica é quase que total, - quando olhamos para as exportações e importações brasileiras nos últimos 19 anos - já que importamos muito e exportamos muito pouco destes produtos.

**Tabela 3: Exportações e Importações brasileiras de acordo com o nível tecnológico dos produtos\* (%)**

Ano	Exportações				Importações		
	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Média-Alta2	Alta2	Total
1995	36,7	20,1	22,4	3,7	41,4	17,5	58,9
1996	35,7	17,7	11,8	4,3	38,9	19,3	58,2
1997	32	17,2	24,8	4,9	42,2	19,2	61,4
1998	31,3	16,3	25,4	6,3	44	19,7	63,7
1999	32,6	16,3	22,7	8,5	42,4	22,1	64,5
2000	29,1	16,9	23,2	12,2	38,6	23,5	62,1
2001	31,4	15,4	21,2	1,7	41,6	23,4	65
2002	31,5	16,1	21,4	9,8	42,2	22,1	64,3
2003	31,7	16,8	22,9	7	41,6	21,6	63,2
2004	30,3	18,1	23,1	6,9	39,6	22,5	62,1
2005	28,3	17,5	24,5	7,4	38,8	23,3	62,1
2006	27,7	18,1	23,6	6,8	36,6	23,2	59,8
2007	27	18	22,7	6,4	38,8	20,8	59,6
2008	25,8	17,4	20,02	5,8	40,6	19,2	59,8
2009	28,4	14,5	17,7	5,9	42,1	21,4	63,5
2010	26,3	12,9	17,9	4,7	41,5	19,6	61,1
2011	24	13,4	16,6	3,8	42	17,5	59,5
2012	24,6	14	16,7	4,1	42,6	17,6	60,2
2013	24,6	15,6	16,4	4	42,3	17,4	59,7
2014	25,5	15,2	15,3	4,3	41	17,6	58,6

<sup>33</sup> A queda que se observa nas exportações dos produtos de baixa e média baixa intensidade tecnológica, não é acompanhada por um aumento nos produtos de alta e média alta intensidade. Pelo contrário, em 1995 os produtos de média alta representavam 22,4%, e em 2014, 15,3% do total das exportações, já os produtos de alta intensidade passam de 3,7% para 4,3% nos mesmos anos. Há uma queda dos produtos de média alta e um pequeno aumento, apenas de 0,5%, nos produtos de alta intensidade; a queda nos produtos de baixa e média baixa intensidade se deve ao aumento dos “demais produtos”. Dados disponíveis em [http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_665.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_665.html).

Fonte: Carta IEDI n.665. Elaboração própria.\*Produtos da indústria de transformação.

Portanto, a terceira revolução tecnológica, nos distanciou ainda mais dos avanços produtivos que ela mesma criou. Estes avanços são exclusividade dos países centrais e resultado do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção e de suas contradições, que por sua vez, engendram as contradições do mercado mundial e estabelecem as relações de dependência entre os países. Para alguns países periféricos, estas contradições manifestam-se no fato de que, desenvolve-se a necessidade por produtos de alta tecnologia, ao mesmo tempo em que se impede o acesso à sua produção; além disso, todo o avanço técnico e produtivo que o mundo presenciou a partir de meados do século passado não teve como resultado um aumento da produtividade do trabalho, via aquisição de máquinas e equipamentos para estes países. O Novo Desenvolvimentismo e a tese de Mercadante passam muito distante desta realidade.

A crise que se apresenta hoje para as classes sociais no Brasil – aumento do desemprego e da inflação, e queda do PIB - levou parte daqueles que defendiam o Novo Desenvolvimentismo, e, por conseguinte, as políticas adotadas pelo Partido dos Trabalhadores e seus representantes, à elaboração de um texto intitulado “Por um Brasil Justo e Democrático”<sup>34</sup>. Neste documento, os autores realizam uma série de críticas e sugestões sobre o atual cenário político e econômico do país. Todavia, o documento não avança nos principais aspectos da dependência e, assim como Mercadante, deixa de lado algumas questões fundamentais.

Do mesmo modo que,

Economistas liberais, setores do mercado e a grande imprensa passaram a atribuir a perda do dinamismo econômico, que se intensificou em 2014 exclusivamente aos “excessos da intervenção” estatal. Esquecem, em suas análises, dos diversos fatores estruturais que limitam a possibilidade de expansão do parque produtivo nacional. (POR UM BRASIL MAIS JUSTO E DEMOCRÁTICO, p. 21).

O documento também “esquece” alguns aspectos estruturais da economia brasileira. Por exemplo, uma das propostas do documento é de reduzir a taxa de juros (Selic), diminuindo assim, sua pressão sobre a Dívida Pública Federal, dando a possibilidade ao Estado de diminuir suas despesas com a dívida e seus serviços, o que por sua vez, aumentaria os gastos do governo, estimulando desta forma o crescimento e a queda no desemprego. Pois bem, o governo Dilma de fato tentou fazê-lo; em setembro de 2012, reduziu a taxa Selic, e manteve-a

---

<sup>34</sup> Disponível em [http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbrasiljustoedemocratico-vol-01\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/porumbrasiljustoedemocratico-vol-01_0.pdf).

num patamar muito abaixo de seu patamar histórico, até abril de 2013<sup>35</sup>. Qual foi o resultado? Houve uma fuga de capitais do país (ver tabela Balanço de Pagamentos) e o país apresentou déficit no Balanço de Pagamentos (BP) em 2013, algo que não ocorria desde 2000. Ou seja, dada a atual estrutura do BP na qual a manutenção da abertura financeira é a regra, uma queda muito brusca na taxa de juros, significa um problema de divisas para o país, pois começaram a sair mais dólares do que entrar. Esta estratégia – a queda da taxa de juros - surtiu algum efeito na indústria brasileira? As políticas implantadas pelo governo petista tiveram algum efeito neste sentido? Como discutimos nesta seção o efeito foi nulo e a dependência do país e sua posição na nova DIT perpetuaram-se ao longo de todos os governos do Partido dos Trabalhadores.

Estas contradições, estruturantes da economia brasileira, não são levadas as suas últimas consequências no documento “Por um Brasil Justo e Democrático”, isto é, não se percebe que os limites da indústria e do crescimento brasileiro impostos pela nova DIT, são furtos do próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção em escala mundial. O documento também não percebe que esta crise tem início em nosso Balanço de Pagamentos e nos déficits comerciais que o país vem apresentando desde 2014.

Mesmo este Novo Desenvolvimentismo mais “atualizado” não consegue perceber que, a dependência brasileira do mercado capitalista mundial, se dá de forma hierarquizada em relação aos países centrais e não apenas pelo abismo tecnológico e produtivo que existe entre ambos, mas, também pela grande quantidade de renda que o país envia ao exterior através da conta de Serviços e Rendas. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo aprofundou ainda mais a relação de dependência entre a periferia e o centro do sistema, consolidando outro mecanismo de extração de valor, que flui das economias periféricas para os países centrais. Este tema é completamente negado e não aparece no debate do Novo Desenvolvimentismo. Passemos agora a ver como se desenvolveu este mecanismo.

---

<sup>35</sup> Dados disponíveis em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=getPagina>.

## 4. NOVO MECANISMO DA DEPENDÊNCIA, O CAPITAL FINANCEIRO.

### 4.1 O NEOLIBERALISMO E O NOVO MECANISMO DE EXTRAÇÃO DE VALOR

#### 4.1.1 Anos 1970 e 1980: quadro geral.

A estratégia adotada pela burguesia, para sair da crise que o país vinha enfrentando desde o início dos anos 1960, implementada com o início da ditadura militar, foi à saída para o exterior<sup>1</sup>. Este processo, de incentivo às exportações industriais<sup>2</sup>, teve como efeito um crescimento econômico, que ficou conhecido como “milagre econômico” (1968-1973), no qual a taxa de crescimento do PIB atingiu altos patamares. É deste modo que o governo militar irá conseguir manter a estabilidade política durante quase todo o período – soma-se a isso, a derrota da esquerda, sofrida perante a ditadura militar. Com o crescimento econômico, o Estado consegue afirmar parte da burguesia, aquela que estava ligada ao setor industrial exportador como fração dominante, contendo os setores da burguesia que se encontravam descontentes com o regime, além da classe assalariada, em particular, a classe média (MARINI, 1992). Todavia, esta nova forma de acumulação exigia um estímulo também às importações<sup>3</sup>, necessárias ao processo de industrialização, portanto,

Mesmo reagindo positivamente aos estímulos governamentais, as exportações não foram suficientes para garantir o montante de importações que o crescimento industrial exigia e que as reduções tarifárias permitiam. A partir de 1971, começam a aparecer os déficits comerciais, que caracterizam de maneira geral toda a década, forçando a economia a recorrer permanentemente ao aumento da entrada de capitais estrangeiros. É por isso que, entre 1970 e 1979, enquanto o valor das exportações se multiplicou por 5.6, passando de 2.739 a 15.244 a milhões de dólares (os manufaturados passaram de 15 a 44% da pauta), a dívida externa total, correspondia a 5.295 e 49.904 milhões de dólares, ou seja, se multiplicou por 9.4 no mesmo período (MARINI, 1992, p. 6-7, tradução própria).

<sup>1</sup> “A economia brasileira, que a partir dos anos 50, baseara seu desenvolvimento na substituição de importação, por meio de instrumentos tarifários, de câmbio e créditos, sofre, com o golpe militar de 64, uma virada brusca em sua política econômica, a qual se estenderá durante todo o primeiro governo do militar Castelo Branco (1964-1967). É neste momento que se consolida a conversão do país em uma economia industrial-exportadora, alguns dos efeitos são: a compressão dos salários, unificação das taxas de câmbio, rebaixamento das tarifas alfandegárias, redirecionamento do crédito estatal e a modificação das políticas de preços públicos. É neste momento também que se coloca em prática uma política exterior de corte subimperialista” (Marini, “Transición y crises en Brasil”, p.1, tradução própria).

<sup>2</sup> “Deste modo, enquanto as importações se elevam, entre 1964 e 1973, do patamar de 1 bilhão para o de 6 bilhões de dólares, as exportações fazem o mesmo, sendo que, nestas, a participação de produtos manufaturados evolui no período de 5% para 24% do total (14% e 31% respectivamente, se se consideram todos os itens com algum grau de industrialização).” (Marini, “Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990”, p.4).

<sup>3</sup> A balança comercial brasileira, durante o período 1971-1980, registrou um déficit médio anual de 1,750 bilhões de dólares; ver Marini “Transición y Crises en Brasil” p.3.

O primeiro choque do petróleo (1973) e a crise que se agrava com ele, faz com que haja nos países centrais um excedente de capital, que busca por realização, já que a relação salários-lucros se encontra em um nível baixo devido à crise, não tornando desta forma, lucrativos os investimentos realizados no centro do sistema. Ademais, há uma reciclagem dos petrodólares, o que irá criar uma massa de capital em busca de aplicação (via financiamento, investimento direto e empréstimos) e que acaba tendo como destino a periferia do sistema e o mundo socialista. A entrada líquida de capitais estrangeiros em 1974 é de 887 milhões de dólares no Brasil (MARINI, 1991), um número bastante elevado se comparado com os valores dos anos anteriores. Os empréstimos e financiamentos realizados pelo Estado militar brasileiro durante o período não foram, portanto, apenas utilizados para cobrir os déficits comerciais e as despesas com subsídio e as reduções tarifárias, mas também foram tomados para realizar grandes obras estatais, sendo a mais significativa delas o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O Plano tinha como um de seus principais objetivos a substituição de importação dando prioridade aos produtos intermediários e de bens de capital<sup>4</sup> (MARINI, 1991).

Em síntese, a estratégia adotada pelo governo militar, que irá perdurar durante praticamente todo o regime, para legitimar o Estado ditatorial e os setores da burguesia industrial nacional e estrangeira como os setores hegemônicos da burguesia, se deu através de uma política de fomento às exportações de bens manufaturados (via incentivos fiscais, proteção tarifária e subsídios) e uma entrada maciça de capital estrangeiro (via empréstimos, investimentos estrangeiros e financiamentos), necessários para dar continuidade ao processo de consolidação industrial<sup>5</sup>. Os limites deste processo foram os limites do próprio capitalismo e a crise que abalava o mundo nos anos 1970 e 1980.

A expressão da crise internacional que se inicia ao final dos anos 1970 e início dos

---

<sup>4</sup> É neste período que irão surgir importantes setores na economia brasileira “Desde 1976, acelera-se também a montagem de uma indústria bélica, que repercute no desenvolvimento da indústria automobilística e de autopeças, das construtoras e de mecânica pesada, chegando, ao final da década, a induzir o surgimento de uma indústria microeletrônica e de informática e de uma produção sofisticada em telecomunicações” (Marini “Transición y Crises en Brasil”, p.4, tradução própria).

<sup>5</sup> As consequências deste processo foram um grande endividamento do estado e uma transferência de renda para o grande capital: “É certo que pesava sobre a economia de modo determinante as condições criadas na economia mundial pelo choque do petróleo - a retração comercial e as grandes disponibilidades financeiras, resultado da recessão nos centros. Essas circunstâncias, somadas à ideologia do ‘Brasil potência’, levaram até o limite a promoção de exportações e fizeram também ressurgir a política de substituição de importação, juntando-as em uma fórmula híbrida, cuja principal consequência foi agravar a transferência dos recursos do Estado, em favorecimento do grande capital. Para manter este esquema, que se configurou como uma verdadeira economia de transferência recorreu-se abertamente ao financiamento externo” (Marini, “El experimento neoliberal en Brasil”, p.7 tradução própria).

anos 1980, é o grande aumento no preço do petróleo em 1979<sup>6</sup>. Essa crise colocou um fim a toda a expectativa criada pelo governo militar de um “Brasil potência” e levou o país a um período de baixo crescimento econômico, altas taxa de inflação e uma transição lenta e gradual até a democracia representativa, fazendo com que as eleições diretas para a presidência ocorram apenas em 1989<sup>7</sup>.

Com a crise no centro do sistema há uma elevação da taxa média de juros nos Estados Unidos, fazendo com que esta suba de 9,4% em 1978 para 19,5% em março de 1980 (MARINI, 1992). Este é um dos motivos que pressionaram o aumento da dívida e seu serviço, “a dívida externa total acelerou seu crescimento, passando dos 100 bilhões de dólares em 1986, enquanto seu serviço subiu de 2,7 bilhões de dólares em 1978, para 8,7 bilhões, logo em 1982” (MARINI, 1992, p. 7, tradução própria). Para manter o prestígio internacional, segurando desta forma o fluxo internacional de capitais<sup>8</sup>, o governo recorre a uma política de liquidação de divisas, ou seja, aumenta ainda mais a pressão exercida pela dívida externa no balanço de pagamentos do país; a consequência deste processo será a moratória da dívida em 1982, e a adesão das políticas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o FMI, a saída para os países que encontravam-se endividados e não conseguiam pagar suas dívidas era simples: conseguir grandes saldos comerciais, aumentando as exportações e contendo as importações, dando-lhes assim a possibilidade de adquirir as divisas necessárias para o pagamento da dívida e de seus serviços<sup>9</sup>. Este novo cenário econômico trará sérias

---

<sup>6</sup> A elevação do preço do petróleo é um das expressões da crise. A variação média anual do produto real para os países centrais, durante os anos de 1980-1982, foi de 0,8%. Houve um crescimento real da produção muito pequeno, o que pode ser visto também pela queda da variação real da formação bruta de capital fixo nos países centrais que, após crescer a uma média de 3% no período 1971-1980, cai para 2,1% ao ano durante os anos de 1981-1982 (dados disponíveis em Marini, “América Latina en la encrucijada”, p. 3). Estes dados são característicos de uma crise do sistema capitalista; não se tratando apenas de um problema de oferta e demanda, mas sim de um problema de produção e realização das mercadorias.

<sup>7</sup> Para uma análise mais completa ver Marini “Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990”, páginas 7-12.

<sup>8</sup> Obviamente a saída dos fluxos de capitais era inevitável, já que estes, passado a crise no centro do sistema, direcionaram-se quase que totalmente para os países industrializados: “Segundo o FMI, se, em 1982, os investimentos estrangeiros diretos se destinavam em torno de 53,6% para os países industrializados e 46,4% para os países subdesenvolvidos, em 1986 – superada a grande recessão nos países centrais – estes ficaram com 76,7% do total, ficando para os países subdesenvolvidos apenas o restante, 23,3% [...]. Considerando o fluxo de capitais, quer dizer, movimentos pelo conceito de investimento direto, crédito privado e crédito oficial, os países subdesenvolvidos recebiam ainda, em termos líquidos, 10,5 bilhões de dólares em 1982, chegando a um ponto quase zero em 1983 (110 milhões de dólares líquidos recebidos) [...]” (Marini, “América Latina en la encrucijada”, p.6).

<sup>9</sup> “A dívida externa, que era de 62 bilhões de dólares ao fim da década precedente, quase duplicou, alcançando 113 bilhões em 1989, e o seu serviço nos piores anos chegou a representar 5% do valor total do PIB. Em função disso e de acordo com a política ditada pelo FMI, o país mais que dobrou suas exportações, ao mesmo tempo que restringia as importações, para —revertendo a tendência dos 70s— obter grandes saldos comerciais, próximos aos 20 bilhões de dólares anuais, valor transferido quase integralmente ao exterior, a título de pagamento de juros, junto às saídas provocadas pelas remessas de lucros e dividendos e pelo pagamento de regalias. Essas transferências são uma das causas fundamentais do processo inflacionário que, para 1989, chega a 1700% ao ano” (Marini, “Brasil: da ditadura à democracia, 1964-1990”, p.8). “[Os países Latino Americanos] começam a

consequências para o país.

Ao conter as importações, o Brasil acaba com a tentativa que vinha sendo traçada, desde o segundo PND, de modernizar e expandir o setor industrial. Era necessário agora aumentar a produtividade do trabalho sem os avanços tecnológicos necessários que aquela exigia, por conseguinte, a redução dos custos de produção, os salários, era inevitável; o que por sua vez reprimia a demanda interna. Desta forma os empresários eram forçados a sair para o exterior, já que, além da redução da demanda interna, o governo oferecia subsídios e incentivos de todos os tipos para as exportações e as políticas cambiais eram direcionadas para uma desvalorização constante da moeda. Este foi o principal mecanismo que a burguesia e o Estado brasileiro, junto ao FMI, encontraram para pagar os serviços da dívida externa do país (MARINI, 1992). Em outras palavras, a estratégia construída nos anos 1970, via financiamento externo, cobrava agora seu preço e os limites do capitalismo dependente se impunham novamente. Com a queda brusca do investimento no centro do sistema, o capital, que havia sido investido ao longo dos anos 1970 na periferia, retorna para o centro, levando consigo os lucros e os juros, deixando apenas as dívidas, obrigando desta forma o país a elevar as exportações, o que diminuía mais ainda o consumo da classe trabalhadora, para pagá-las.

Uma das principais consequências da transferência de renda para o exterior foi a pressão exercida sobre a inflação. O governo, mesmo estatizando toda a dívida externa ao final da ditadura, não conseguia evitar que uma parte da renda enviada ao exterior se tornasse renda interna, ou seja, a massa monetária enviada ao exterior não significava uma redução na mesma proporção da massa de moeda interna em posse dos indivíduos (MARINI, 1992). Soma-se a isso o déficit estatal que crescia dado a transferência de recursos para o setor privado, fazendo o governo emitir títulos de curto prazo e papel moeda, aumentando ainda mais a massa monetária, sem uma contra partida real (MARINI, 1992). Toda essa massa monetária pressionava a demanda e os preços, já que esta não podia ser plenamente atendida nem pela produção interna (a produção tinha como objetivo as exportações) e tampouco pelas importações (que foram contidas durante o período, com objetivo de gerar os saldos comerciais para o pagamento dos serviços da dívida externa), fazendo a inflação galopar<sup>10</sup>

---

transferir recursos líquidos, a partir de 1984, chegando a 24 bilhões de dólares em termos negativos em 1986 (CLEPI, 1988). Entre 1982 e 1989, o movimento de capitais na América Latina implicou em uma transferência líquida de 203 bilhões de dólares, o equivalente a 49% do total de sua dívida externa bruta em 31 de dezembro de 1989, sendo que, neste último ano, os aproximadamente 25 bilhões de dólares transferidos correspondiam a 3% do PIB da região” (Marini, “América Latina en la encrucijada”, p.6 tradução própria).

<sup>10</sup> Há todo um debate sobre a inflação neste período e de como ela possuía um caráter inercial, ou seja, os contratos na economia eram feitos com base na inflação anterior, o que fazia aumentar mais ainda os novos

durante os anos 1980 e início dos 1990<sup>11</sup>.

É esta a base econômica que irá submeter os países latino americanos às políticas de liberalização de mercado, durante os anos 1980 e 1990. Pressionados pelo grande crescimento da dívida externa e da inflação, os países são forçados a aderir às políticas neoliberais, que tem como seu principal promotor os Estados Unidos

Cabe aqui destacar que, a partir de 1980, os Estados Unidos assumiram a iniciativa em diversas frentes, em especial naquilo que vinha se institucionalizando e já vinha se constituindo como prática do governo Reagan: utilizar a dívida externa dos países dependentes para forçá-los a contribuir mais ativamente na superação da crise nos países industriais e, paralelamente, readequar suas economias aos interesses destes. Através do *FMI bill*, de 1983, assim como, os informes do Departamento do Tesouro, de 1982 e 1984, a política norte-americana definiu, expressamente, seu apoio, no curto prazo aos programas de estabilização, que procuravam controlar a demanda agregada e gerar os excedentes exportáveis, que tinham como objetivo possibilitar os países endividados de honrar seus compromissos financeiros externos; e no médio prazo e longo prazo, aos programas que tinham como base o privilégio ao setor privado e o investimento estrangeiro, no âmbito das chamadas “forças de mercado” (CLEPI,1988). Com exceção do Chile, que adotou este padrão de desenvolvimento desde meados dos setenta, a iniciativa norte-americana constituiu um dos principais fatores para que as políticas neoliberais tenham-se generalizado agora em toda América Latina (MARINI, 1990, p.10-11, tradução própria).

#### 4.1.2 Os anos 1990 e as políticas de liberalização do Mercado

O Consenso de Washington, como mais tarde ficou conhecido, nasceu de uma reunião em março de 1989, de caráter acadêmico, entre funcionários do governo estadunidense e dos órgãos financeiros mundiais (FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) especializados em assuntos latino-americanos. Além destes membros, também estavam presentes economistas latino-americanos para relatar as experiências vividas nos países da região, durante os anos 1970 e 1980 (NOGUEIRA, 1994, p.5). Esta reunião acabou por “resumir” aquilo que já vinha sendo adotado, desde os anos 1980, como estratégia econômica pela burguesia internacional e, principalmente, estadunidense.

---

contratos e os reajustes de preços e salários, tornando a inflação uma verdadeira bola de neve. Não entrarei neste debate e nas críticas necessárias, pois fogem do objetivo deste trabalho. O objetivo deste capítulo é apenas apresentar o quadro geral da economia brasileira do período em questão.

<sup>11</sup> Este é um dos motivos, que fizeram com que os choques heterodoxos adotados não tivessem efeito sobre a inflação: “Em resumo: as políticas de estabilização postas em prática nos anos 80, particularmente os planos econômicos heterodoxos de 1986 e 1987, que pretendiam suprimir a inflação, sem pagar o custo da recessão implícito nas políticas preconizadas pelo FMI, se mostraram incapazes de ir até a raiz do problema. Levantadas pela fração burguesa hegemônica, o empresariado industrial de São Paulo, essas políticas foram dificultadas pelos setores da burguesia, em especial da fração financeira, que impediam que as reformas fiscais, tributárias e bancárias, necessárias a estas políticas, fossem efetivadas. Com isso, estes planos ficaram na superfície do problema, quer dizer, no congelamento de preços e salários, até serem desconstruídos, via desabastecimento de bens e o mercado negro, pela realidade econômica objetiva” (Marini, “El experimento neoliberal en Brasil”, p.8-9).

A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. (NOGUEIRA, 1994, p.6).

As áreas abrangidas pelo Consenso foram as seguintes:

1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento estrangeiro direto; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual (NOGUEIRA, 1994, p.18).

As diretrizes apresentadas pelo Consenso serão postas em prática no Brasil, pelos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (FHC), durante os anos 1990 e início dos anos 2000. Dos dez pontos levantados, nos ateremos sobre o que se refere à liberalização financeira e, por conseguinte, ao grande aumento do IED e das privatizações, compras e fusões, que a partir dos anos 1990 atingem um novo patamar na história brasileira<sup>12</sup>.

Os discursos apresentados pelos governos de FHC e Collor de Mello, mostravam-se como alternativa para tirar o país da crise, que vinha se arrastando desde os anos 1980. De fato esta foi a alternativa encontrada pela burguesia brasileira para sair da crise (alta inflação e baixo crescimento econômico). Todavia, esta estratégia significou na prática um maior aprofundamento da dependência brasileira, mudando suas relações com o centro do sistema. Foi durante os governos de Collor e Fernando Henrique que

A abertura financeira da economia brasileira na década de 1990 liberalizou de forma mais significativa os movimentos de capitais entre o país e o exterior, ao reduzir as barreiras até então existentes aos investimentos estrangeiros de portfólio no mercado financeiro doméstico e viabilizar o acesso dos residentes às novas modalidades de financiamento externo (emissão de títulos e ações no mercado internacional de capitais, cuja contrapartida são os investimentos de portfólio dos investidores não residentes no mercado financeiro internacional). Contudo, somente em 2000, na gestão de Armínio Fraga Neto na presidência do Bacen, o processo de liberalização e desregulamentação da conta de capital do balanço

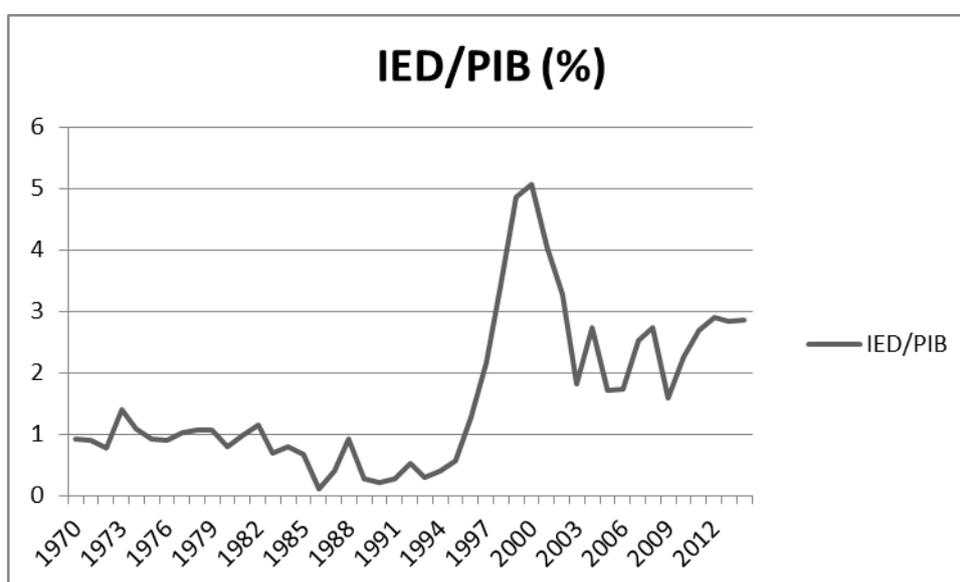
---

<sup>12</sup> Este processo não é exclusivo do Brasil. A partir dos anos 1990 na América Latina, os investimentos estrangeiros diretos começam a crescer, assim como a remessa de lucros e dividendos: “Como era de se esperar, os países de alta renda membros da OCDE (países centrais) são claramente deficitários do ponto de vista do fluxo de investimentos estrangeiros, isto é, são investidores líquidos no restante do mundo. Já os países periféricos tanto da América Latina quanto do Leste e Sul da Ásia são fortemente superavitários nessa conta. O reflexo dessa posição é o saldo do Balanço de Rendas já que é através dessa conta que são registradas as entradas e saídas da remuneração do capital investido tanto na forma de investimento direto, quanto de empréstimos ou investimentos em carteira. Sendo assim, as posições são invertidas. Enquanto os países centrais são claramente superavitários, ou seja, tem um fluxo positivo proveniente da remuneração de seus capitais investidos no restante do mundo, os países periféricos são recorrentemente deficitários. Apesar dos gráficos ilustrarem essa trajetória esperada, deve-se notar que eles só demonstram esse padrão mais nitidamente a partir da segunda metade dos anos 1990. Essa trajetória é compatível com o fato de que foi ao longo dos anos 1990 que a integração da periferia ao capitalismo financeirizado, mediante as aberturas comercial e financeira, deu-se de forma mais intensa” (Lima, “Dependência econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro” p.82-83).

de pagamentos foi finalizado (Prates e Freitas, 2001, p.84).

A consequência disto foi o aumento significativo do investimento estrangeiro direto no país, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, que mudou de patamar durante os anos 1990. O gráfico a seguir mostra como se deu esta evolução. Uma das principais consequências deste processo foram as privatizações realizadas durante os governos de FHC e Collor.

Gráfico 5: **IED/PIB**



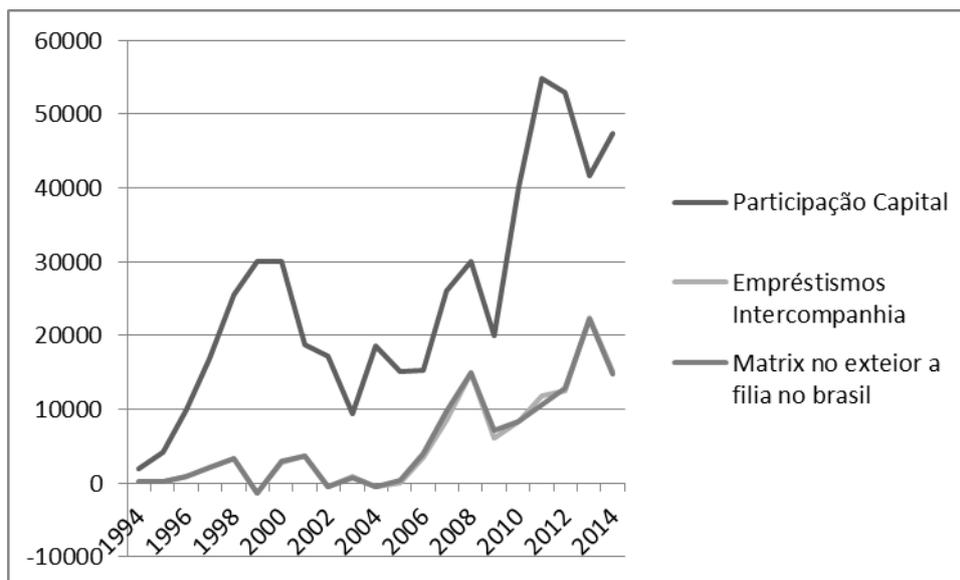
Fonte: Banco Central, elaboração própria.

Segundo Marques e Nakatani, o processo de privatização pode ser dividido em dois momentos, 1990-1994 e 1995-2002. No primeiro período a participação do investimento estrangeiro foi pequena, apenas 5% do total da receita das vendas das empresas, no segundo momento este dado subiu para 53%<sup>13</sup>. Foram privatizadas no total, 68 empresas estatais, 33 no primeiro período e 35 no segundo (MARQUES e NAKATANI, 2013). Entretanto, não é este o único destino do investimento estrangeiro<sup>14</sup>, ele também se direciona para a participação no capital de empresas brasileiras<sup>15</sup>, como mostra o gráfico a baixo.

<sup>13</sup> Marques e Nakatani, “Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil”, p.71.

<sup>14</sup> O investimento estrangeiro divide-se em estrangeiro direto e estrangeiro em carteira, ambos são importantes para o Balanço de pagamento, pois ambos rendem uma participação direta nos lucros e dividendos das empresas, entretanto, o investimento em carteira é muito mais volátil e destina-se também para títulos de renda fixa, fazendo com que hora parte da renda do IEC venha dos lucros e dividendos, hora venha dos títulos de renda fixa.

<sup>15</sup> “Parte do IED é dirigida a transações de fusões e aquisições realizadas no Brasil, o que resulta no aumento da concentração do capital nas diversas atividades. No período 2004 a 2010, o capital estrangeiro esteve envolvido

Gráfico 6: **Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)**

Fonte: Banco Central, elaboração própria.

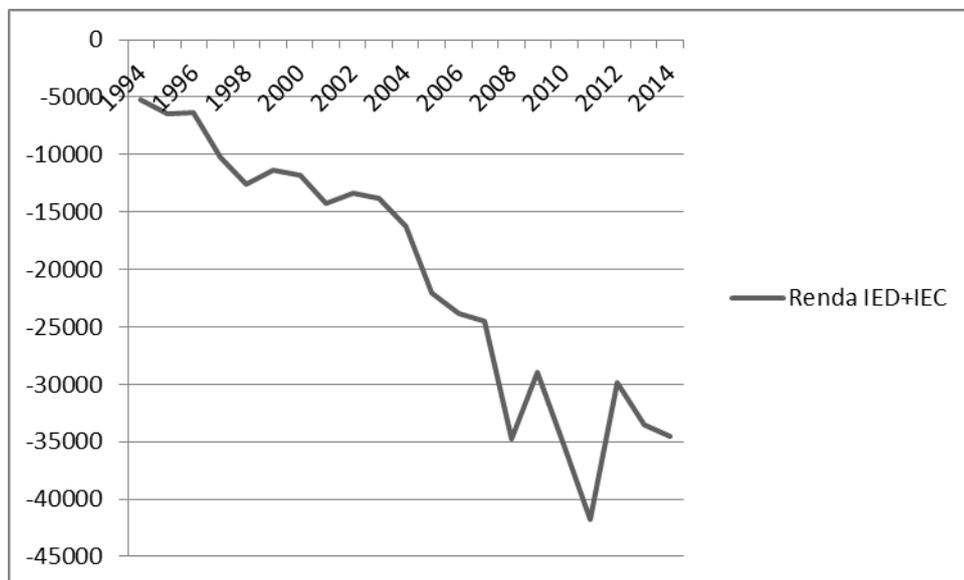
O processo de abertura financeira, “necessário” para trazer a “estabilidade” econômica para o país aprofundou ainda mais os laços de dependência que o país possui com o as economias centrais, porque agora, além do excedente apropriado via comércio exterior, a partir dos anos 1990 há uma transferência do excedente econômico, via sistema financeiro. A evolução da renda enviada ao exterior, da qual a maior parte se dá pelo envio de lucros e dividendos, pode ser observada no gráfico seguinte.

As transformações que o capitalismo sofreu após 1970 significou para o Brasil uma crise profunda durante os anos 1980 e 1990 e que teve como saída um maior aprofundamento da dependência, que se consolida, principalmente, durante o governo do presidente Fernando Henrique, uma nova forma de apropriação/expropriação do excedente econômico gerado. Esta nova forma se manifesta no atual sistema financeiro e se perpetua durante todo o governo do Partido dos Trabalhadores, como mostram os dados apresentados ao longo deste trabalho.

Por fim, essas transformações e os novos rearranjos que o capital realizou para garantir seu processo de acumulação e reprodução inicia-se nos anos de 1970 e tem sua expressão nas políticas neoliberais implantadas ao longo do globo durante os anos 1980 e 1990. A hipótese que defendo neste trabalho é a de que, isso foi necessário dado o grande aumento na produtividade do trabalho, fruto da terceira revolução tecnológica, fenômeno descrito e analisado por Mandel. Com uma composição orgânica do capital cada vez mais elevada, há uma tendência de queda na taxa de lucro ( $\mu/c+v$ ) e um problema cada vez maior de

realização das mercadorias, dessa forma, o capital teve de desenvolver novos mecanismos para a extração da mais-valia, garantido assim, sua própria sobrevivência. Isso significou para a periferia do sistema a consolidação de uma nova forma de extração de valor. Nossa hipótese, de que o desenvolvimento do capitalismo e o avanço das forças produtivas não fizeram outra coisa que não aprofundar ainda mais as relações de dependência, torna a obra e o desenvolvimento teórico de Marini extremamente importante e atual e corrobora com a tese do autor de que o desenvolvimento das forças produtivas no centro do sistema tem como consequência para a periferia, um maior aprofundamento das relações de dependência em relação ao capitalismo central.

Gráfico 7: **Renda enviada ao Exterior, IEC+IED (US\$ bilhões)**



Fonte: Banco Central, elaboração própria.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese defendida por Mercadante de que, o Novo Desenvolvimentismo superou os longos anos de concentração da renda e da riqueza, que se perpetuaram no Brasil ao longo dos anos do neoliberalismo e da abertura financeira, levados a cabo durante a década de 1990 e início dos anos 2000, é completamente falsa. Como apresentado ao longo de meu segundo capítulo, a relação de dependência econômica que o Brasil estabelece com o mundo capitalista e os países centrais se manteve durante todo o governo PT. Não houve melhora real na distribuição da renda, a maior parte da renda gerada ainda é apropriada pelos 5% mais ricos do país, a relação entre os salários e os lucros e o PIB é constante, o que significa que a maior parte do que se produz gera lucro para os capitalistas e não salário para os trabalhadores. As políticas de incentivo à industrialização não tiveram qualquer efeito real, pelo contrário, a exportações de produtos industrializados caíram significativamente, enquanto, as importações do mesmo mantiveram-se constantes desde 1998 até 2014. O “colchão amortecedor” contra uma possível crise internacional, isto é, as reservas em dólar que o país possui, não significam uma estabilidade real para a moeda e para o país, pois como vimos neste ano, a abrupta desvalorização da moeda, necessária para conter os déficits comerciais, elevou a inflação o que gerou uma estabilidade política no Brasil. Qualquer análise, que possui o mínimo de criticidade, percebe que os argumentos levantados por Mercadante são muito mais motivados pelo desejo e pela necessidade de afirmar o partido e sua política e menos por uma vontade de debater de forma séria e verdadeira o que aconteceu no Brasil nos últimos treze anos.

Neste trabalho os programas sociais - como Bolsa Família, Fome Zero e Minha Casa Minha Vida - e o debate sobre a questão agrária, durante o governo do Partido dos Trabalhadores, infelizmente, ficaram de fora. Pela simples razão de que seria impossível fazê-lo, da forma mais rigorosa e detalhada. Mas, mesmo assim, a fome não deixou de existir e a luta por moradia e terra, por saúde e educação, por salários mais dignos e contra todas as formas de opressão, deixaram de ser travadas cotidianamente. Essas contradições, as quais milhões de brasileiros sentem todos os dias na pele, na carne e nos ossos, ainda fazem parte da sociedade capitalista dependente e continuarão existindo, enquanto uma parte da riqueza e do excedente econômico for apropriada pelo capitalismo e seus mecanismos de atuação, que agem em nível global, sobre todas as sociedades dependentes. Somente quando estas relações de dominação política e econômica forem superadas, haverá uma possibilidade real de mudança para a classe trabalhadora brasileira. As formas que, a dependência assume, mudam

e se recriam, de acordo com o desenvolvimento do próprio capitalismo a nível mundial.

Segundo Marini, nossa América estava em uma encruzilhada no final do século passado:

A América se encontra em uma encruzilhada. Sua sorte foi lançada, neste fim de século, e o resultado é ainda incerto. Os momentos difíceis que estamos vivendo são aqueles que aparecem em toda grande virada histórica. Entender que as vitórias conquistadas pela burguesia internacional e dependente não são outra coisa senão: vitórias parciais e não o *veredictum* da história, com certeza é o caminho para substituí-las, amanhã, por vitórias dos povos, (peldaños) que irão construir uma sociedade melhor, diferente do fruto proibido, cheio de dependência e miséria, que as burguesias nos oferecem (MARINI, 1990, p.23, tradução própria).

As crises sob a qual se encontravam os países latinos americanos, de 1960 a 1980 – crise política, na qual todos os direitos democráticos foram substituídos por Estados ditatoriais, extremamente violentos e autoritários, e a crise econômica, que significou um rebaixamento gigantesco dos salários e do crescimento – de fato os colocou em uma “encruzilhada”, onde, para sair da crise a alternativa que aparecia no horizonte das burguesias dependente e internacional, era aquilo que o Consenso de Washington resumiu, mas que já vinha sendo recomendado pelos EUA e pelo FMI como as políticas de Estado necessárias para sair da crise: a abertura definitiva dos mercados, e principalmente do mercado financeiro. Foi o próprio desenvolvimento capitalista, que levou os países latinos americanos a chegarem neste difícil situação.

Sem a possibilidade de desenvolver um mercado interno próprio, pelas razões discutidas em meu primeiro capítulo, a burguesia industrial brasileira se lança para o mercado externo. Durante a crise que o capitalismo passou ao longo dos anos 1970, este modelo passa a ser a solução para os problemas de realização da burguesia brasileira, entretanto, na prática o modelo fez aumentar ainda mais as relações de dependência do Brasil com as economias centrais. Um dos principais pilares da alternativa encontrada pela burguesia, da saída para o exterior, foi entrar de vez no mercado financeiro mundial e no mercado de dólares. Foi a partir daí que teve início a crise dos anos 1980 e 1990, que colocou a burguesia brasileira na “encruzilhada” e teve como resultado a adesão total dos governos FHC e Collor de Mello às políticas de liberalização e desregulamentarização financeira. Concretizou-se assim, a “vitória” das burguesias internacionais e dependentes, mas essas políticas não são apenas escolhas de determinado governo; elas surgem das necessidades objetivas do capital e de suas transformações materiais, inerentes a suas contradições e que aparecem como tentativas de superá-las. Ao longo de meu trabalho, tentei elencar algumas destas transformações, retomemos as que são fundamentais para entendermos porque, a alternativa para sair da crise que se inicia nos

anos 1970, foi a integração mais ativa de alguns países latinos americanos ao o mercado financeiro mundial.

O desenvolvimento das forças produtivas, desencadeado pela terceira revolução tecnológica e vivido pelo capitalismo durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, muda a relação capital/trabalho; o capital, para se reproduzir, necessita cada vez mais absorver quantidades maiores de trabalho excedente ao longo do globo. Esta mudança tem impacto direto sobre as relações de dependência e sobre os países da periferia do sistema. Dois novos fatores, apontados por Mandel, são, a meu ver, fundamentais para entendermos a origem dessas transformações que o capitalismo passou da metade do século passado em diante: 1) o grande aumento da centralização do capital, que tem como sua expressão as grandes multinacionais e os grandes investidores financeiros mundiais, que são quem dominam cada vez mais a maior parte do mercado, isto ocorre porque, há uma necessidade crescente em controlar grandes parcelas do mercado mundial, tanto o mercado de força de trabalho como de consumo, dado o grande aumento da produtividade do trabalho, fruto da terceira revolução tecnológica; 2) e a necessidade de gerar uma desvalorização constante do dinheiro para frear a queda da taxa de lucro - já que, o valor individual das mercadorias é cada vez menor - faz com que o ciclo do crédito torne-se fundamental para o ciclo industrial. Essas duas mudanças fazem com que o capitalismo desenvolva um novo mercado, o mercado financeiro mundial, que hoje é fundamental para a reprodução e acumulação do capital. Esta é a transformação material que faz surgir uma nova forma de dominação, ou a dominação do capital portador de juros. Para a periferia do sistema, o resultado disso foi o aprofundamento das relações de subordinação e dominação econômica. Qual o interesse do capital financeiro mundial no Brasil? Absorver a maior quantidade de mais-valia possível, ou seja, de lucro. Isso ocorre porque, a queda da taxa de lucro, que se agrava com o próprio desenvolvimento das forças produtivas, leva o capital invariavelmente a buscar novas formas de se apropriar do excedente gerado pela força de trabalho. Não é à toa que a renda total enviada ao exterior dos investimentos estrangeiros diretos, referente a lucros e dividendos, nos últimos doze anos foi de US\$ 200 bilhões<sup>1</sup>.

Tenho total consciência de que, o avanço teórico necessário para entender todas as particularidades e generalidades deste processo é muito maior do que este que realizei neste trabalho. Mas fato é que, há uma nova forma de apropriação e expropriação da riqueza gerada nas economias dependentes e que se desenvolveu ao longo dos últimos trinta anos, que

---

<sup>1</sup> Dados do Balanço de Pagamentos, disponíveis no site do Banco Central.

necessariamente passa pelas mudanças ocorridas no centro do capitalismo. Como opera a lei do valor dentro desta nova configuração, agora com este novo mecanismo de extração de valor, o capital financeiro? O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo chegou a seu limite? Como se desenvolveu historicamente esta nova forma que o capital assume? Por que, para garantir seu processo de acumulação e reprodução, esta nova forma do capital se desenvolveu no mundo todo? Estas perguntas ainda estão em aberto e ficam como horizonte teórico para a elaboração de trabalhos futuros.

É neste cenário, no qual a nova forma de extração de valor da dependência, o capital financeiro, já se encontra plenamente consolidado, que chegará ao governo o Partido dos Trabalhadores, o maior partido de massas que se constitui em toda a América Latina, depois dos golpes militares; e que tinha como principal figura o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, uma liderança que surge e se constrói dentro do movimento operário brasileiro.

O discurso de que “[...] superada nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros” e que “o caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo” (SILVA, 2002, p.3), não se tornou realidade – como vimos em meu segundo capítulo – e a “Carta ao Povo Brasileiro” deixa uma mensagem bastante clara e que de fato se perpetuou ao longo de todo o governo do Partido dos Trabalhadores. Nela, fica explícito o compromisso que o governo assume com os investidores estrangeiros, sendo que isso pode ser visto não apenas nos dados, mas no próprio discurso da carta:

*À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. [...] As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social (SILVA, 2002, p. 2-4, grifos meus).*

A real preocupação dos investidores não era o “enorme endividamento público”, pois, se assim o fosse, não faria nenhum sentido que os mesmos, apoiassem o governo do PT, sendo que durante os anos que o partido permaneceu no governo, a dívida pública interna não fez outra coisa se não aumentar. O real medo dos investidores era de que o Partido dos Trabalhadores não tomasse as medidas necessárias para manter o equilíbrio no Balanço de

Pagamentos, garantindo desta forma os dólares necessários às remessas de lucro e dividendos, royals, e todas as outras formas de renda que saem do país todos os anos. Dado o histórico do partido, os investidores tinham medo de que o governo tivesse uma guinada repentina mais à esquerda. Ou seja, que questionasse a estrutura de nossa Balança de Pagamentos e que questionasse a Divisão Internacional do Trabalho, já que esta representa para o país, quando não há elevação no preço dos produtos básicos, uma saída gigantesca de recursos, da mesma forma que as contas de Rendas e Serviços de nosso Balanço de Pagamentos, um verdadeiro assalto anual; este me parece ser o real temor dos investidores. A estratégia da carta é bem clara neste sentido: “o caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações”, isto é, “as mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.” Quer dizer, os dirigentes do partido não iriam enfrentar as reais estruturas da dependência econômica, consolidadas no país ao longo dos anos 1980 e 1990, pois, acreditavam que seria possível, dentro das regras do jogo do capitalismo dependente, mudar radicalmente o país e, por conseguinte, a vida do povo brasileiro.

O debate acerca dos limites de se mudar as regras do jogo do capitalismo, dentro dele mesmo – o que por si só soa muito estranho – não foi trazido à tona; entretanto, os marcos que caracterizam uma relação de dependência e seus limites, foram bastante discutidos ao longo deste trabalho e foi este o limite do Partido dos Trabalhadores. Ao se abdicar de enfrentar as reais estruturas da dependência, que em última instância se resumem à expropriação do valor gerado na economia dependente, pelo centro do capitalismo, o PT não conseguiu fazer uma política industrial séria, elevar os salários e o consumo das massas, políticas de moradia, etc., pois, para que isso fosse possível, seria necessário que parte da riqueza que é apropriada permanecesse no país. Só que essa riqueza não é expropriada por má vontade política, ou por incapacidade de nossa burguesia em afirmar-se como a promotora do desenvolvimento capitalista moderno. Esta transferência é, foi e continuará sendo causada pelo sistema capitalista mundial e suas contradições, isto é, enquanto houver um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, combinando com o rebaixamento constantemente do consumo das massas trabalhadoras, via rebaixamento dos salários, garantindo desta forma o lucro, o capital irá se apropriar do máximo de excedente econômico possível. Uma destas formas de apropriação são as relações de dependência. Sem enfrentar essas estruturas para depois superá-las, o PT de fato não consegue avançar num processo emancipatório para a classe trabalhadora brasileira. E agora se encontra, no pior dos momentos, no momento da crise, frente a frente com elas.

O padrão histórico de acumulação e reprodução do capitalismo dependente brasileiro, baseado na superexploração da força de trabalho, não se alterou nos últimos anos. Este mecanismo é necessário para o capital realizar todo seu ciclo, ou seja, para que consiga acumular capital, começando novamente o ciclo da reprodução ampliada, os capitalistas dependentes precisam aumentar a exploração da força de trabalho, pois parte da mais-valia gerada é apropriada continuamente pelo capitalismo central; o que caracteriza uma maior exploração da mesma e não mera violação da lei do valor. O aumento constante da intensidade do uso da força de trabalho, sem a contrapartida de um maior avanço técnico dos meios de produção e sua remuneração, sempre a baixo de seu valor mínimo socialmente constituído, são os principais dados que sustentam a superexploração da força de trabalho, como uma categoria analítica necessária para entender o capitalismo dependente. Outro dado que sustenta essa categoria é aquele referente à expropriação/apropriação do excedente econômico gerado, via sistema financeiro; há aqui uma nova forma da dependência, característico desta relação de subordinação entre as nações. Quais as consequências desta nova forma para as esferas alta e baixa do consumo? Há uma tendência de aumentar ainda mais, já que há uma nova forma de apropriação de valor, a parcela da classe trabalhadora que se encontra sob a condição de superexploração? Quais as consequências para a reprodução das classes burguesas na economia dependente, agora com este novo mecanismo? Qual o papel do Estado dependente neste novo cenário? Surgem novas perguntas, as quais precisam de resposta, todavia, suas respostas ultrapassam os limites da construção deste trabalho. Deixo-as aqui, pois são elas que me motivarão a continuar minha pesquisa e daqueles que se interessam pelo tema, para que desta forma possamos compreender melhor o sistema capitalista mundial e toda sua complexidade.

Por fim, o ajuste fiscal realizado neste ano pelo governo petista deixa claro suas contradições e leva o Novo Desenvolvimentismo a uma crise teórica. Dois movimentos são bastante significativos e que mostram as fragilidades e as insuficiências desta nova corrente de pensamento brasileira. Um deles é o do próprio Mercadante que agora, como Ministro da Educação, apoia o ajuste como sendo necessário à retomada do crescimento, da renda e do nível de emprego; obviamente esta defesa entra em total contradição com sua tese. O outro deles é o documento “Por um Brasil Justo e Democrático”. Apesar de os autores reconhecerem que o ajuste fiscal vai de encontro com uma das bases fundamentais do Novo Desenvolvimentismo, o “social como eixo estruturante”, o documento não critica a nova DIT, o monopólio da ciência e da tecnologia por parte dos países centrais e a atual estrutura do mercado financeiro – por onde se expropria/apropria parte do valor gerado nas economias

dependentes. Não há um debate sério e um questionamento crítico sobre estes pontos. Reside aqui a principal limitação do Novo Desenvolvimentismo e seus teóricos, que no momento de crise aparece de forma mais clara.

## REFERÊNCIAS

AUDITÓRIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/numeros-da-divida/>

BAMBIRA, Vania. O capitalismo dependente latino-americano. 1ª edição. Florianópolis: Ed, Insular, 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washigton: a visão neoliberal dos problemas latino americanos. Publicado em, Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BREDA, Diógenes Moura. Revolução Científico-Técnica e Divisão Internacional do Trabalho: elementos para análise da dependência tecnológica na América Latina, 2011.

CARTA IEDI n.665. Disponível em [http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_665.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_665.html)

CHESNAIS, Fraçoais. Mundialização: o capital financeiro no comando. Les Temps Modernes, 607, 2000.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>.

FILGUEIRAS, Luiz; GONGALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro: Ed, Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia. Brasil e o Capital-Imperialismo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed, UFRJ, 2010.

FRANK, André Gunder. Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina. Buenos Aires: Signos, 1970.

FREITAS, Maria Cristina Penido; PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira no governo FHC: impactos e consequências. Economia e Sociedade, Campinas, (17): 81-111, dez. 2001.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34ª edição. São Paulo: Editora, Companhia das letras, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>.

KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Ed. PAZ E TERRA S.A, 1969.

LENIN, Vladimir Ilich . Imperialismo, estágio superior do capitalismo. 1ª edição. São Paulo: Ed, Expressão Popular, 2012.

LIMA, Humberto e Silva Ribeiro. Dependência econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro. Campinas, 2013.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital. 2ª edição. São Paulo: Editora, Abril S.A. Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. O capitalismo Tardio. 2ª edição. São Paulo: Editora, Abril S.A. Cultural, 1985.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete Ensaio de Interpretação da realidade peruana. 1ª edição. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. 2ª edição. Florianópolis: Ed, Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. Em: Padrão de Reprodução do Capital. São Paulo: Ed. Boitempo, 20012.

\_\_\_\_\_. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta, STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo, 1973. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_articulos\\_marini.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_articulos_marini.html).

\_\_\_\_\_. Transición y crises en Brasil, 1992. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_articulos\\_marini.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_articulos_marini.html).

\_\_\_\_\_. Brasil: da ditadura à democracia, 1990. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_articulos\\_marini.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_articulos_marini.html).

\_\_\_\_\_. El experimento neoliberal en Brasil, 1992. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_articulos\\_marini.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_articulos_marini.html).

\_\_\_\_\_. América Latina en la encrucijada, 1990. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/004\\_articulos\\_marini.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/004_articulos_marini.html).

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, Jan./Abr. 2013.

MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª edição. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia: Resposta à Filosofia da Miséria, do sr. *Proudhon*. 1ª ed. São Paulo: Editora. Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro 1, volumes I e II, o processo de produção do capital. Edições 27ª e 26ª. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010, 2013.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro 3, volumes IV e V, o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008 e 2014.

MEDEIROS Marcelo; SOUZA, Pedro HGF; CASTRO, Fabio Avila. A estabilidade da

desigualdade de renda no brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisa domiciliares, 2014.

MERCADANTE, Aloizio Oliva. As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula, 2010.

PAULANI, Maria Leda; BRAGA, Márcio Bobik. A nova contabilidade Social. 3ª edição. São Paulo: Ed, Saraiva, 2010.

PEREIRA, Bresser. O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>

\_\_\_\_\_. O Novo Desenvolvimentismo. Folha de São Paulo, 17/09/2004. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>

PEREIRA, Bresser; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do Novo Desenvolvimentismo. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro-dezembro/2010.

Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>

POR UM BRASIL JUSTO E DEMOCRÁTICO. Volume I, 2015.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renault. Por que novo-desenvolvimentismo? Revista de Economia Política, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007

SILVA, Ludovico. A mais-valia ideológica. Florianópolis: Ed, Insular, 2013.

SILVA; Luiz I. Lula. Carta ao Povo Brasileiro.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4104872/divida-publica-federal-cresce-em-maio-e-vai-quase-r-25-trilhoes;>  
<http://www.valor.com.br/brasil/4098970/investimentos-da-uniao-diminuem-quase-40-em-2015>. Acessado em 17/11/2015.

WIPO. World Intellectual Property Indicator 2014. Disponível em [http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo\\_pub\\_941\\_2014.pdf](http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_941_2014.pdf).